

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE  
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

**BAÍA BABITONGA, PATRIMÔNIO NATURAL EM DISPUTA:  
OLHARES DE PESCADORES ARTESANAIS**

NAIRA ROSANA ALBUQUERQUE

ORIENTADORA: PROFESSORA Dra. TAIZA MARA RAUEN MORAES  
COORIENTADORA: PROFESSORA Dra. ILANIL COELHO

JOINVILLE – SC  
2021

NAIRA ROSANA ALBUQUERQUE  
BAÍA BABITONGA, PATRIMÔNIO NATURAL EM DISPUTA:  
OLHARES DE PESCADORES ARTESANAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade - PPGPCS, Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, na Linha de Pesquisa Patrimônio, Memória e Linguagens, da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE - como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação da professora Dra. Taiza Mara Rauen Moraes e coorientação da professora Dra. Ilanil Coelho.

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

A345b Albuquerque, Naira Rosana  
Baía Babitonga, patrimônio natural em disputa: olhares de pescadores artesanais / Naira Rosana Albuquerque; orientadora Dra. Taiza Mara Rauen Moraes; coorientador Dra. Ilanil Coelho. – Joinville: UNIVILLE, 2021.

129 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)

1. Pesca artesanal – Babitonga, Baía de (SC). 2. Patrimônio cultural – Santa Catarina. 3. Reservas naturais – Babitonga, Baía de (SC). 4. História oral. I. Moraes, Taiza Mara Rauen (orient.). II. Coelho, Ilanil (coorient.). III. Título.

CDD 363.69

## Termo de Aprovação

“Baía Babitonga, o Patrimônio Natural em Disputa: Olhares de Pescadores Artesanais”

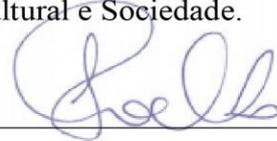
por

Naira Rosana Albuquerque

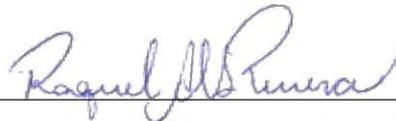
Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profª. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes  
Orientadora (UNIVILLE)



Profª. Dra. Ilanil Coelho  
Coorientadora (UNIVILLE)

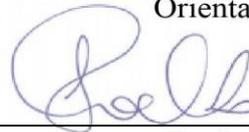


Profª. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

### Banca Examinadora:



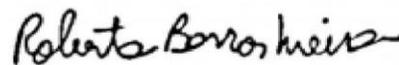
Profª. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes  
Orientadora (UNIVILLE)



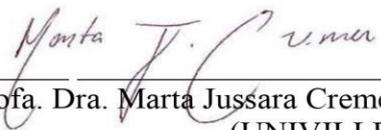
Profª. Dra. Ilanil Coelho  
Coorientadora (UNIVILLE)



Profª. Dra. Silvia Helena Zanirato  
(USP)



Profª. Dra. Roberta Barros Meira  
(UNIVILLE)



Profª. Dra. Marta Jussara Cremer  
(UNIVILLE)

Joinville, 28 de maio de 2021.

Aos pescadores artesanais da Baía Babitonga, que me permitem diariamente o  
exercício da religião.

A minha mãe, dona Eva, que me faz acreditar que sonhos são reais.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos pescadores artesanais da Baía Babitonga com os quais conversei, por possibilitarem essa pesquisa e também o enriquecimento profissional e pessoal dessa jovem pesquisadora;

As minhas mestras, a orientadora Prof. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes e a coorientadora: Prof. Dra. Ilanil Coelho, pela companhia e luminescência nessa jornada;

Ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade – PPGPCS e à Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), pelo ambiente plural e fértil durante as vivências acadêmicas;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo à pesquisa por meio da bolsa concedida;

Às mulheres que me formam, baluartes da minha existência: Eva Naira Barbosa de Oliveira (minha mãe), Branca Sólito, Dione Broilo Burigo, Marta Jussara Cremer e Patrícia Novaes. Vocês me fazem possível.

Aos coautores minha vida, sem os quais seria impossível dar conta dessa incumbência e tantas outras: Landel Oliboni Colloda e Natacha Zimmermann. Vocês são o meu arrimo.

Aos coautores desse momento existencial: Daiana Proença Bezerra; Giulia C. Balheiro; Gabriel Teixeira, João Miguel Neri, Ingrid Chequim e Karlylian Magalhães. Vocês foram a minha presença quando eu faltei.

Ao Projeto Toninhas/Univille e equipe, que me inspira e me incentiva nesse e outros projetos.

Ao Fabiano Grecco, pela leitura atenta e ricas contribuições.

À minha família, representação máxima do amor, sem os quais eu nada seria.

## RESUMO

A dissertação “Baía Babitonga, patrimônio natural em disputa: olhares de pescadores artesanais” se propõe a refletir sobre o patrimônio natural e cultural na Baía Babitonga, litoral norte de Santa Catarina, por meio de narrativas de memória de sete (07) pescadores artesanais. Buscou-se por meio das narrativas, compreender as relações e vínculos desses sujeitos com o espaço e, de forma transversal, refletir teoricamente sobre as relações cultura-natureza. A pesquisa também lança olhares às intensas disputas de ocupação do território, sobretudo os diversos empreendimentos portuários. Para tal, optou-se pela metodologia da história oral de vida e a observação participante como método auxiliar. Entre os aportes teóricos mobilizados estão: Portelli (2002; 2014); Halbwachs (2013); Ricoeur (2007); Candau (2018); Sousa Santos (1988; 2007); Morin (1991) e Nicolescu (1999) e Diegues (1973; 1983). A pesquisa está sistematizada em três artigos (capítulos), que, apesar de autônomos, complementam-se. O primeiro apresenta uma caracterização descritiva da Baía Babitonga evidenciando-a enquanto patrimônio natural e cultural e a percepção dos pescadores com relação a esse patrimônio sentido. O segundo capítulo “Os pescadores artesanais da Baía Babitonga, os sujeitos sujeitos ao território” reflete sobre como as narrativas de memória desses pescadores indicam identidades intimamente ligadas ao fazer na Baía. O capítulo III, “Baía Babitonga, patrimônio comum em disputa”, aprofunda a discussão relacionada às forças de disputa nesse território. Por meio de um levantamento documental dos empreendimentos instalados ou previstos, explora como esses sujeitos enxergam e reconhecem esse lugar e os jogos e forças de poder que se sobrepõem ao território. **Palavras-chave:** Baía Babitonga; pescadores artesanais; história oral; patrimônio natural e cultural; identidade.

## ABSTRACT

The research “Babitonga Bay, natural heritage in dispute: views of artisanal fishermen” aims to reflect on the natural and cultural heritage in Babitonga Bay, on the northern coast of Santa Catarina, through the narratives of the memory of seven (07) artisanal fishermen. It was sought through the narratives, to understand the relations and links of these subjects with the space and in a transversal way, to theoretically reflect on the culture-nature relations. The survey also takes a look at the intense disputes over the occupation of the territory, especially the various port developments. To this end, we opted for the methodology of oral life history and a participant observation as an auxiliary method. Among the theoretical contributions mobilized are: Portelli (2002; 2014); Halbwachs (2013); Ricoeur (2007); Candau (2018); Sousa Santos (1988; 2007; Morin (1991) and Nicolescu (1999) and Diegues (1973; 1983). The research is systematized in three articles, which, despite being autonomous, complement each other. The first presents a descriptive characterization of Babitonga Bay, showing it as a natural and cultural heritage and the fishermen's perception of this felt heritage. The second chapter “The artisanal fishermen of Babitonga Bay, the subjects subject to the territory” reflects on how the narratives of the memory of these fishermen indicate identities closely linked to what they do in the Bay. Chapter III, “Babitonga Bay, common heritage in dispute”, deepens the discussion related to the forces of dispute in this territory. Through a

documentary survey of the projects installed or planned, it explores how these subjects see and recognize this place and the games and forces of power that overlap the territory.

**Keywords:** Babitonga Bay; artisanal fishermen; oral history; natural and cultural heritage; identity

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem do lado esquerdo, mapa da Baía Babitonga com as localidades de pesca. Fonte: PMAP/Univali – Relatório Técnico Semestral BR 04042038/19 Volume 2. – Imagem do lado direito, mapa da Baía Babitonga com as principais áreas de utilização da pesca artesanal.....	25
Figura 2 – Imagem satelital do Google Earth com a localização dos empreendimentos previstos para instalação na Baía Babitonga (SC) .....	33
Figura 3 – Imagem satelital da Baía Babitonga (SC) via Google com marcadores dos empreendimentos instalados .....	76
Figura 4 – Imagem satelital da Baía Babitonga (SC) via Google com marcadores dos empreendimentos previstos e com estágio de licença iniciado .....	76
Figura 5 – Imagem satelital da Baía Babitonga (SC) via Google com marcadores dos empreendimentos em fase de concepção.....	76
Figura 6 – Mapa da Baía Babitonga com as principais áreas de utilização da pesca artesanal com sobreposição dos empreendimentos portuários em licenciamento mais avançado e o canal de navegação que se pretende dragar.....	80

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I - O PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL NA BAÍA BABITONGA: O ESPAÇO SOCIAL NA IDENTIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS</b>	<b>22</b>
2.1	Introdução	23
2.2	A Baía Babitonga, casa-comum	24
2.3	Pescadores artesanais, os filhos naturais da Baía	27
2.4	Espaço de luta	35
2.5	Referências	39
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II - OS PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA BABITONGA, UM EXISTIR LIGADO AO LOCAL</b>	<b>43</b>
3.1	A história oral e o exercício democrático da palavra	44
3.2	Meu nome é Seu Jango, João Gonçalves Batista, mas conhecido como Jango	52
3.3	“Pescador, na verdade, já vem por tradição”	55
3.4	“Tudo tem um propósito”	58
3.5	“A baía me segura. A baía me segura”	63
3.6	Referências	68
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO III - A BAÍA BABITONGA, PATRIMONIO COMUM EM DISPUTA</b>	<b>73</b>
4.1	Introdução	74
4.2	A Baía Babitonga	75
4.3	Os empreendimentos portuários	77
4.4	Os discursos	85
4.5	O desenraizamento	91
4.6	Referências	102
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>110</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>114</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a Baía Babitonga sinalizam de modo repetido jargões como “um dos estuários<sup>1</sup> mais importantes do sul do país”; “um dos estuários mais representativos do Brasil”; “desempenha um papel importante para...”; “constitui-se uma das principais áreas estuarinas do estado”; advérbios e adjetivos são utilizados para ressaltar a grandiosidade da baía e seu inegável valor patrimonial<sup>2</sup>. Diante disso, optamos por iniciar com uma breve abordagem descritiva da Baía Babitonga, a fim de dar contorno e forma ao local de estudo.

A Baía Babitonga (26°15'30"S, 48°42'45"O), no litoral norte de Santa Catarina, abriga a última grande floresta de manguezal do Hemisfério Sul. São mais de 82 km<sup>2</sup> cobertos por bosque de mangue (GERHARDINGER, *et al.*, 2021; IBAMA, 1998) entre as encostas e as 206 ilhas<sup>3</sup>. Isso equivale a quase sete campos de futebol e representa algo entre 75% e 80% dos manguezais catarinenses (KILCA *et al.*, 2019). Nessas águas turvas nascem meros, camarões, caranguejos e uma infinidade de

---

<sup>1</sup> Os estuários são ecossistema de transição entre a água doce continental e a água salgada dos oceanos e estão entre os mais importantes espaços para desova e reprodução centenas de espécies, tanto aquáticas (como peixes, crustáceos, moluscos, etc), quanto as que vivem em suas margens (aves, répteis e mamíferos), caracterizando-se como grandes berçários.

<sup>2</sup> Sobre isso ler mais em:

OCCHIALINI, Daniela Sarcinelli. Parecer: Relevância da Baía da Babitonga na produção pesqueira nacional. Associação Movimento Ecológico Carijós, novembro/2017, p. 51.

GERHARDINGER, Leopoldo Cavaleri; *et al.* Diagnóstico socioambiental do Ecossistema Babitonga. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v,10, p.176, mar/2021.

GERHARDINGER, *et al.* Governabilidade estrutural do subsistema natural do Ecossistema Babitonga (Santa Catarina: Brasil). Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha. Out/2018, p. 06.

GROSE, Alexandre. Venson; FINK, Daniela; CREMER, Marta Jussara. Revisão bibliométrica de estudos da avifauna no Ecossistema Babitonga, Santa Catarina, Brasil. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, 8. Out/2019, p. 20.

<sup>3</sup> De acordo com Kilca *et al.* (2019) foram contabilizadas 206 ilhas na Baía (3.447 ha), dispostas em seis grupos: Rio Palmital (67), Lagoa do Saguacú (32), Canal do Linguado Norte (36), Canal do Linguado Sul (41), Central (27) e Foz (3). Segundo a autora, o manguezal cobre 59,54% e as marismas 21,9% destas ilhas.

espécies bentônicas, configurando um dos ecossistemas mais produtivos do planeta<sup>4</sup> (OCCHIALINI, 2017).

No seu limite nordeste, esse rico bioma é abraçado pela Serra do Mar (RODRIGUES, 2000, p.16), abrigando resquícios de floresta ombrófila densa, constituindo junto dos estados de São Paulo e Paraná o maior corredor ecológico de Mata Atlântica<sup>5</sup>, considerado o último grande remanescente contínuo do bioma (INPE/FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2018). A vegetação é banhada por uma densa rede hídrica com pelo menos 14 córregos e rios, com destaque para os rios Palmital, Cachoeira, Cubatão e Parati-Mirin (MAZZER *et al*, 2012). O Cachoeira e o Cubatão são responsáveis pelo abastecimento da cidade de Joinville. Em seus mais de 160 km<sup>2</sup> de lâmina d'água, guarda um total de 287 espécies de peixes, pertencente a 86 famílias entre os que nascem, se reproduzem ou visitam ocasionalmente o estuário (GERHARDINGER *et al.*, 2020, p. 12). Entre as espécies ameaçadas encontra-se o mero (*Epinephelus itajara*), um dos maiores peixes da costa brasileira, listado como criticamente ameaçado na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos (BRASIL/MMA, 2014).

Um estudo publicado por Occhialini (2017) destaca a Babitonga como um dos maiores e mais importantes pesqueiros do país.

Do total de pescado produzido em Santa Catarina no ano de 2011, a modalidade de pesca extrativa marinha pela frota industrial representou 63% do montante, equivalendo uma produção de 121.960 t de pescado, representando 22% da produção nacional nesta modalidade (OCCHIALINI, 2017, p. 28).

Os pescados dividem essas águas com tartarugas, golfinhos e outros mamíferos marinhos. A baía possui duas espécies residentes de golfinhos, o boto-cinza (*Sotalia guianensis*) com uma população de cerca de 200 indivíduos e as

---

<sup>4</sup> Além de berçário, esse rico ecossistema é responsável pela retenção de sedimentos, sumidouro de carbono, ciclagem de nutrientes, manutenção da fauna e estabilização das zonas costeiras, funcionando como zona tampão de nutrientes e poluentes (KILCA *et al.*, 2019).

<sup>5</sup> A Mata Atlântica é o segundo bioma mais ameaçado de extinção do planeta. Apesar disso, ela mantém um dos mais altos índices de biodiversidade do mundo que a classifica como um *hotspot*, ou seja, um lugar onde existe uma grande riqueza de diversidades biológica e ao mesmo tempo sofre uma grande ameaça. A Mata Atlântica é considerada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e abrange total ou parcialmente 17 estados brasileiros e mais de 3 mil municípios.

toninhas (*Pontoporia blainvillei*), o golfinho em maior risco de extinção no Brasil. A toninha é um dos golfinhos mais ameaçados de extinção do mundo, estando no último nível de ameaça antes da extinção na natureza, segundo a Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, publicada na portaria nº 444, de 2014 (BRASIL/MMA, 2014). A Baía Babitonga abriga a única população de toninhas residente em um estuário.

No entanto, a riqueza da Babitonga não se encontra apenas nas águas. O céu da baía é colorido por 474 espécies de aves, das quais pelo menos 40 espécies ameaçadas de extinção, o que representa 70% da diversidade da avifauna de Santa Catarina (GROSE *et al.*, 2019). Entre as aves migratórias, 23 espécies, encontra-se o guará (*Eudocimus ruber*) que reapareceu na região depois de 150 anos sem registro (FINK, 2013, p. 66). Atualmente, a Babitonga é a única colônia ativa de guarás no sul do País (GROSE *et al.*, 2019).

Essa grande mãe, de longos braços em formato de útero, não motiva apenas esse trabalho, mas a vida de centenas de sujeitos que habitam esse território. É possível que na ânsia de dar contorno a esse colosso, diversos pesquisadores tenham se referido à baía e suas regiões adjacentes como “Ecossistema Babitonga”:

Esta medida visa ir além do aspecto geomorfológico da Babitonga, ressaltado pelo termo ‘baía’, rumo a uma abordagem ecossistêmica que inclua as relações de interdependência ecológica entre os sistemas marinho/estuarino e os sistemas terrestres, tanto na porção interna da baía como na região costeira adjacente. [...] Uma abordagem inclusiva do ser humano como elemento integral dos ecossistemas. (GERHARDINGER *et al.*, 2018, p. 02).

Toda essa rica biodiversidade representa um imenso patrimônio natural, que, de acordo com a definição da Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (UNESCO, 1972), são as formações físicas, biológicas e geológicas com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico e ainda *habitats* de espécies de animais e de vegetais ameaçadas.

Ambientes assim possuem alto valor para a manutenção da saúde do oceano, servindo de aporte de nutrientes ao ambiente marinho, dando suporte à biodiversidade e, conseqüentemente, segurança alimentar a humanos e não humanos (GERHARDINGER *et al.* 2020).

Nesse sentido, o relatório da UNESCO afirma que os recursos naturais, incluindo-se o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e, especialmente, amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser salvaguardados em benefício

das gerações atuais e das futuras, por meio do cuidadoso planejamento ou administração, conforme o caso, a fim de garantir para todos os povos do mundo, a conservação destes itens únicos e insubstituíveis. (UNESCO, 1972).

Além daqueles que buscam um nome apropriado, nessas águas vivem também grupos que, de uma relação tão íntima com o espaço, não precisam ser conceituados teoricamente. A Babitonga é lar de centenas de famílias de pescadores e comunidades ribeirinhas que há muitas gerações vivem dos recursos da baía.

Há muitos séculos o pescador tradicional e os seres não humanos que ocupam a baía dividem o mesmo espaço, o mesmo ambiente. Nascem, vivem, se alimentam, criam suas famílias e morrem nas mesmas águas. A partilha desse espaço faz com que esses animais e a própria paisagem componham a memória coletiva desses pescadores, um patrimônio comum de recordações. Memória coletiva segundo Halbwachs, percebida como uma construção social que somente é possível no grupo.

A partir do momento em que um grupo social se encontra inserido em um espaço, passa então a moldá-lo a sua imagem, isto é, a suas concepções, valores, ao passo que também se adapta à materialidade do lugar que resiste a sua “influência”[...] cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida em sua sociedade (HALBWACHS, 2013, p. 130).

A Baía Babitonga se caracteriza enquanto patrimônio cultural devido à paisagem compreendida como um espaço de obras do homem e da natureza, incluindo os locais de interesse arqueológico, com notória relevância histórica, etnológica e antropológica, como os sambaquis<sup>6</sup>. Contribui, assim, para a manutenção e coesão do grupo, na medida em que ajuda a produzir o sentimento de identificação entre seus membros para com o espaço, conferindo materialidade e estabilidade a esse modo de vida.

Cabe lembrar que a disputa pelo território e a ocupação desordenada, somadas a exploração predatória dos recursos naturais são responsáveis pelos

---

<sup>6</sup> A Baía Babitonga foi intensamente ocupada por pescadores-coletores-caçadores de 6000 a 1000 anos antes do tempo presente (AP) e, posteriormente pelos ceramistas. De acordo com Bandeira (2004), a região abriga cerca de 140 sítios arqueológicos pré-colonial sem cerâmicas–sambaquis.

principais problemas ambientais do País. Não raras vezes, a conservação é considerada um obstáculo à visão capitalista de progresso. A busca pelo novo colide com os signos do passado e com a manutenção da natureza, ambos tidos como expressões do atraso, do mau gosto e do empobrecimento.

Não bastassem os problemas intrínsecos da ocupação histórica do espaço, atualmente esse ecossistema sofre com um intenso *lobby* portuário, sendo essa uma das maiores ameaças à conservação e proteção dos seres que nele vivem. Entre os limites da Babitonga tentam a implantação empreendimentos das mais variadas naturezas: escoamento de grãos, gás natural, transporte de contêineres e cargas gerais. Atualmente são dois (02) portos instalados e operando, dois (02) licenciados pelo IBAMA, e três (03) em processo de licenciamento ambiental, com licença de instalação do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), órgão ambiental estadual e um (01) indeferimento de licença, que deve entrar com um novo processo de avaliação.

Alguns desses processos apresentam uma tramitação mais rápida e eficiente que a solicitação de criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA), em 2016, que não apresentou grandes avanços, mesmo com o dado reconhecimento da necessidade de tal proteção por órgãos de governo. A proposta inicial era de 2005, e tratava da solicitação de criação de uma Unidade de Conservação (UC) Marinha de Uso Sustentável – Reserva de Fauna para o Ecossistema Babitonga.

Em 2007, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou a Portaria nº9 que cria as “Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”. Nela a Baía Babitonga é considerada uma área prioritária para a conservação do bioma Mata Atlântica e da zona costeira e marinha. Por sua importância biológica é definida como de “Prioridade Extremamente Alta” (MMA, 2007). Uma retificação da Portaria, em maio de 2015, pelo DOU nº 100, estabeleceu a Baía Babitonga como uma das 30 áreas estratégicas para ações do governo federal, considerando critérios de importância social, biológica, oportunidade, efetividade de conservação, ameaça e representatividade regional (GERHARDINGER *et al.*, 2016). No mesmo caminho, o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, o PROBIO (2003), também caracterizou as áreas de entorno do estuário como de “Prioridade Extremamente Alta”.

As portarias e projetos acima mencionados vão ao encontro do disposto na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 225, § 4º, diz: “a zona costeira é patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.” (BRASIL, 1988).

Mesmo com todos os pareceres justificando a necessidade de uma correta gestão do território, a cada dia a biodiversidade da região está mais ameaçada e juntamente com ela todos os sujeitos que dependem intimamente do território para sua subsistência e constituição.

É sobre esse imbricado pano de fundo que surge o trabalho dissertativo “Baía Babitonga, patrimônio natural em disputa: olhares de pescadores artesanais” tendo como pergunta norteadora: “A partir de narrativas de pescadores artesanais, quais vínculos são estabelecidos com a Baía Babitonga? Tais vínculos contribuem na proteção desse patrimônio natural?” Orientados por essa questão nos propomos a refletir sobre esse múltiplo patrimônio que forma o Ecossistema Babitonga a partir do olhar (narrativas) desses pescadores artesanais, ou seja, compreender a partir das relações de memórias qual a ligação com o espaço vivido. Nos interessa compreender o patrimônio sentido no cotidiano conjuntamente com esses atores, os pescadores artesanais, para quem a baía transfigura mais que um espaço físico, mas um campo simbólico de existências. Sendo assim nossos objetivos específicos são: refletir sobre a percepção do espaço cultural de pescadores da Baía Babitonga por meio de relatos orais de si; problematizar as mudanças de percepções de pescadores em relação ao espaço habitado na Baía Babitonga considerando diferenças intergeracionais; refletir teoricamente sobre as relações cultura-natureza e a proteção do patrimônio natural com relação à Baía Babitonga.

Também interessa no trabalho lançar olhar às intensas disputas de ocupação do território, sobretudo os diversos empreendimentos que influenciam na proteção do espaço físico e subjetivo. Compreender por meio das narrativas desses sujeitos quais são os vínculos estabelecidos com a Baía Babitonga e como esses vínculos contribuem na proteção desse patrimônio é crucial na delimitação de estratégias efetivas de proteção e defesa desse território comum, a casa Babitonga.

Para refletir sobre esses imbricamentos foram produzidas narrativas de memória com sete (07) pescadores artesanais moradores do entorno Baía

Babitonga<sup>7</sup> e que tem como área de pesca e vida a própria Baía, ou seja, que possuem forte vínculo com o território.

Dada a grande abrangência territorial da Babitonga, os entrevistados para a pesquisa amostral não probabilística foram escolhidos de acordo com contato prévio da pesquisadora com esses sujeitos em encontros anteriores no seu espaço de trabalho no Projeto Toninhas/Univille ou por meio do Grupo de Trabalho de Pesca do Grupo Pró-Babitonga, uma câmara técnica recentemente criada que se propõe a discutir questões ligadas à pesca e às problemáticas que envolvem os seis municípios<sup>8</sup> que compõem a Babitonga. A partir desse contato prévio da pesquisadora, outros entrevistados chegaram a pesquisa por meio de indicação utilizando a técnica bola de neve. Buscamos orientar as escolhas de forma que cada um dos entrevistados tivesse como local de residência distinto na Baía, no desejo de uma visão mais ampla do território. Para auxiliar no processo de aproximação dessas narrativas, apresentamos aqui de forma resumida, cada um desses sujeitos.

As primeiras narrativas foram coletadas com Maria Cristine Lançoni, a Cris<sup>9</sup>. A única mulher entre os entrevistados mora em Araquari e pesca quase que diariamente. Como todos os seus colegas, não divide a semana em dias de trabalho e finais de semana, pesca conforme a lua e a maré. Cris nasceu em Guaratuba, no litoral norte do Paraná, mas logo após o nascimento, a família mudou-se para o interior do estado e depois para Joinville, em Santa Catarina. Ainda na infância precisou voltar para o litoral por problemas de saúde. Segundo seu relato, a baía a salvou quando tinha 12 anos e não acredita ter forças para sobreviver afastada do mar. Dos seus 53 anos de vida, declara ter dedicado 40 deles à pesca. Concluiu o ensino superior em pedagogia, porém exerceu a nova profissão por menos de um ano, pois não conseguiu adaptar-se a uma dinâmica de vida diferente da pesca. Junto da baía criou três filhos e passou por dois episódios de câncer.

---

<sup>7</sup> A posse e guarda dos materiais de pesquisa ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora pelo período mínimo de 05 anos. O material de coleta será doado ao Laboratório de História Oral da Univille conforme mencionado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e no Termo de Doação de Entrevista Oral.

<sup>8</sup> Os municípios do entorno da Baía Babitonga são: São Francisco do Sul; Balneário Barra do Sul; Araquari; Joinville; Garuva e Itapoá.

<sup>9</sup> Optamos por nos referir aos entrevistados da mesma forma como são socialmente conhecidos, uma forma de respeitar o processo de singularização no grupo, do processo de construção e fortalecimento da identidade e da subjetividade de cada sujeito, reforçado por meio de suas relações com seus pares.

Cris, apresentou à pesquisa Leocadio Cesario Machado, o Seu Leocadio. Um senhor de quase 60 anos, de pouquíssimas palavras. Seu Leocadio é morador da Vila Antenor, às margens do Canal do Linguado, local de um dos maiores crimes ambientais do estado. Ele relata as transformações que testemunhou no seu quintal ao longo das últimas décadas. Segundo o que recorda desde que nasceu sua família sempre morou no mesmo lugar, o espaço já foi comunidade de pescadores. Depois do fechamento total do Canal e inviabilidade de permanência na pesca local muitas foram as famílias que deixaram a Vila. Atualmente existem apenas três famílias de pescadores na região. Defende que nasceu pescador e o domínio de sua técnica vem da observação atenta ao seu entorno na Baía Babitonga.

De igual experiência é Célio dos Santos, o Celinho, de 61 anos. Morador do Estaleiro, próximo à balsa da Vila da Glória, também sempre habitou as águas da Baía. De família de pescadores, é um dos maiores conhecedores dos bons pesqueiros da Baía Babitonga e revela não contar seus segredos a qualquer um. Expressando na fala e nos gestos uma profunda ligação com seu espaço de vida, demonstra gratidão e alegria pela forma de vida que, segundo ele, condiciona sua existência. Com uma forte identificação com a profissão, diz reconhecer no caminhar quem é de fato pescador.

Mais jovem, com 47 anos, mas relatando equivalente experiência, está Samuel Magno da Rocha, umas das maiores lideranças da pesca artesanal na Baía Babitonga. Samuel mora na Ribeira, porção mais interna da baía próxima a Laranjeiras, uma das áreas de maior risco de implantação de empreendimentos portuários. Declara que firma suas raízes na terra por meio de uma antiga ancestralidade que lhe remonta aos povos originários da nação Tupi-Guarani, os carijós. É possível que essa herança, reforce sua conexão com a ideia de tradição de pesca. Seu filho José tem sete anos e segundo ele já é pescador, pois acompanha o pai e a mãe – também pescadora –, desde os quatro anos.

Diferente dos colegas entrevistados anteriormente, Jeferson Hass, morador da Vigorelli, não pesca desde pequeno. Encontrou o ofício depois de adulto, aos 22 anos. Havia exercido funções como técnico de ferramentaria e molde, mas algo na rotina da indústria não atendia sua natureza livre. Já pescava como atividade de lazer, mas foi com o valor de uma rescisão empregatícia em 1998 que comprou um pequeno barco e seus primeiros petrechos de pesca. Nunca mais deixou as águas da Babitonga. Não sabe afirmar se escolheu a pesca, ou se não se trata de escolha.

Segundo Jeferson, ser pescador é uma condição, uma necessidade de vida. De narrativas mais inflamadas, pouco fala de memórias, estando na maior parte do tempo conectado ao seu presente e preocupado com os riscos à sua atividade e ao seu território.

Próximas de Jeferson são as narrativas de Marcio Francisco Bertoti, o Bode, que atualmente é o presidente do Grupo de Trabalho de Pesca no Grupo Pró-Babitonga<sup>10</sup>, um GT que busca discutir de forma conjunta soluções socioecológicas e socioambientais de gestão para a Baía Babitonga. Hoje, Bode mora na Vigorelli, próximo ao rancho de Jeferson, mas já morou em diversas localidades da Baía Babitonga, entre essas, na Ilha Redonda, no coração da Babitonga. Além de muitas histórias de pescador, sua fala é marcada pelo maravilhamento das belezas da Baía Babitonga e pela defesa de áreas protegidas de pesca.

Cabe lembrar que iniciamos essa incursão teórica em março de 2019, desde então vivemos muitas transformações, sobretudo após o agravamento no Brasil da pandemia do COVID-19, em março de 2020. As coletas iniciadas em janeiro de 2020 foram interrompidas no dia 18 de março de 2020. Entre os entrevistados previstos estava João Gonçalves Batista, o Seu Jango, morador da região do Frias. Faria 71 anos em outubro deste ano (2021) e era um dos pescadores artesanais mais antigos em atividade na Babitonga. Conhecido e querido por todos por seu profundo conhecimento sobre pesca e sobre o mar, além de ser um defensor incessante da Babitonga. Seu Jango faleceu em agosto de 2020, vítima da COVID-19, sendo uma das mais de 500 mil vidas ceifadas por um vírus que assevera e explicita as desigualdades sociais do país.

Em fevereiro de 2021, atendendo a todas as recomendações de biossegurança da OMS, ouvimos Laudecir Antônio Batista, o Nico, um dos sete filhos do Seu Jango. Em uma narrativa bastante emocionada e demonstrando íntimos vínculos com o território, Nico nos brinda para além das memórias da família – pai, avô e bisavô pescador – divide conosco suas percepções do fluxo histórico na Babitonga.

---

<sup>10</sup> Grupo Pró-Babitonga (GPB), atua desde 2017 como um colegiado multissetorial, com 33 entidades participantes, representando os segmentos público, socioeconômico e socioambiental. Tem por objetivo contribuir, por meio de um processo público e participativo, para a melhoria da gestão ambiental da Babitonga ([grupoprobabitonga.com](http://grupoprobabitonga.com)). O GPB congrega órgãos das três esferas da Federação, associações empresariais, sindicatos, universidades e organizações não governamentais.

Para auxiliar nesse desafio teórico, optamos pela metodologia da história oral de vida. Esse método nos possibilita uma compreensão contextualizada do objeto de pesquisa, além de permitir o recorte de fatos mais representativos e excepcionais das subjetividades que ao se singularizarem retratam o grupo social.

A organização narrativa da vida cotidiana nos diz algo sobre onde está o sentido desta vida. [...] A memória e o relato oral sempre são uma questão de busca de sentido, por isso não utilizo este termo “testemunha” porque, do meu ponto de vista, implica uma relação de apenas recepção e não é o que ocorre, porque a memória não é um depósito de dados e de fatos. A recepção em si é uma interpretação, então, sempre há interpretação, que está sempre se processando, em movimento constante (PORTELLI, 2014, p. 205).

Somente por meio dessa aproximação, na experiência vivida do diálogo, será possível desenhar esse quadro social e relacional desses pescadores artesanais. Para esse rememoração, partimos da ideia do *quilt*, uma colcha de retalhos, que, conforme explica Portelli (2014), retoma um trabalho de bricolagem criando “sentido a partir de fragmentos de segunda mão”.

[...] fixa-se em fragmentos, ou melhor, em unidades de memória que não estão necessariamente conectadas em uma narração, em um relato cronológico ou em uma sequência lógica, contudo se associam, cada vez de uma maneira distinta, buscando uma relação entre eles na criação de um sentido que todos estes fragmentos constroem juntos (PORTELLI, 2014, p. 215).

O método pressupõe uma interação aberta, onde o entrevistado dá o tom e andamento ao relato. A fim de criar um ambiente mais propício a esse tipo de entrevista, a coleta ocorreu nas casas ou ranchos de pesca dos entrevistados, lugares onde costumam desenvolver suas atividades quando não estão no mar. A abordagem e convite para participar da pesquisa ocorreu *in loco*, com visita da pesquisadora a esses lugares. Tal abordagem foi favorecida pelo contato prévio da pesquisadora com as fontes, essa relação já estabelecida facilitou o aceite do convite e o próprio desenrolar da pesquisa, uma vez que em razão do vínculo comunicacional já criado, é possível que os entrevistados tenham se sentido mais à vontade para dividir com a pesquisadora seus relatos de vida.

Como método auxiliar optou-se pela observação participante (BOGDAN; BIKLEN, 1994; CLIFFORD; 1998), observando as atividades relacionadas à pesca (preparação e manutenção de petrechos, preparo de iscas, operação de pesca propriamente dita, desembarque pesqueiro, beneficiamento e comercialização do pescado), além das vivências, expressões e peculiaridades colhidas durante a

conversa. Esse método investigativo utilizado junto da história oral complementou e trouxe riqueza discursiva aos dados coletados nas entrevistas, relatando experiências para além das colhidas na fala, mas resultados da própria interação do pesquisador com o entrevistado e o meio.

Para nos acompanhar nessa incursão teórica, além da larga trajetória de Portelli (1997; 2014) junto à história oral, sobretudo a história oral de vida, lançamos mão dos estudos de Halbwachs (2013), com suas contribuições relacionadas à memória coletiva, Ricoeur (2007) com suas reflexões acerca de memória e Candau (2018) na conceituação de metamemória. Com Boaventura Sousa Santos refletimos (1988; 2007) sobre a ecologia dos saberes, como luminescência de um possível caminho para a religação dos saberes tradicionais em diálogo com os conhecimentos científicos. Apoiados na transdisciplinaridade de Morin (1991; 2003) e Nicolescu (1999), ponderamos sobre a possibilidade de superar as particularidades de cada área, numa conjugação de saberes que possam trabalhar conjuntamente por um mesmo fim.

Para conceituar comunidades tradicionais recorreremos à legislação vigente, além das produções de Diegues (1973; 1983) e Zappes (2015). Para discutir as disputas existentes no território nos baseamos no relatório produzido pela Procuradoria da República em Joinville (MPF/JOI; 2020), somadas a experiências semelhantes ao longo do litoral brasileiro, como as de Soto e Silva (2017), no Rio Grande do Sul e de Meira e Almeida (2016), no Espírito Santo.

Diante do exposto, a presente pesquisa sistematiza o conteúdo teórico e os relatos colhidos em três artigos (capítulos), que, apesar de autônomos, complementam-se mutuamente. Atendendo a normas específicas de publicação, seguem as recomendações definidas pelo periódico pretendido.

O primeiro capítulo “O patrimônio natural e cultural na Baía Babitonga: o espaço social na identidade de pescadores artesanais” apresenta uma caracterização descritiva da Baía Babitonga evidenciando-a enquanto patrimônio natural e cultural, bem como a percepção desses pescadores artesanais com relação a esse patrimônio sentido. Por meio de uma compilação bibliográfica buscou-se dar contorno ao Ecossistema Babitonga discorrendo sobre os sujeitos humanos e não humanos desse território e o uso da baía. Associadas à revisão teórica, as narrativas dos pescadores artesanais evidenciam a percepção desse patrimônio sentido, vivido no espaço cotidiano. O capítulo I foi submetido ao

periódico “Cadernos CERU/USP” (<https://www.revistas.usp.br/ceru>) em 08 de dezembro de 2020 e está em avaliação.

O segundo capítulo “Os pescadores artesanais da Baía Babitonga, os sujeitos sujeitos ao território” explora o reconhecimento e a caracterização dos pescadores artesanais, refletindo sobre como suas narrativas de memória indicam identidades intimamente ligadas ao fazer na Baía Babitonga. Por meio do estreitamento das relações desses sujeitos com o ambiente físico e simbólico, reflete-se como esse é imprescindível para a existência do pescador artesanal tal qual ele se reconhece e se constitui no grupo social. O capítulo II será submetido ao periódico Revista Brasileira de História Oral, no segundo semestre de 2021.

O capítulo III, “Baía Babitonga, patrimônio comum em disputa”, aprofunda a discussão relacionada às forças de disputa nesse território. Iniciando por meio de um levantamento documental dos empreendimentos instalados ou previstos para a Baía Babitonga, explora como os pescadores artesanais enxergam e reconhecem esse lugar e como percebem os jogos e forças de poder que se sobrepõem ao território, problematizando quais as maiores ameaças ao espaço e a esses sujeitos. O capítulo III será encaminhado à publicação no segundo semestre de 2021 e o periódico de destino ainda não foi definido.

A presente pesquisa não se refere diretamente a um Patrimônio Cultural reconhecido em sua forma institucionalizada, este esforço se lança sobre um de seus fundamentos: a identidade dessas comunidades tradicionais e seus enlaces com o território. Faz-se salutar, neste contexto, ampliar as discussões a respeito do tema, contribuindo para a produção científica local, configurando-se um caminho de reflexão para estratégias de proteção desse espaço que levem em consideração todos os agentes envolvidos.

Cabe afirmar que o agravamento no Brasil da pandemia do COVID-19, afetou fortemente essa pesquisa e os rumos metodológicos. Não nos cabe, nesse momento, apresentar os pormenores e as mudanças que foram necessárias, mas é imprescindível considerar que muitos caminhos teóricos foram readequados, realocados e redimensionados. O presente estudo é resultado de todos esses atravessamentos, dos cruzamentos dessas múltiplas formas de existir em uma sociedade complexa e em crise. Bebemos na sabedoria dos entrevistados: “é preciso continuar navegando mesmo em mar bravio”.

## **CAPÍTULO I – O PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL NA BAÍA BABITONGA: O ESPAÇO SOCIAL NA IDENTIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS<sup>11</sup>**

Naira Rosana Albuquerque, mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade – Univille | Univille |  
nairarosanaalbuquerque@gmail.com

Taiza Mara Rauen Moraes, doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina |  
Univille | moraes.taiza@gmail.com

Ilanil Coelho, doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina | Univille |  
ilanilcoelho@gmail.com

### **Resumo**

O artigo aborda reflexões iniciais da pesquisa dirigida para a Baía Babitonga como um múltiplo patrimônio em disputa, tendo como referência olhares de pescadores artesanais. As reflexões decorrentes de narrativas orais de pescadores artesanais da Baía Babitonga, no norte catarinense, buscam evidenciar as relações de memória, pertencimento e identidade desses sujeitos com seu espaço de vida, refletindo teoricamente sobre as relações cultura-natureza que esses estabelecem. Compreender os vínculos com o território e em que medida esses vínculos contribuem ou não na proteção deste patrimônio se faz importante na delimitação de estratégias efetivas de proteção e defesa dessa casa comum, a Babitonga.

### **Palavras-chave**

Baía Babitonga; patrimônio natural; patrimônio cultural; pescadores artesanais; história oral

### **Abstract**

The article “The natural and cultural heritage in Babitonga Bay: the social space in the identity of artisanal fishermen” approaches initial reflections of the dissertation “Bait Babitonga, multiple heritage in dispute: views of artisanal fishermen”. Through oral narratives by artisanal fishermen from Babitonga Bay, in northern Santa Catarina, we seek to highlight the relationships of memory, belonging and personal identity with their living space, reflecting theoretically on the culture-nature relationships established. Understanding the links with the territory and how these links contribute or not to the protection of this heritage is important in delimiting effective protection and defense of this common house, Babitonga.

### **Key words**

Babitonga Bay; natural patrimony; cultural heritage; artisanal fishermen; oral history

---

<sup>11</sup> Submetido ao periódico “Cadernos CERU/USP” (<https://www.revistas.usp.br/ceru>), em 08 de dezembro de 2020 e está em avaliação.

## 2.1 Introdução

O presente artigo aborda reflexões iniciais de uma pesquisa desencadeada por narrativas orais de pescadores artesanais da Baía Babitonga, no norte de Santa Catarina. Buscamos evidenciar as relações de memória, pertencimento e identidade desses sujeitos para com seu espaço de vida, refletindo teoricamente sobre as relações cultura-natureza que esses estabelecem.

Compreender os vínculos desses pescadores com o território e como esses vínculos contribuem ou não na proteção deste patrimônio é crucial na delimitação de estratégias de proteção efetivas e defesa da casa comum, a Babitonga.

A fim de dar contorno a esse patrimônio natural e cultural, lançamos mão de uma revisão bibliográfica no intuito de uma breve caracterização da Baía e dos sujeitos humanos e não humanos que nela habitam. Associada a essa revisão teórica, somam-se as narrativas de seis (06) pescadores artesanais, pertencentes a esse espaço físico e imaginado<sup>12</sup>.

Para tal, optou-se pela metodologia da história oral de vida, que nos possibilita uma compreensão contextualizada, como indicado por Portelli (2014, p. 205): “a organização narrativa da vida cotidiana nos diz algo sobre onde está o sentido desta vida”. Somente por meio dessa aproximação, na experiência vivida do diálogo, será possível desenhar esse quadro social e relacional. Partimos da ideia do *quilt*, uma colcha de retalhos, que, conforme explica Portelli (2014), retoma um trabalho de bricolagem criando sentido a partir de fragmentos.

[...] fixa-se em fragmentos, ou melhor, em unidades de memória que não estão necessariamente conectadas em uma narração, em um relato cronológico ou em uma sequência lógica, contudo se associam, cada vez de uma maneira distinta, buscando uma relação entre eles na criação de um sentido que todos estes fragmentos constroem juntos (PORTELLI, 2014, p. 215).

Como método auxiliar optou-se pela observação participante (BOGDAN; BIKLEN, 1994; CLIFFORD; 1998), observando as atividades relacionadas à pesca,

---

<sup>12</sup> Dada a grande abrangência territorial da Babitonga, os entrevistados para a pesquisa amostral foram escolhidos de acordo com o contato prévio da pesquisadora com esses sujeitos em encontros anteriores no seu espaço de trabalho no Projeto Toninhas/Univille ou por meio do Grupo de Trabalho de Pesca do Grupo Pró-Babitonga, uma câmara técnica recentemente criada que se propõe à gestão pesqueira e às problemáticas que envolvem os seis municípios que compõem a Babitonga.

além das vivências, expressões e peculiaridades colhidas durante a conversa. Esse método investigativo utilizado juntamente com a história oral complementou e trouxe riqueza discursiva aos dados coletados nas entrevistas, relatando experiências para além das colhidas na fala, mas resultados da própria interação do pesquisador com o entrevistado e o meio.

## 2.2 A Baía Babitonga, casa-comum

Para iniciarmos o diálogo, cabe de antemão uma apresentação desse espaço de múltiplas vivências. O ponto de partida é uma visão circulante nas pesquisas sobre a Baía Babitonga que sinalizam expressões como “um dos estuários<sup>13</sup> mais importantes do sul do país”; “um dos estuários mais representativos do Brasil”, “desempenha um papel importante para...”, “constitui uma das principais áreas estuarinas do estado”, etc. Advérbios e adjetivos utilizados para ressaltar sua grandiosidade e o valor patrimonial. Assim, o ponto de partida para a reconstrução de olhares sobre a Babitonga, é uma abordagem descritiva.

A maior baía navegável do estado de Santa Catarina abriga a última grande floresta de manguezal do Hemisfério Sul. São mais 80km<sup>2</sup> de bosque de mangue (GERHARDINGER, *et al.*, 2021; IBAMA, 1998), aproximadamente 80% dos manguezais catarinenses (KILCA *et al.*, 2019). No seu limite nordeste, a baía é abraçada pela Serra do Mar (RODRIGUES, 2000, p.16), constituindo junto dos estados de São Paulo e Paraná o maior corredor ecológico de Mata Atlântica<sup>14</sup>, o último grande remanescente contínuo desse bioma (INPE/Fundação SOS Mata Atlântica; 2018), reserva de biodiversidade e patrimônio nacional segundo a Constituição Federal.

---

<sup>13</sup> Os estuários são ecossistema de transição entre a água doce continental e a água salgada dos oceanos e desova e reprodução centenas de espécies, tanto aquáticas (como peixes, crustáceos, moluscos, etc.), quanto as que vivem em suas margens (aves, répteis e mamíferos), se caracterizando como grandes berçários.

<sup>14</sup> A Mata Atlântica é o segundo bioma mais ameaçado de extinção do planeta. Apesar disso, ela mantém índices altíssimos de biodiversidade (um dos maiores do mundo) que a classifica como um “*hotspot*”, ou seja, um lugar onde existe uma grande riqueza de diversidades biológica e ao mesmo tempo sofre uma grande ameaça. A Mata Atlântica é considerada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e abrange total ou parcialmente 17 estados brasileiros e mais de 3 mil municípios (BRASIL/MMA, 2014).

A vegetação é banhada por uma densa rede hídrica de pelo menos 14 córregos e rios, com destaque para os rios Palmital, Cachoeira, Cubatão e Parati-Mirin (MAZZER *et al.*, 2012), sendo o Cachoeira e o Cubatão responsáveis pelo abastecimento do município de Joinville, maior cidade do estado, com mais de 500 mil habitantes.

Esses doces braços vão desembocar em uma foz de mais de 160 km<sup>2</sup> de lâmina d'água, guarida de 287 espécies de peixes (GERHARDINGER *et al.*, 2020, p 12), entre eles, o mero (*Epinephelus itajara*), um dos maiores peixes da costa brasileira, listado como criticamente ameaçado na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos (BRASIL/MMA, 2014).

Os pescados dividem essas águas com tartarugas, golfinhos e outros mamíferos marinhos, com destaque para os boto-cinzas (*Sotalia guianensis*) e as toninhas<sup>15</sup> (*Pontoporia blainvillei*), ambos com populações residentes na baía.

A toninha é o golfinho com maior risco de extinção do Brasil e um dos mais ameaçados do planeta, estando no último nível de ameaça antes da extinção na natureza. O município de São Francisco do Sul (SC) elegeu a toninha como mascote, em 2009, por meio da Lei Ordinária N<sup>o</sup>. 857/2009. Tal reconhecimento se deve ao fato da Baía Babitonga abrigar a única população de toninhas residente em um estuário. Não é comum essa ocorrência em baías, estuários ou ambientes mais protegidos. São cerca de 50 animais monitorados há aproximadamente duas décadas pelo Projeto Toninhas/Univille<sup>16</sup>, nesse laboratório a céu aberto.

---

<sup>15</sup>A toninha (*Pontoporia blainvillei*) é um dos golfinhos mais antigos do mundo, vivendo em nossos mares há cerca de um milhão de anos. Sua linhagem surgiu bem antes da maioria dos golfinhos modernos, pertencendo a uma família ancestral de botos de rio. É a única espécie da sua família ainda existente, configurando-se como uma grande relíquia biológica. Está entre os cinco menores golfinhos do planeta, atingindo um tamanho médio de 1,70 metros quando adulto. Tem coloração críptica, que lembra café com leite e o comportamento discreto, se comparado a outros golfinhos. Esse animal pequeno e frágil é considerado o golfinho em maior risco de extinção de todo o Atlântico Sul Ocidental e na Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção aparece listada como “criticamente em perigo”, o último nível de ameaça antes da extinção na natureza.

<sup>16</sup> O Projeto Toninhas/Univille há quase 20 anos trabalha na pesquisa e conservação de pequenos cetáceos, sobretudo a toninha (*Pontoporia blainvillei*), o golfinho em maior risco de extinção da costa brasileira. Uma das principais barreiras à conservação desse cetáceo é a falta de conhecimento da população em geral sobre a espécie. Assim, uma das principais linhas de atuação é a popularização da toninha, buscando somar esforços para a conservação da espécie. Desenvolve ações de pesquisa e sensibilização ambiental de

A riqueza da Babitonga não se encontra apenas nas águas. O céu é colorido por 474 espécies de aves, dessas pelo menos 40 ameaçadas de extinção, o que representa 70% da diversidade de avifauna de Santa Catarina (GROSE *et al.*, 2019). Entre as aves migratórias (23 espécies) encontra-se o guará (*Eudocimus ruber*) que reapareceu na região depois de 150 anos sem registro. Sua ausência foi tal que chegou a ser considerado extinto no estado (FINK, 2013, p. 66). Atualmente, a Babitonga é a única colônia ativa de guará no sul do País.

Todo esse rico ecossistema, composto de múltipla biodiversidade, representa um suntuoso patrimônio natural com inegável valor universal excepcional do ponto de vista estético e científico (UNESCO, 1972). Ambientes assim possuem alto valor para a manutenção da vida, servindo de suporte à biodiversidade e consequentemente segurança alimentar a humanos e não humanos (GERHARDINGER *et al.* 2020; CREMER, 2020). É nesse sentido, que o relatório da Unesco afirma que “os recursos naturais, incluindo-se o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e, especialmente, amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser salvaguardados em benefício das gerações atuais e das futuras, por meio do cuidadoso planejamento ou administração” (UNESCO, 1972).

Apesar da reconhecida importância paisagístico-ecológica, as pesquisas sobre o patrimônio natural e cultural da região são escassas, reflexo pouco destaque do local no cenário nacional. A escassez reflete também os processos de valorização do patrimônio no Brasil marcado por desigualdades, em prol da valorização dos bens considerados monumentais ou daqueles para os quais o mercado turístico vê possibilidades de exploração. Para Scifoni (2006, p.14), na prática institucional brasileira, o patrimônio natural é visto como uma questão secundária e em muitos casos até marginal. “Por integrar a esfera institucional da cultura e não do meio ambiente, ficou de fora de um processo de unificação das diversas categorias de áreas protegidas em um único sistema de unidades de conservação”.

Essa reflexão é necessária porque a proteção do patrimônio natural envolve questões para além da reserva da biodiversidade, uma vez que proteger o natural é também preservar as interações do homem com o meio. “A natureza de que se trata hoje é, antes de tudo, histórica e social, uma vez que as transformações que o

---

forma articulada com várias instituições nacionais e internacionais, fortalecendo as parcerias para o trabalho em rede.

homem lhe impõe se inscrevem no curso de um processo histórico de constituição da sua humanidade” (SCIFONI, 2006, p.17). Nessa perspectiva, a Baía Babitonga é componente das práticas socioespacial de seus grupos.

### **2.3 Pescadores artesanais, os filhos naturais da Baía**

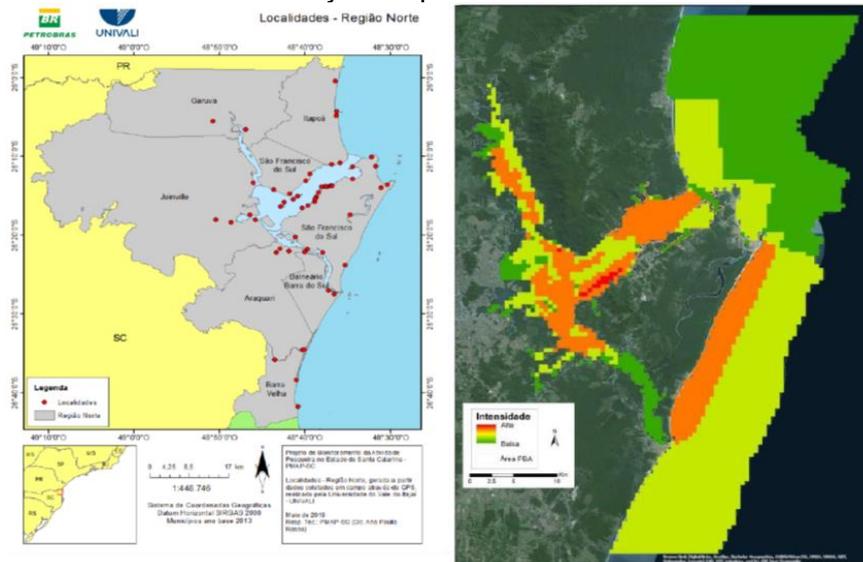
A grande mãe de longos braços em formato de útero é lar de centenas de famílias de pescadores, comunidades tradicionais<sup>17</sup> que há gerações vivem dos recursos da baía em uma íntima relação com o ambiente natural. Dados do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos – PMAP-BS registraram que nos municípios do entorno da Babitonga existem 51 localidades pesqueiras (figura 01) pelas quais se distribuem 1600 pescadores artesanais (PMAP-BS/UNIVALI,2019).

Figura 01: Imagem do lado esquerdo, mapa da Baía Babitonga com as localidades de pesca. Imagem do lado direito, mapa da Baía Babitonga com as principais áreas de

---

<sup>17</sup> De acordo com a Lei nº 9.985/2000, populações tradicionais são aquelas que vivem inseridas em um determinado ecossistema a gerações, desenvolvendo uma íntima relação com o ambiente natural, vivendo dentro de sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, dependendo desses para sua subsistência e adaptadas às condições ecológicas locais, desempenhando um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica local (BRASIL, 2000). Essas comunidades costumam serem muito antigas, suas origens se perdendo no tempo. Como característica marcante, há nas populações tradicionais uma sintonia, uma conexão com o meio natural, onde seres humanos e não humanos compartilham o mesmo ambiente, hora de forma mais harmônica, hora menos. Nessa dinâmica, a dicotomia homem-animal propagada pela visão cartesiana não se aplica e o natural caminha em sentido contrário ao progresso.

utilização da pesca artesanal.



Fonte: PMAP/Univali – Relatório Técnico Semestral BR 04042038/19 Volume 2; GERHARDINGER *et al.*, 2021.

Essas comunidades antigas, em suas origens se mesclam com os primeiros habitantes<sup>18</sup>. Como característica marcante, há nesses grupos uma sintonia, uma conexão com o meio natural, onde seres humanos e não humanos compartilham o mesmo ambiente, hora de forma mais harmônica, hora menos. Nessa dinâmica, a dicotomia homem-animal<sup>19</sup> propagada pela visão moderna não se aplica e o natural caminha em sentido contrário a noção capitalista de progresso<sup>20</sup>. Progresso esse

<sup>18</sup> Estudos arqueológicos em sambaquis da região evidenciam a presença de comunidades de caçadores e coletores há mais de cinco mil anos, assim como o registro da ocupação da baía por grupos indígenas chamados Carijós (da nação Tupi-guarani), nos séculos XV e XVI (BANDEIRA, 2004).

<sup>19</sup> Historicamente, a ideia de uma natureza rústica tem criado distanciamentos na relação entre homem e o meio ambiente. Ao longo do tempo, sobretudo a partir do século XVII, com o avanço do pensamento filosófico moderno, uma dicotomia cada vez mais acentuada separou o homem e o animal. O homem, enquanto ser racional, se diferencia da animalidade. Segundo Gonçalves (2002) a ideia de natureza objetiva e exterior ao homem surge na Revolução Industrial e pressupõe o homem enquanto elemento não natural e fora da natureza. Com a consolidação da filosofia cartesiana privilegiando a razão e o pensamento lógico, a consciência humana adquire *status* de superioridade, delegando aos seres não humanos a posição de bárbaro, um corpo sem alma, um simples mecanismo, já que não possui a faculdade de pensar. Homem e animal se tornariam cada vez mais estranhos entre si. De acordo com Nunes (2011), o animal se tornaria o outro da nossa cultura, “simbolizando o irascível dos sentimentos e a bruteza dos instintos”.

<sup>20</sup> A busca pelo novo colide com os signos do passado e com a manutenção da natureza, ambos tidos como expressões do atraso, do mau gosto e do empobrecimento. Zanirato (2009, p. 146) comenta que nos dias atuais tal tipo de pensamento encontra terreno fértil em muitos segmentos sociais. “Não raras vezes [as questões de proteção do patrimônio]

entendido como a habilidade de alterar o mundo natural a serviço do homem, tendo o meio ambiente uma função utilitarista. A relação de proximidade, de conectividade é facilmente reconhecida na fala dos pescadores da Baía Babitonga, que se percebem ligados e dependentes desse espaço não somente como meio de subsistência, mas como espaço simbólico do pertencer, uma necessidade para a configuração e apaziguamento do indivíduo. Como evidente em algumas falas:

A baía me segura. A baía me segura, e quando eu preciso de comer vou ali mato um peixe, quando eu preciso de dinheiro vou ali e pesco. (informação verbal)<sup>21</sup>

Ah, a baía sei lá, é eu sempre falo que ela é uma mãe que alimenta nós e aí o braço dela sempre puxa pro bem né!. Ali tem tudo, até não é só para mim, mas tudo estresse que tu tem, se ir lá no meio do mar acabou. (informação verbal)<sup>22</sup>

De repente tu já tá lá, é uma coisa que te puxa, e se eu ficar três dias sem ir pro mar já começa a dar um... ficar estressado. Aguenta o primeiro, segundo dia, no terceiro dia já começa a ir pro mar. É falta de mar, é falta de mar! Nem que não seja pra matar o peixe. - Ah não eu quero matar o peixe, pego pra vender, não é. Nem que eu pegue a batera dô uma volta e venha embora. Entendeu? Não é por causa de dinheiro, posso tá com um milhão, mas eu quero dar uma volta lá no mar, gosto de navegar, gosto de andar no mar. (informação verbal)<sup>23</sup>

E meu lugar é no mar... não adianta. Eu tenho que tá lá na água, todos os dias de preferência. [risos]. As vezes tá uma chuva e eu tô lá. A turma diz—"tu vai pra água?", --"vô"! vou dar um passeio, vou ver se pego alguma coisa" (informação verbal)<sup>24</sup>

A vontade na verdade, é, tanto eu quanto ele, meu parceiro ali. A vontade tem sempre, quantas vezes nos fomô pesca, tipo assim, semana, semana retrasada né. É fomo lá pesca deu cento e poucos quilos de tanhota né. Vendeu naquele dia, até a peixaria, viéro buscá. Tu chega em casa com o peixe, dá vontade de voltá, isso que eu falo de vontade, não chega a ser um vício, mas é um, um querer,

---

esbarram num contexto adverso, envolto em interesses imobiliários e em ideais de progresso, que se expressam em discursos nos quais o "novo" e o "moderno" aparecem como sinônimos de beleza e superioridade".

<sup>21</sup> ROCHA, Samuel Magno. **Entrevista V.** [dez. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Samuel.mp3 (128 min.)

<sup>22</sup> Vide anterior

<sup>23</sup> Vide anterior

<sup>24</sup> LANÇONI, Maria Cristine. **Entrevista I.** [fev. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Araquari, 2020. Cris.mp3 (128 min.)

uma vontade, é legal, é uma adrenalina que vem nesse negócio aí. E no trabalho não conseguia te isso aí, na água a gente tem. (informação verbal)<sup>25</sup>

Esses relatos indiciam a sacralidade dessas comunidades com o espaço.

Quando eu era criança eu tinha um problema de saúde, muito grave pra criança, é um negócio pulmonar, que junta água no pulmão. [...] Quando eu fiz nove ano, eu fui pro hospital Pequeno Príncipe, e o médico lá disse a minha mãe que eu devia morar no litoral, que eu não ia ficar viva muitos anos. [...] quando apareceu essa doença eu tinha dois aninho, um aninho. Eu tinha nove anos quando eu fui mora no litoral. Mas até os nove ano eu sofria muito, eu perdia estudo, eu não conseguia ir pra aula. [...] E ali eu fui crescendo, fui melhorando, com 12 ano, eu sarei. Me transformei num peixe, entrei na água nunca mais saí. (informação verbal)<sup>26</sup>.

Então sempre quando eu tô com problemas, eu estou com problema, o mar pra mim é terapia. Deixo tudo que é ruim, e eu fico com outra cabeça pra casa, outro pensamento. (informação verbal)<sup>27</sup>

A baía Babitonga, tudo que eu sou e tenho depende dela, tudo. (informação verbal)<sup>28</sup>

Refletir sobre esse modo de vida compartilhada com a natureza nos conduz a macrovisões de proteção do espaço. Cabe lembrar que a disputa pelo território e a ocupação desordenada, somadas à exploração predatória dos recursos naturais são responsáveis pelos principais problemas ambientais do País, sendo essa a realidade da Babitonga. Não raras vezes a conservação e a preservação do *habitat* são consideradas um obstáculo à concepção de progresso moderno e nesse sentido uma visão mais integralista converte-se em caminho para a proteção do patrimônio.

Diegues (1983) defende o uso desse conhecimento nativo e/ou tradicional na conservação da biodiversidade, principalmente, quando se trata de pescadores. Para o autor, a dependência dos pescadores artesanais dos ecossistemas litorâneos, permitiu a sustentabilidade dos recursos naturais e das relações sociais no tempo. O que os caracteriza não é somente o viver da pesca, mas é, sobretudo, a apropriação real dos meios de produção, o controle de como pescar e do que

---

<sup>25</sup> HASS, Jeferson. **Entrevista III**. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Jeferson.mp3 (42 min.)

<sup>26</sup> Vide nota 13.

<sup>27</sup> MACHADO, Leocadio Cesari. **Entrevista IV**. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Leocadio.mp3 (156 min.)

<sup>28</sup> Vide nota 10.

pescar, em suma o controle da arte de pesca. O pescador artesanal mantém uma estreita relação com o conhecimento ecológico local e a apropriação de recursos naturais.

É, que o pescador ele tem que acompanhá a lua, a maré, se tiver que acorda meia noite, ele tem que ir meia noite, se tiver quê ir 2 horas da manhã, 2 horas da manhã. Se dizia – não, duas horas não vou, vou às 5 ele perdeu a maré, ele perdeu o peixe, que acabou, não adiante nem ele sair de casa, entendeu, que é aquele horário. A gente pesca assim, a gente não pesca na loucura – A vamô agora que vai ter peixe, --Não, vamo ver a lua, vamô ver se presta a maré, se não presta, vamô ver o vento, nós temo que ter a rede boa também. (informação verbal)<sup>29</sup>

Essa semana agora tava chovendo, deu temporal de chuva, aí a gente, tu se, se fica cabreiro né, ah temporal de chuva. Por que, por que eu matei aqueles robalo ali? [aponta em direção ao freezer] Devido à chuva que deu. Essa temporada de chuva que deu... Por causa da água doce. Tira ele do rio, vem pra cá... É muita força, da água ele não se guenta lá, e a água tamem muito doce tamem. Ele vem embora, então eu disse -- Sonia, não vamô xingá. Não vamô xingá porque tudo tem um propósito. (informação verbal)<sup>30</sup>

Rodrigues (2000), ao realizar um diagnóstico socioeconômico e ambiental da pesca artesanal na Baía Babitonga<sup>31</sup>, concluiu que esses trabalhadores possuem largo conhecimento do mar, do tempo, das espécies de pescado e de seu

---

<sup>29</sup> Vide nota 10.

<sup>30</sup> SANTOS, Célio dos. **Entrevista II**. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Celinho.mp3 (156 min.)

<sup>31</sup> O litoral sul do país se configura pela miscigenação dos povos originários aos colonizadores, os açorianos no caso do litoral catarinense. Historicamente, a pesca surgiu nessa região como uma fonte de subsistência secundária, complementando a atividade agrícola das famílias de lavradores que ocupavam essas regiões. Entretanto, com a falta de espaço e terrenos que favorecessem o desenvolvimento da agricultura, com o tempo essas famílias passaram a se dedicar essencialmente ao mar (TEIXEIRA, 1988). Segundo os levantamentos de Rodrigues (2000), as comunidades pesqueiras da região remontam do período colonizatório e até hoje se encontram fixadas nos mesmos lugares no entorno da Babitonga. São Francisco do Sul é o município com maior número de comunidades, sendo estimadas 22 delas, que concentram 49% da frota que é constituída por 493 embarcações. Dessas embarcações, 33% não possuem motor e 94% são desprovidas de cabine. Muitos pescadores não detêm os meios de produção e boa parte desses trabalhadores também se dedicam à coleta natural de recursos disponíveis no manguezal, como atividade complementar de renda (caranguejo, ostras, berbigão, etc.). Essas famílias são geralmente compostas por um mantenedor e em média três dependentes e estima-se que para cerca de 1.400 famílias tenham na pesca a principal fonte de renda, ou seja, um montante aproximado de 6.528 pessoas, atualmente, dependentes da pesca artesanal para seu sustento na região da Baía da Babitonga (RODRIGUES, 2000, p. 44-45).

comportamento<sup>32</sup>. E todos estes fatores, segundo a autora, contribuíram para desenvolver a identidade cultural própria desse pescador, se sobressaindo em suas narrativas a valorização da independência, da autonomia, a desconfiança de pessoas de fora da comunidade, o conservadorismo, a resistência às mudanças e à incorporação de novas tecnologias.

O trabalho não é apenas uma ocupação, não é uma simples troca econômica, sobretudo proporciona um modo de vida, uma maneira de existir. O trabalho é um modo de imaginar a vida e por isso um valor social.

Há uma representação do pescador como um trabalhador livre. [...] a única forma de trabalho que lhe traz satisfação é a pesca artesanal. [...] trabalho do pescador é a mola mestra da única vida que ele conhece e trabalho e diversão ou trabalho e cultura não estão divorciados. [...] se relacionam intrinsecamente com a natureza, nas formas de trabalho e relações comunitárias [...] é um “meio de vida.” (SOTO; SILVA, 2017, p.137-138).

Junto às noções de si, caminham uma infinidade de tradições, de modos de vida e peculiaridades do fazer, conhecimentos intrínsecos dessa relação. Relações essas de parentesco, amizade e camaradagem entre si. A atividade pesqueira depende dessas relações de proximidade uma vez que essas vivências são carregadas de aspectos simbólicos tradicionalmente construídos (SOTO; SILVA, 2017).

E tinha um senhor, que morava bem vizinho meu, Seu Janjão. E ele não tinha filhos, só morava ele e uma senhorinha. E daí, e ele me pegou como neta né, e ele me levava pra tudo quanto é canto pesca, e ele me ensino tudo que eu sei de pesca. Senhor Janjão, e eu aprendi tudo que eu podia. Foi quando eu comecei a, “tarrafeá”, com 11 ano pra 12, com “12 ano” eu já “tava” esperta no assunto. (informação verbal).<sup>33</sup>

[...] nao só eu, mas muito parente que depende da baía, muitos saem né, vão trabalhar de pedreiro, e meu vô era índio carijó aqui de São Chico, o pai da minha mãe, se criou em beira de rio. Então ele é um cara que ele era índio mesmo, ele não criava galinha, ele não criava nada, ele matava um jacu, ele matava um anu, ele matava saracura

---

<sup>32</sup> Esses pescadores dominam todo o processo de produção do peixe, a precibilidade do produto, o que determina a comercialização do mesmo, condições desvantajosas definidas pelos intermediários, a divisão do trabalho, a importância do mestre de pesca, as funções de vigia (que localiza os cardumes), dos camaradas de rede, dos ajudantes na praia, o recrutamento informal dos camaradas, a ausência de vínculos empregatícios, os laços de afetividade, o fato de produzirem a sobrevivência num meio instável, o que torna a atividade perigosa, etc.”

<sup>33</sup> Vide nota 13.

pra família comer, e pescava também né. Aí depois que veio uma outra geração que é meu pai que a mãe, minha mãe Alzira que é filha dele, não, vamo criar uma galinha! Não precisa matar bicho e coisa, né? Vamo criar uma galinha. daí começaram a aprender a criar galinha, criar porco, daí já não matava mais os bicho né, daí aprendeu. Só que nós no mar nós tamo igual os índio ainda. (informação verbal).<sup>34</sup>

A rotina nossa hoje é assim. Vamo pesca, vamo escolhe um dia bom, é, a vontade também manda bastante sabe, tipo assim – A hoje, nois tem coisa pra faze, vamo amanhã, amanhã nois vamo. Aí prepara tudo, prepara as rede no barco. A gente leva bastante gelo, no mínimo umas 8 garrafa de gelo, porque o peixe sai da rede vai pro gelo. Hoje você vai come um peixe diferente aqui, talvez que você nunca comeu na tua vida. Não da qualidade dele, não dá, da, da, de ser um robalo, de ser um saguar, mas do, do gosto do peixe. (informação verbal).<sup>35</sup>

Eu brinco no mar, é a mesma coisa que fosse o quintal de casa aqui, o mar pra mim, aham. A gente morô sempre de frente pra baía. Ali o quintal de casa era a baía, era o mar. (informação verbal).<sup>36</sup>

tu sai daqui da pescaria, aberto livre, livre né... Livre né, aberto né. (informação verbal).<sup>37</sup>

A partilha desse espaço social faz com que a baía e suas paisagens componham a memória coletiva dessas comunidades, um patrimônio comum de recordações, espaço de obras do homem. Memória coletiva segundo Halbwachs (2013), percebida como uma construção social que só é possível no grupo.

A partir do momento em que um grupo social se encontra inserido em um espaço, passa então a moldá-lo à sua imagem, isto é, a suas concepções, valores, ao passo que também se adapta a materialidade do lugar que resiste a sua “influência” [...] cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, por que todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida em sua sociedade (HALBWACHS, 2013, p. 130).

Nesse sentido, o patrimônio representa a “memória” da natureza e o patrimônio cultural é percebido como produto dessa relação que é estabelecida. Para Candau (2018) a metamemória, de natureza coletiva e compartilhada, se

---

<sup>34</sup> Vide nota 10.

<sup>35</sup> Vide nota 14.

<sup>36</sup> Vide nota 10.

<sup>37</sup> Vide nota 19.

organiza a partir de uma memória recuperada, sendo uma representação que surge de uma provocação. “Um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros do grupo” (CANDAU, 2018, p. 24). Por essa característica representativa, a metamemória está intimamente ligada à noção de identidade, uma vez que a elaboração e a reelaboração da memória podem atribuir sentidos grupais, formando os quadros sociais.

É, nós pescava com 7 anos, 6 anos, pescava sozinho já. Uhum, sabia rema, sabia solta a rede, sabia pega o peixe. Vendia também produto nosso, desde aquela época também, nós não paramo mais. Foi indo, também que ficava muito fácil, ficava assim no quintal de casa, o pai deixava a canoa e as rede, o pai saía nós entrava na canoa e saía, saía pra pesca. (informação verbal).<sup>38</sup>

Não por causa que nós se criava assim mesmo, antigamente nós se criava assim, no mato no mar. Era normal, andava descalço. (informação verbal).<sup>39</sup>

Pescador tu conhece até pelo jeito dele andar, ta. Eu vou em Joinville com a Sônia [esposa]. - Sônia aquele ali é pescador. - Como é que tu sabe? - Olha o jeito do home, tu vê a calcinha arregaçada, É o pé torto, né, ou é da roça ou é pescador... Diferente! (informação verbal).<sup>40</sup>

Eu vou aí pro mar eu sei certinho cara que é pescador profissional e quem não é. O jeito de puxa a rede como a maré tá puxando na forma de puxa a rede, você sabe se posicionar para maré enchendo ou vazando pra puxar uma rede, esses cara que vem de fora aí não sabe nem puxa uma rede, joga pra lá, joga pra cá, joga pra lá atravessado. Entrevistadora: Não entende que é uma ciência né? É uma ciência claro. Você que sabe que gente é, nós que sabemos trabalhamo mais fácil, não fazemo com tanta força, cê vê nego puxando rede aí, cara mete uma rede, liga o motor, é béééé, não precisa nada disso é só saber como é que a rede trancou, você coloca uma rede na pedra aqui ó uma laje lá, a maré tá vazando a rede vem encosta aqui ó, na Laje aqui, então para tu tirar ela tem que forçar lá para cima, vê como ela trancou e onde tá a laje, pode ser lá para cima. Ele que não sabe, não, eles mete o contrário aí rasga tudo a rede, fica a rede no fundo lá, atrapaçando o pesqueiro. Então é tudo isso pescaria manda, tem que tem que saber tem que ter o conhecimento da coisa, não é assim. (informação verbal).<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> Vide nota 10.

<sup>39</sup> Vide nota 10.

<sup>40</sup> Vide nota 19.

<sup>41</sup> Vide nota 19.

Halbwachs (2013) complementa que o indivíduo só é capaz de recordar na medida em que pertence a grupos sociais. Isolado não forma lembranças ou não é capaz de sustentá-las, pois necessita do apoio dos testemunhos de outros para alimentá-las e formatá-las.

Por essa característica representativa, a metamemória está intimamente ligada à noção de identidade, pois a elaboração e reelaboração da memória podem atribuir sentidos grupais, formando os quadros sociais de memória. A própria lembrança dessa relação influencia na identidade do sujeito. Sem memória, o sujeito esvazia-se, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece (CANDAU, 2018). Assim, a função da memória auxilia na criação do senso de igualdade entre os membros de uma coletividade, além de demarcar as fronteiras entre os outros, uma base para a construção de narrativas sobre a trajetória de um grupo (POLLAK, 1989).

Ah, mas o cara foi e não matô nada, às vezes diz né, mas o cara foi fora d'água maré, só que a gente não fala nada né, a gente não ensina as outras pessoas a pesca, a gente não ensina, se minha esposa não ir, se meu irmão não ir, eu vou sozinho, eu não ensino, porque isso ai a gente viu ao longo dos anos de ensina as pessoas e acaba atrapalhando nós, não vive daquilo ali e tá lá incomodando entendeu... (informação verbal).<sup>42</sup>

Os pressupostos teóricos de Candau (2018) e Pollak (1989) são identificados nos relatos desses pescadores. Memórias advindas da experiência, que segundo Benjamin (1994a), tornam o discurso vivo, pois não há memória sem a vivência. Essas narrativas que vinculam homens e espaço estão ligadas à tradição oral e produzem textos que falam da experiência cotidiana.

A constituição de memórias envolve não somente experiências vividas diretamente, mas também experiências herdadas, aprendidas, trocadas, transmitidas aos indivíduos pelos grupos por meio do processo de socialização. As narrativas de memórias se complementam e traçam marcas de seu espaço de vida numa baía identificável. Mesmo ao relembrar experiências individuais, a memória possui em alguma instância um caráter coletivo, uma vez que o sujeito recorre a elementos fornecidos pelo meio social. Soto e Silva (2017), baseados no conceito de vida cotidiana de Henri Lefebvre defendem que o espaço não contém apenas elementos de caráter objetivo, mas também subjetivo, o que se constitui um espaço

---

<sup>42</sup> Vide nota 10.

de referência para o indivíduo e para o grupo social. Memória viva, de caráter relacional que promove a interação entre os indivíduos (HALBWACHS, 2013, p. 29).

A baía contribui para a manutenção e coesão do grupo, na medida que ajuda a produzir o sentimento de identificação entre seus membros para com o espaço, e entre os indivíduos entre si, conferindo materialidade e estabilidade a esse modo de vida. Isso cria uma identificação entre o pescador e o espaço, implicando “num reconhecimento dos elementos a serem conservados que se reconheça neles, para que eles se tornem, de fato, representativos dela e para ela” (SOTO; SILVA, 2017).

Esses tempo atrás eu tava navegando lá fora e cheguei na bateria de um, um coleguinha meu aqui da, do, do, o filho da, da Jaque ali, o Jefinho. E aí ele tava no, no eu disse —Jefinho e se vié camarão ovado. (Já era época, de mês de outubro né), —Eu digo solte o camarão ovado. Daí ele falou —Mas Celinho, o que adianta eu soltar se os outros não soltam? Eu disse —Faça sua parte, de 10 que você...de 20 que você solte se desses 20... (informação verbal).<sup>43</sup>

Nesse sentido, a preservação da diversidade cultural é tão significativa quanto a biológica. Para Meneses (1996, p. 93), o “valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais”. Os valores são atribuídos com base nas qualidades reconhecidas no objeto. Para o autor, o valor pragmático de um patrimônio resulta da relação afetiva que os membros do grupo mantêm com o objeto, isso para além do valor de uso ou de sua importância formal ou cognitiva, mas pelo sentido e significado social desse. Assim, o que chamamos de “bens culturais não tem em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem” (MENESES, 1996, p. 93).

A Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural da UNESCO, afirma que essa diversidade faz parte do patrimônio comum da humanidade e deve “ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras”.

## 2.4 Espaço de luta

Pensar sobre esses pescadores e sobre suas comunidades nos conduz a atravessamentos que se articulam a esse processo de construção social em

---

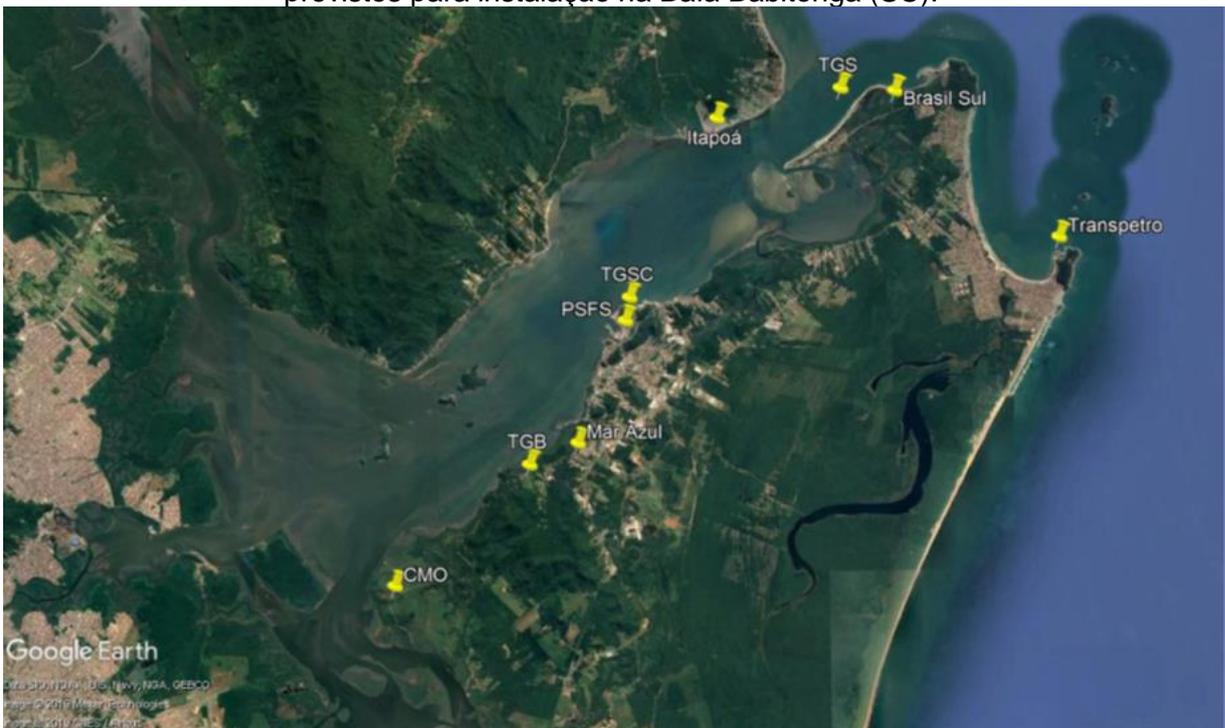
<sup>43</sup> Vide nota 19.

permanente mudança e nos aponta pistas sobre a complexidade da correta gestão desses territórios.

Não bastassem os problemas intrínsecos da ocupação do espaço, a ampliação das regiões portuárias na costa brasileira tem se intensificado nos últimos anos e, atualmente, esse ecossistema sofre com um intenso *lobby* portuário, sendo essa uma das maiores ameaças à conservação e proteção dos seres que nele vivem.

Entre os limites da Baía Babitonga são dois (02) portos instalados, dois (02) empreendimentos licenciados e três (03) em processo de licenciamento ambiental. Alguns desses processos apresentam uma tramitação mais rápida e eficiente que as iniciativas de proteção do patrimônio em curso.

Figura 02: Imagem satelital do Google Earth com a localização dos empreendimentos previstos para instalação na Baía Babitonga (SC).



Fonte: Procuradoria da República em Joinville.

Portarias e projetos<sup>44</sup> que vão ao encontro do disposto na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 225, § 4º, que diz: “a zona costeira é patrimônio

<sup>44</sup> A solicitação de criação de uma Unidade de Conservação (UC) Marinha de Uso Sustentável – Reserva de Fauna para o Ecossistema Babitonga, que desde seu pedido, em 2005, e a alteração de natureza para Área de Proteção Ambiental (APA),

nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais” (BRASIL, 1988).

Apesar dos pareceres justificando a necessidade de uma correta gestão do território, a cada dia a biodiversidade da região está mais ameaçada e juntamente com ela todos os referencias desses pescadores artesanais.

Os empreendimentos portuários na zona costeira representam a imagem de proliferação de oportunidades de empregos formais, porém afetam os pescadores tradicionais, que não conseguem continuar pescando nesses territórios que são objeto dos projetos de desenvolvimento. (SOTO; SILVA, 2017, p.132).

Esses trabalhadores sofrem maior pressão do processo civilizatório moderno, que, excludente, prioriza a produção de lucro, tornando escassas possibilidades de emancipação ao longo de sua história e de transformações da vida cotidiana.

Quer vê óh, eu acho que vai fazer 26, 25 ano que eu tô na luta na pesca. E tô, agora tô com esse probrema do braço, que isso é uma coisa crônica, eu machuquei, pescando, só que na época eu não sabia das lei, nada né, faz muito tempo que eu machuquei, fazendo já uns 12 ano, e eu não sabia. (informação verbal).<sup>45</sup>

Única coisa que hoje o pescador é desfavorecido, tudo é mais difícil pro pescador, infelizmente é tudo problema. A impressão que dá é que não querem deixa a gente pesca, assim, a impressão que a gente tem de fora, sabe. Tem gente que tenta ajuda tudo, mas a própria colônia de pescadores não favorece. (informação verbal).<sup>46</sup>

se “nois” fica parado, eles vão toma a baía, e acabô pescadores, acabô Vigoreli, acabô tudo. E o pessoal não entende. Aí já toca a boca nele porque querem energia elétrica, não vem energia. A questão não é energia elétrica, ele tá falando é lei ambiental. (informação verbal).<sup>47</sup>

---

em 2016. O reconhecimento dsse patrimônio é reconhecido por diversos órgãos, como: a Baía Babitonga como área prioritária para a conservação do bioma mata atlântica e da zona costeira e marinha em “Prioridade Extremamente Alta”, de acordo com as “Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira” (MMA, 2007); a Baía Babitonga como uma das 30 áreas estratégicas para ações do governo federal, considerando critérios de importância social, biológica, oportunidade, efetividade de conservação, ameaça e representatividade regional (MMA, 2015).

<sup>45</sup> Vide nota 13.

<sup>46</sup> Vide nota 14.

<sup>47</sup> Vide nota 10.

O processo de desterritorialização rompe com o modo de vida do pescador e identidades por estar centrado no lugar. Esses aspectos subjetivos da vivência humana são geralmente desconsiderados nos processos de desenvolvimento e nas políticas públicas de gestão do território.

A aposta no crescimento econômico por meio de grandes projetos de desenvolvimento que não considerem o local empurra para a alienação o modo de vida desses pescadores. Esses grupos remanescentes configuram-se espaços de resistência, o que Soto e Silva (2017) irão chamar de espaço do possível. Nesse sentido as lutas pelo patrimônio são, também, “lutas pelo espaço” e aprofundar as discussões acerca de sua proteção configura-se em aprofundar as discussões sobre a sociedade complexa e imbricada nas quais estão inseridos grande parte dos patrimônios nesse País.

---

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Dione. R. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC: arqueologia e etnicidade**. Orientador: Prof Dr. Paulo Abreu Funari, 2004. 272p. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2004.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**, In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994a. Tradução de: Sergio Paulo Rouanet.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994b. Tradução de: Sergio Paulo Rouanet.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa. In: **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Editora Porto, p.47- 51, 1994.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/legislação](http://www.planalto.gov.br/legislação). Acesso em 18 de outubro de 2019.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007. Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201707/04142907-areas-proritarias-para-conservacao-da-biodiversidade-ministerio-do-meio-ambiente.pdf>>. Acesso em: 01 março 2021.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014. Reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Mamíferos, aves, répteis, anfíbios e invertebrados terrestres"**. Diário Oficial da União: seção 01, p.126, 2014c. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2014/p\\_mma\\_444\\_2014\\_lista\\_esp%C3%A9cies\\_ame%C3%A7adas\\_extin%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2014/p_mma_444_2014_lista_esp%C3%A9cies_ame%C3%A7adas_extin%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 01 março 2021.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014c. Reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos"**. Diário Oficial da União: seção 01, p.126, 2014c. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao-ARQUIVO/00-saiba-mais/05\\_-PORTARIA\\_MMA\\_N%C2%BA\\_445\\_DE\\_17\\_DE\\_DEZ\\_DE\\_2014.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao-ARQUIVO/00-saiba-mais/05_-PORTARIA_MMA_N%C2%BA_445_DE_17_DE_DEZ_DE_2014.pdf)>. Acesso em: 01 março 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>. Acesso em 18 de outubro de 2019.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** São Paulo: Editora Contexto, 2018. Tradução de: Maria Letícia Ferreira.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura do século XX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p.17-62, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pesca e marginalização no litoral paulista.** São Paulo: Universidade de São Paulo; 1973.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo, Ática, 1983.

FINK, Daniela. **Caracterização das Colônias de Aves Aquáticas na Baía da Babitonga e Avaliação Preliminar de Sua Contaminação.** Orientadora: Dra. Marta Jussara Cremer, 2013. 72p. Dissertação (Mestrado em Saúde e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente da Universidade Regional de Joinville (Univille), Joinville, 2013.

GERHARDINGER, Leopoldo *et al.* **Diagnóstico socioambiental do Ecossistema Babitonga.** Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v.10, p. 176, mar/2021.

GERHARDINGER, Leopoldo *et al.* **Diagnóstico da Ictiofauna do Ecossistema Babitonga.** Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v.09, p. 35, mar/ 2020.

GERHARDINGER, Leopoldo *et al.* **Governabilidade estrutural do subsistema natural do Ecossistema Babitonga (Santa Catarina: Brasil).** Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 07, p.06, out/2018.

GERHARDINGER, Leopoldo *et al.* **Oportunidades para o monitoramento integrado do ecossistema Babitonga (Santa Catarina, Brasil).** Babitonga Ativa, p. 53, fev/2016.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Editora Contexto, 2002.

GROSE, Alexandre Venson; FINK, Daniela; CREMER, Marta Jussara. **Revisão bibliométrica de estudos da avifauna no Ecossistema Babitonga, Santa Catarina, Brasil.** Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 08, p 20, out/2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, p. 224, 2013.

HASS, Jeferson. **Entrevista III**. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Jeferson.mp3 (42 min).

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). **Proteção e controle de ecossistemas costeiros: Manguezal da Baía da Babitonga**. Brasília: IBAMA. Coleção Meio Ambiente. Série Estudos de Pesca, 1998. 146p.

INPE (Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais/ Fundação SOS Mata Atlântica). **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica**. Brasília: Fundação SOS Mata Atlântica, p. 65, 2018. Disponível em: [https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Atlas-mata-atlantica\\_17-18.pdf](https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Atlas-mata-atlantica_17-18.pdf). Acessado em: 15 de outubro de 2020.

KILCA, Ricardo Vargas *et al.* **Os manguezais e marismas da Baía Babitonga: uma síntese**. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 08, p. 16, jan/2019.

LANÇONI, Maria Cristine. **Entrevista I**. [fev. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Araquari, 2020. Cris.mp3 (128 min).

MACHADO, Leocadio Cesario. **Entrevista IV**. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Leocadio.mp3 (156 min).

MAZZER, Alexandre Maimoni; GONÇALVES, Mônica Lopes. **Aspectos Geomorfológicos da Baía da Babitonga, Santa Catarina, Brasil: Caracterização Morfométrica**. Revista Brasileira de Geomorfologia, v.12, n.3, p.115-120, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: Yazigi, Eduardo (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, p. 88-99, 1996.

NUNES, Benedito. O Animal e o primitivo: os outros de nossa cultura. In: MACIEL, Maria Esther (Org). **Pensar/escrever o animal: ensaios de zopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

OCCHIALINI, Daniela Sarcinelli. **Relevância da Baía da Babitonga na produção pesqueira nacional**. Associação Movimento Ecológico Carijós, novembro/2017, p. 51.

PAITACH, Renan *et al.* **Cienciometria de mamíferos aquáticos do Ecossistema Babitonga: subsídios para a conservação**. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 08, p.24, jun/2019.

PMAP-BS/UNIVALI, Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos. **Relatório Técnico Semestral BR 04042038/19** v. 02, jan-junho/2019. Disponível em:

sc.acad.univali.br/sistema.html?id=597b7b77d8597d4a00e6f9c1. Acesso em: 10 jun. 2020.

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. São Paulo: Proj. História São Paulo, v. 15. abr/1997. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Memórias: entrevista com Alessandro Portelli** [abril de 2002] Entrevistadores: P. R. de Almeida e Y. A. Koury. Uberlândia: História e Perspectivas, v. 50, p.197-226, jan/jun 2014.

ROCHA, Samuel Magno. **Entrevista V**. [dez. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Samuel.mp3 (127 min).

RODRIGUES, Ana Maria; **Diagnóstico Socioeconômico e a Percepção Ambiental das Comunidades de Pescadores Artesanais do Entorno da Baía da Babitonga (SC): Um Subsídio Ao Gerenciamento Costeiro**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. Setembro/ 2000. p 260.

SÃO FRANCISCO DO SUL. **Lei Municipal Nº 857, instituída a "Toninha Babi" como mascote do Meio Ambiente de São Francisco do Sul**. São Francisco do Sul, 2009.

SANTOS, Célio dos. **Entrevista II**. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Celinho.mp3 (156 min).

SOTO, William Héctor Gómez; SILVA, Raquel Hadrich. **A expansão dos empreendimentos portuários e seus efeitos sociais na vida cotidiana dos pescadores da Vila Nova – São José do Norte (RS)**. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, v. 25, n. 1, fev/2017, p. 152. Disponível: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-1\\_06\\_a\\_expansao](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-1_06_a_expansao)  
Acesso em: 20 de novembro de 2020.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo, 2006.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **CONVENÇÃO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Conferência Geral, 1972. 17ª Sessão. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2006.

TEIXEIRA, O. A. **Os pescadores artesanais: Análise da Situação Econômica e Social da Pesca artesanal em Santa Catarina**. Florianópolis, 1988.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Usos sociais do patrimônio cultural e natural**. São Paulo: Patrimônio e Memória, v.05, p. 137-152. Out/2009.

## **CAPÍTULO II - OS PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA BABITONGA, OS SUJEITOS SUJEITOS AO TERRITÓRIO**

Naira Rosana Albuquerque, mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade – Univille | Univille |  
nairarosanaalbuquerque@gmail.com

Taiza Mara Rauen Moraes, doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina |  
Univille | moraes.taiza@gmail.com

Ilanil Coelho, doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina | Univille |  
ilanilcoelho@gmail.com

### **Resumo:**

O presente artigo explora o reconhecimento e a caracterização dos pescadores artesanais da Baía Babitonga, no litoral norte de Santa Catarina, refletindo sobre como suas narrativas de memória indicam identidades intimamente ligadas ao fazer na baía. Optamos pela metodologia da História Oral de Vida, sendo, o presente composto por narrativas de sete (07) pescadores artesanais. A partir dos relatos refletimos sobre olhar e o sentir desses sujeitos com relação ao território físico e simbólico, problematizando a complexidade que envolve as diferentes percepções e expectativas de futuro desses pescadores. Por meio do estreitamento dessas relações compreendemos como o espaço é imprescindível para a existência do pescador artesanal tal qual como ele se reconhece. Como meio de proteção efetiva do território, sugestionamos uma transdisciplinaridade, possível por meio da busca pela religação de saberes.

### **Palavras- chave:**

Pescador artesanal; história oral; identidade; Baía Babitonga

### **Abstract:**

This article explores the recognition and characterization of artisanal fishermen from Babitonga Bay, on the northern coast of Santa Catarina, reflecting on how their narratives of memory indicate identities closely linked to making in the bay. We opted for the Oral Life History methodology, being the present composed by narratives of seven (07) artisanal fishermen. From the reports, we reflect on the look and feel of these subjects in relation to the physical and symbolic space, problematizing the complexity that involves the different perceptions and expectations of the future of these fishermen. Through the strengthening of these relationships, we understand how space is essential for the existence of artisanal fishermen as they recognize themselves. As a means of effective protection of the territory, we suggest a transdisciplinarity, possible through the search for the reconnection of knowledge.

### **Key words:**

Artisanal fishermen; oral history; identity; Babitonga Bay

### 3.1 A história oral e o exercício democrático da palavra

Ao pensarmos um território muitas são as abordagens possíveis: distribuição geográfica, os elementos naturais que o compõem, importância histórica e desenvolvimento econômico. Para refletirmos sobre a Baía Babitonga, um dos estuários mais representativos do País, a maior baía navegável do estado de Santa Catarina, de larga importância natural, econômica e sociocultural para região, propicia múltiplas abordagens.

Inicialmente nos debruçamos sobre o patrimônio natural e seu valor biológico. Buscamos, por meio de relatos orais, compreender esse patrimônio vivido e sentido no cotidiano. Entretanto, durante os encontros e desencontros comuns a toda pesquisa, uma questão foi ganhando cada vez mais corpo, lugar e urgência: os sujeitos integrados a este e deste território, os filhos dessa mãe generosa e profícua que é a Baía Babitonga. Entre esses muitos filhos, um grupo tocou especialmente as bordas desse encontro teórico, os pescadores artesanais da Babitonga, que figuram neste artigo.

De acordo com a Lei 11.959/09, são considerados pescadores artesanais aqueles que praticam a atividade pesqueira de forma autônoma, com força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança (economia familiar), utilizando tecnologias de baixo poder predatório. (BRASIL, 2009). A partir dos estudos de Clauzet, Zappes (2015) irá acrescentar que esses trabalhadores exploram ambientes próximos à costa e fazem uso de embarcações com pouco aparato tecnológico e artefatos considerados artesanais, capturando toda classe de espécies aquáticas para a subsistência ou para fins comerciais em pequena escala (ZAPPES *et al.*, 2015).

Atendendo a essa descrição, nos seis<sup>48</sup> municípios do entorno da Babitonga existem 51 localidades<sup>49</sup> pesqueiras pelas quais se distribuem 1600 pescadores

---

<sup>48</sup> Os municípios do entorno da Baía Babitonga são: São Francisco do Sul; Balneário Barra do Sul; Araquari; Joinville; Garuva e Itapoá.

<sup>49</sup> O termo localidade é adotado pelo Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos (PMAP-BS, 2019) como melhor possibilidade para definir a pluralidade de arranjos econômico-sociais que existem no território. Composto por diversos tipos de organizações, em alguns lugares da Baía Babitonga é mais forte a noção de comunidade pesqueira, alguns outros trechos estão dentro das definições de colônias de pesca e outros lugares ainda se configuram pela presença de algumas famílias apenas.

artesanais<sup>50</sup>, segundo os dados do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos – PMAP-BS<sup>51</sup> (PMAP-BS, 2019).

Entretanto, os rumos dessas reflexões derivam não somente da representatividade desse grupo, mas também do lugar de ressurgência dessa pesquisa, vinculada às Ciências Humanas e Sociais com marcas históricas de um contar do outro e de si, mas, sobretudo, dirigida para a exploração da natureza comum de todos os seres humanos de cambiar experiências, vivências, de compartilhar.

A partir do conceito de que a pesquisa é sempre um ato político, Certeau (1994), alguns esclarecimentos se fazem forçosos a fim de apresentar a paisagem de pesquisa e evidenciar os pontos de referência. O primeiro deles é o envolvimento prévio da pesquisadora com alguns dos entrevistados. Relação essa iniciada por meio da sua atuação profissional no Projeto Toninhas/Univille<sup>52</sup>, um projeto de conservação de cetáceos realizado pela Univille e que tem como sede a Baía Babitonga.

A origem dessa relação com o espaço e seus atores pode ter influenciado as escolhas e caminhos metodológicos. Nas conversas diárias com esses sujeitos, ao dividirmos alegrias e preocupações, percebemos que a toninha e o pescador artesanal possuem mais coisas em comum do que o território.

A toninha é considerada um animal de comportamento discreto, não costuma saltar e pouco expõe seu corpo fora d'água, é tida por muitos como um animal

---

<sup>50</sup> São Francisco do Sul é o município com maior número de localidades, 22 delas, que concentra 49% da frota que é constituída por 493 embarcações. Dessas embarcações, 33% não possuem motor e 94% são desprovidos de cabine. (RODRIGUES, 2000).

<sup>51</sup> De acordo com os levantamentos do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos, no primeiro semestre de 2019, os seis municípios do entorno da Baía Babitonga produziram na pesca artesanal 2.919 toneladas de pescado. Com base nas espécies capturadas e seus valores de mercado, chega-se a R\$ 28.230.700,00 movimentados no período, isso sem considerar toda a cadeia de beneficiamento e comércio, que aumenta muito esse valor. (PMAP-BS, 2019).

<sup>52</sup> O Projeto Toninhas/Univille há quase 20 anos trabalha na pesquisa e conservação de pequenos cetáceos, sobretudo a toninha (*Pontoporia blainvillei*), o golfinho em maior risco de extinção da costa brasileira. Uma das principais barreiras à conservação desse cetáceo é a falta de conhecimento da população em geral sobre a espécie. Assim, uma das principais linhas de atuação é a popularização da toninha, buscando somar esforços para a conservação da espécie. Desenvolve ações de pesquisa e sensibilização ambiental de forma articulada com várias instituições nacionais e internacionais, fortalecendo as parcerias para o trabalho em rede.

tímido. Tão misterioso é seu comportamento e tão raras as suas aparições na natureza que recebeu a alcunha de golfinho invisível. As escassas documentações do animal livre em natureza não decorrem apenas do seu comportamento, mas também do risco que corre a espécie, que se encontra “criticamente em perigo”, o último nível de ameaça de extinção na natureza, segundo a Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, publicada na portaria nº 444, de 2014. (BRASIL/MMA, 2014).

Assim também é o pescador artesanal, raro, pouco visto e tímido, sobretudo os mais antigos, que desconfiados se mantêm a uma distância segura, mais reclusos e de pouca conversa em um primeiro momento. Evidência sentida no encontro com o Seu Leocádio<sup>53</sup>, um homem alto, forte, de pele escura e porte robusto, uma expressão sisuda que poderia até soar um pouco intimidador em um primeiro olhar. De pouquíssimas palavras, nossos primeiros contatos foram a soma de muitas perguntas de uma jovem pesquisadora animada e alguns consentimentos e acenos de cabeça do velho homem do mar. Esse afastamento inicial, aparentemente constrangido, assustado como o comportamento da toninha, foi postura comum a alguns entrevistados na sequência. O distanciamento, a recusa em gravar ou então à dificuldade em verbalizar, ou seja, traduzir em palavras sua própria caminhada. Esse exercício do contar de si, narrar-se, oportuniza a reconstrução da sua história e da história que reconhece, além de possibilitar vê-la como totalidade e estabelecer nexos até então inalcançáveis. “A organização narrativa da vida cotidiana nos diz algo sobre onde está o sentido desta vida” (PORTELLI, 2014, p. 205). É por meio da narrativa que o ser humano se singulariza, mas também é por meio dela, enquanto linguagem, que criamos nossas relações. (VENERA; SZYMCZAK, 2019, p. 185).

Assim, a fala é percebida como instrumento de recuperação da história e de avanço da luta social e nesse sentido a linearidade dos fatos ou o alinhamento com o processo histórico que está posto importa menos, porque, conforme explica

---

<sup>53</sup> Optamos por nos referir aos entrevistados da mesma forma como são socialmente conhecidos, uma forma de respeitar o processo de singularização no grupo, do processo de construção e fortalecimento da identidade e da subjetividade de cada sujeito, reforçado por meio de suas relações com seus pares. Sendo assim Leucadio Cesari Machado, passa a ser tratado como Seu Leucadio; Célio dos Santos, como Celinho; João Gonçalves Batista é o Seu Jango; Laudecir Antônio Batista é conhecido como Nico; Samuel Magno da Rocha, por Samuel ou Samuca; Maria Cristine Lançonni como Cris; Jeferson Hass, Jeferson e Márcio Francisco Bertoti como Bode.

Venera e Szymczak (2019, p.181), a história de vida “não é a pessoa em si, mas a narrativa que esta pessoa escolheu contar”. Mais do que somente documentar, há um interesse em compreender como os acontecimentos foram elaborados no trabalho contínuo da memória e como essa experiência se exterioriza pela linguagem.

Seu Leocádio, por exemplo, como a maioria dos pescadores artesanais com quem conversamos, vive desde seu nascimento, em 1967, às margens da Babitonga. Mora há alguns metros da ponte do Canal do Linguado, local hoje conhecido como Vila Antenor, uma das áreas mais polêmicas deste estuário. O Canal do Linguado é alvo de discussões públicas envolvendo as esferas municipal e estadual, desde seu fechamento total em 1935. Episódio avaliado como um dos maiores crimes ambientais do estado, a interrupção das águas alterou a dinâmica da Baía, influenciando drasticamente no ecossistema local<sup>54</sup>.

De família de pescadores - o avô, o pai e o irmão também viveram do mar -, viu seu quintal se transformar com o passar dos anos, sentindo na pesca e na pele as mudanças do lugar.

Era bem diferente. Era fundo, a maré corria bastante. Era fundo lá naquele lado (apontando para o lado interno do Linguado) devia ter um quase vinte braço de fundura. [Agora] é só lama! Lá, (aponta para uma região onde há apenas uma pequena lâmina d'água) me lembro da vez que a gente quebrava tarrafa com umas quinze braça<sup>55</sup>, tinha mais umas seis de fieira e ainda tinha que bota a mão pra chega no fundo. Hoje tá triste, tá muito seco, né! A gente vai por aí porque a gente ainda conhece um bocadinho mas pra ir tem que escolher a hora da maré certinha e não pode bobear muito senão fica entalado. Cê tem que sair com a vazante ali e voltar com a enchente né... Tem

---

<sup>54</sup> A Baía Babitonga se ligava ao Oceano Atlântico em sua porção sul por meio do Canal do Linguado, um canal alongado dividido em duas porções pela Ilha João Dias. A fim de viabilizar a construção de um ramal ferroviário do continente até a Ilha de São Francisco do Sul, no ano de 1907, foi realizado o aterramento de 120 m da porção norte e na porção sul foi construída uma ponte ferroviária. O aumento do fluxo das correntes entre os vãos da ponte acelerou o processo de erosão do local. Isso levou ao fechamento completo do Canal do Linguado e à estagnação das águas na região em 1935, o que ocasionou uma mudança na morfodinâmica sedimentar, fazendo com que o estuário adquirisse, pouco a pouco, características de laguna. Essas mudanças impactaram fortemente a pesca local e consequentemente a economia das pessoas que vivem dos recursos da baía (DESTEFANI, 2017).

<sup>55</sup> Braça é uma unidade de medida bastante antiga não formal e ainda bastante utilizada na pesca, corresponde a 2,20 metros linearmente.

que ver, tem maré de corte quase a água nem chega. (informação verbal)<sup>56</sup>

Portanto, foi nesse campo experiencial, contornado de memórias, que percebemos que além do jeito tímido, ambos - pescador artesanal e toninha - invisíveis aos olhos do Estado, sofrem um processo de apagamento que os coloca em risco iminente de desaparecer. O território que partilham está sob constante ameaça, seja pela falta de interesse do poder público na correta gestão de um espaço complexo e plural, seja por interesses econômicos escusos, que privilegiam um progresso a qualquer custo.

Não raras vezes a noção moderna de progresso colide com preocupações ligadas à preservação e à conservação do espaço, seja esse ambiental-cultural, material-imaterial. Imbuída por valores iluministas, a concepção ocidental de desenvolvimento, sobretudo após a Revolução Industrial, percebe a natureza como recurso e o meio enquanto cenário das ações do homem. Na ótica econômica capitalista, a apropriação dos espaços naturais e culturais é justificada em prol desse desenvolvimento. (GONÇALVES, 2002; NUNES, 2011).

Assim, a conservação é muitas vezes encarada como um obstáculo a esse dito progresso<sup>57</sup>. Cabe lembrar que essa visão utilitarista do meio ambiente motivou a exploração predatória dos recursos naturais, a disputa de imensos territórios terrestres e aquáticos, a ocupação desordenada e ilegal de centenas de hectares de floresta e a quase dizimação de vários ecossistemas, principais fatores dos problemas ambientais no país<sup>58 59</sup>.

---

<sup>56</sup> MACHADO, Leocadio Cesario. Entrevista IV. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Leocadio.mp3 (156 min.)

<sup>57</sup> Sobre essas reflexões somamos as contribuições de:  
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2002.

NUNES, Benedito. O Animal e o primitivo: os outros de nossa cultura. In: MACIEL, Maria Esther (Org). Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

NAVES, João Gabriel de Paula; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. A relação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental. Florianópolis: Editora Geosul, v. 29, n. 57, p. 7-26, jan./jun. 2014.

<sup>58</sup> Sobre essas reflexões listamos alguns exemplos:

BARREIRA, César. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. São Paulo Perspec. V.13, n.4, São Paulo out-dez/1999.

MARGULIS, Sergio. Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira. Brasília: Banco Mundial, 1ª ed, 100p., jul/2003.

Caso semelhante ocorre na Baía Babitonga, que historicamente foi alvo de disputas e apropriações de seus recursos<sup>60</sup>. Não bastasse os problemas intrínsecos da ocupação histórica, atualmente esse ecossistema sofre com um intenso *lobby* portuário, sendo essa uma das maiores ameaças à conservação e proteção dos seres humanos e não humanos que nele vivem. Intimamente ligados ao território, os pescadores artesanais sofrem diretamente as pressões dos projetos que visam “desenvolver” o local. Sob risco de desaparecimento da pesca artesanal converge um rico conjunto de fazeres, tradições e vínculos existenciais de pescadores em relação ao espaço Babitonga, um patrimônio cultural inestimável.

Reconhecemos, assim, a urgência de humanizarmos e darmos rosto e lugar a esses sujeitos, muitas vezes desapossados na cena cotidiana ou retratados de forma caricata e estereotipada. Uma tentativa modesta de dar forma e auxiliar no processo de diminuição dos entraves que nos separam em fronteiras disciplinares. Esse exercício democrático da palavra busca valorizar a voz e o lugar para que a história possa ser contada (e interpretada) por quem a vive cotidianamente no palco social da Baía Babitonga. Abre-se o desafio de articular a transdisciplinaridade enquanto caminho para a produção de novos conhecimentos, uma vez que se busca conjugar os saberes e tecer conjuntamente diferentes aportes trabalhando por um mesmo fim.

A percepção da existência de diferentes níveis de realidade, somente é possível por meio do reconhecimento da complexidade. Ao abordar essas

---

FREITAS, C. M.; BARCELLOS, C.; ASMUS, C. I. R. F.; SILVA, M. A.; XAVIER, D. R. A. Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. Cad. Saúde Pública 35 (5) maio/2019.

<sup>59</sup> Uma interessante análise dessa noção moderna de progresso no contexto brasileiro é trazida por Cynthia Rongalio (2009), no artigo “A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico”. A autora irá refletir sobre como a noção de progresso moderna tem ressoado nos paradoxos da realidade brasileira, carregada por traços da ideologia tradicional. Segundo a autora, nossas relações de proximidade com processos corruptos irá complexificar ainda mais as possibilidades de proteção do patrimônio. Ler mais em: RONGALIO, C. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: Editora UFPR, n. 19, p. 111-128, jan./jun. 2009.

<sup>60</sup> Ao pensar sobre a viabilidade da criação de uma Unidade de Conservação (UC) para a região da Baía Babitonga, Barreto da Silva, apresenta alguns usos e usurpações do território. Ler mais em: SILVA, F. J. B. da. Unidades de Conservação e Desenvolvimento Regional: Um estudo sobre a região da Baía da Babitonga – SC. Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina: Dissertação de mestrado em Geografia. Abril/1995. 156 pg.

narrativas, a prevalência disciplinar pode ser separadora e corremos o risco, como nos indica Morin (1991; 2003), de perder a atitude de reunir, a atitude de contextualizar, de situar uma informação ou um saber dentro do seu contexto natural. Na disciplinaridade perde-se a ideia do conjunto de conhecimento<sup>61</sup> e o Nicolescu (1999), no Manifesto da Transdisciplinaridade, nos orienta para a dialogia entre campos do saber:

A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo “entre” as disciplinas, “através” das diferentes disciplinas e “além” de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento. (NICOLESCU, 1999, p.46).

Tal busca por essa unidade só é possível por meio do diálogo, o princípio dialógico de Morin (1991; 2003), como explica Akiko Santos *et al.* (2009):

Dialogar supõe democracia relacional e cognitiva, reconhecimento da alteridade, do distinto, do diverso, da legitimidade do outro e saber ouvir. Ouvir não só pelo sentido da audição, mas compreender outro ponto de vista e reconhecer a diversidade de pensamentos, a existência de outras estruturas de pensamento (SANTOS *et al.*, 2009, p. 03)

É nesse sentido que Martinelli (2018, p. 12) defende que “é possível trabalhar com a história oral na perspectiva do enfrentamento dos desafios contemporâneos<sup>62</sup>”. Dessa maneira, optamos pela metodologia da História Oral de Vida<sup>63</sup>. Somente por meio da aproximação na experiência vivida do diálogo e de algumas rotinas compartilhadas, acreditamos possível desenhar esse quadro social e relacional, traçar, o que Portelli (2014) chama de “encontro interpretativo”.<sup>64</sup> Assim,

---

<sup>61</sup> A soma do conhecimento das partes não é suficiente para se conhecer as propriedades do conjunto, pois o todo é maior do que a soma de suas partes. Além disso, quando se toma o todo não se vê a riqueza das qualidades das partes, por ficarem inibidas e virtualizadas, impedidas de expressarem-se em sua plenitude. Daí que o todo é menor do que a soma de suas partes. As relações das partes com o todo são dinâmicas, portanto, o todo é, ao mesmo tempo, menor e maior que a soma das partes. (MORIN, 1991, p. 123).

<sup>62</sup> Martinelli (2018) busca inspiração nos estudos de Portelli (2002, p. 45) declara que esse é o método apropriado “para contestar, para dizer não à ideologia hegemônica, deixando claro que sempre houve uma participação popular nos acontecimentos históricos”.

<sup>63</sup> O método pressupõe uma interação aberta, onde o entrevistado dá o tom e andamento ao relato. A fim de criar um ambiente mais propício a esse tipo de entrevista, a coleta ocorreu nas casas ou ranchos de pesca dos entrevistados, lugares onde costumam desenvolver suas atividades quando não estão no mar.

<sup>64</sup> Portelli explica: A organização narrativa da vida cotidiana nos diz algo sobre onde está o sentido desta vida. [...] A memória e o relato oral sempre são uma questão de busca de

os resultados aqui apresentados são fruto de uma produção conjunta, possuindo um caráter subjetivo, próprio dos entrelaçamentos de sujeitos e da versão que esses sujeitos resolveram compartilhar sobre si e sobre suas vivências.

Sob o pressuposto de que a pesquisa é, antes de qualquer coisa, um ato de viver em sociedade, as escolhas metodológicas têm uma direção social e política. Não existe neutralidade nesse ou em qualquer outro estudo. As pesquisas expressam posicionamentos e entendimentos do pesquisador, escolhas e recortes, sendo a seleção dos entrevistados orientada por essa premissa.

Assim, o presente artigo é protagonizado por sete vozes, sete pescadores artesanais da Baía Babitonga que, ao dividir suas narrativas de vida<sup>65</sup> nos brindam para além de suas histórias, partilham seu olhar e sentir sob esse espaço físico e simbólico que é a casa Babitonga.

Nesse tramar, para ler esse denso e imbricado tecido social, compreendendo os modos de vida na construção social desses sujeitos históricos, coube-nos uma postura “teórico-crítica, no sentido de colocar-se à escuta, de interrogar os silêncios e de querer efetivamente conhecer a história a partir da narrativa” (MARTINELLI, 2018, p. 12). Um minucioso trabalho de bricolagem, a construção a muitas mãos de uma colcha de retalhos, onde as unidades de memórias são amarradas segundo o sentido que estes fragmentos constroem juntos (PORTELLI, 2014).

Sob esse pressuposto, somamos à metodologia mestra a observação participante como método auxiliar (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Registramos as experiências vividas em um diário de campo que propicia analisar a interação, os encontros de sujeitos que dialogam, ouvem, se olham e se tocam física e subjetivamente. Uma oportunidade de cruzar existências, mais do que produzir relatos com caráter científico, um catalisador para a expansão de visões de mundo.

---

sentido, por isso não utilizo este termo “testemunha” porque, do meu ponto de vista, implica uma relação de apenas recepção e não é o que ocorre, porque a memória não é um depósito de dados e de fatos. A recepção em si é uma interpretação, então, sempre há interpretação, que está sempre se processando, em movimento constante (PORTELLI, 2014, p. 205).

<sup>65</sup> A posse e guarda dos materiais de pesquisa ficarão sob responsabilidade da pesquisadora responsável pelo período mínimo de 05 anos. O material de coleta será doado ao Laboratório de História Oral da Univille conforme mencionado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e no Termo de Doação de Entrevista Oral.

Como marcado por Boaventura Sousa Santos (1988, p.69)<sup>66</sup> “ressubjetivado, o conhecimento científico ensina a viver e traduz-se num saber prático”.

Considerando que todo o conhecimento local é também total, porque reconstitui os “projetos cognitivos locais”, salientados por sua “exemplaridade”, transmudados em “pensamento total ilustrado” (SANTOS, 1988, p.64), tornam-se geradores de autoconhecimento e permitem a continuação do sujeito por outros meios (SANTOS, 1988, p.67).

### **3.2 “Meu nome é Seu Jango, João Gonçalves Batista, mas conhecido como Jango”**

No encontro com esses atores em seus locais de produção de significado, foi possível vivenciar as diferenças que marcam nosso País continental. É certo afirmar que a invisibilidade que sofrem não decorre apenas do jeito, ou ainda por estarem geograficamente afastados dos grandes centros urbanos, esse esquecimento do qual os integrantes de alguns grupos menos favorecidos são vítimas é fruto da imensa desigualdade social a que foram e são historicamente expostos.

Desigualdade essa, que pode ter contribuído para que um dos entrevistados não figure nesse escrito de forma direta. Peço licença para apresentar Seu Jango de uma maneira mais informal, mais próxima e íntima como ele se tornou ao longo do percurso dessa jovem pesquisadora e será eternamente lembrado.

Seu Jango, senhor baixinho, de cabelo completamente branco, que sempre usava calças sociais bem afiveladas na cintura e nunca se esquecia de falar “Fique com Deus”, tinha um jeito carinhoso de tratar e um olhar profundamente generoso. Faria 71 anos em outubro deste ano (2021) e possuía saúde de ferro. Era um dos pescadores artesanais mais antigos em atividade na Babitonga. Conhecido e querido por todos por seu profundo conhecimento sobre pesca e sobre o mar, mas acima de tudo por ser um defensor incessante da Babitonga.

---

<sup>66</sup> Hoje sabemos ou suspeitamos que as nossas trajetórias de vida pessoais e coletivas (enquanto comunidades científicas) e os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são aprova íntima do nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou os nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio. (SANTOS, 1988, p.68).

Ele chegou a esse trabalho por indicação de outros pescadores. O primeiro a falar dele foi o Celinho, pescador experiente da região do Estaleiro, próximo à Vila da Glória e ao Frias, local onde Seu Jango nasceu e viveu. Celinho, conhecedor dos bons pesqueiros da Babitonga, contou do quanto aprendeu com ele. “Seu Jango é uma lenda viva, o Jango, é maravilhoso, sabe todos os segredos” (informação verbal)<sup>67</sup>.

Não compartilharam apenas as práticas de pesca, mas a preocupação crescente com a exploração desenfreada na baía.

Esses caras aí na verdade eles não têm noção, aquele dia eu falei lá, da riqueza que é essa nossa baía, tá. [...] Aqui pra baixo tem região de mangue, manguezal, aqui ó, que hoje não tem mais. E quando eu era pequeno, que eu morava com a minha vó. Minha vó dizia assim, era época de caranguejo: - filho vai lá pegar um caranguejo pra vovó, fazê, cozinhá. E lá saía eu, com saco nas costas. Gostava né, e eu entrava aqui para baixo, 100 metro aqui para baixo, pelo mangue e ia embora até a vila. Hoje não tem mais. Os cara aterraram tudo, fizeram casa, tiraram capim ali, aquele capinzinho (se referindo ao marisma) e vem areia, né, vai ficando praia e continuam fazendo tá! [...] Então isso aí é um criador imenso né. Tem que proteger, porque né, se não tiver o capim e o mangue, não tem como... (informação verbal)<sup>68</sup>.

Essas aflições não foram sistematizadas na fala do Seu Jango, pois ele nos deixou em agosto de 2020, vítima da COVID-19, sendo uma das mais de 400 mil vidas ceifadas por um vírus terrível em um País onde o acesso aos serviços de saúde é deficitário e desigual. Ainda guardamos alguns áudios, via aplicativo de conversas, nos quais Seu Jango chamava a pesquisadora de “minina”, artifício amoroso para disfarçar o fato de nunca lembrar o nome pouco comum da pesquisadora ao referir-se a sua participação na pesquisa.

Boa tarde, minina, eu ainda não entendi bem o teu nome, mas é um prazer. Aqui tá tudo ótimo com a graça de Deus. Meu nome é Seu Jango, João Gonçalves Batista, mas conhecido por Jango. Claro, claro! Vamos fazer essa pesquisa, sim. É do interesse nosso também, desabafar um pouco, né! Porque na verdade nós tamo sofrendo aí consequência de praticamente predadores que não são pescadores. Depredando as espécie única que têmo na baía. Então claro, isso seria bom até que a gente colocasse no papel pra fazer uma averiguação das espécie que já tão em extinção, porque quando a gente era novo, que criou-se aqui, tinha em abundância, tinha

---

<sup>67</sup> SANTOS, Célio dos. Entrevista II. [mar.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Celinho.mp3 (156 min).

<sup>68</sup> Vide acima.

muito peixe. Então é bom a gente comentá isso aí e até se puder fazer documento pra repassa pras autoridades e procura recurso pra proteger a baía e as espécies. Aí faz o seguinte, aí eu vou marca um dia aí, porque agora nós tamô fazendo um levantamento no mato pro negócio de combate do borrachudo que é um inseto que nós temos muito aqui na área. E daí no que termina, eu vou tirar um dia pra gente conversar e se abraçar<sup>69</sup> (informação verbal)<sup>70</sup>.

O dia de conversa sobre a Babitonga como uma casa pródiga e o abraço afetuoso nunca aconteceu e foi na ausência dolorida de Seu Jango, em dias de muita chuva, que seu filho Nico, pescador por natureza e herança, segurando seu filho mais novo no colo - o Nicolas, de 07 anos, também pescador - contou a história da família, que se cruza com a própria história da pesca artesanal na Baía, uma reverência ao pai e aos seus desejos de proteção da única casa que conheceram, a Babitonga.

Agora fica tudo mais fácil, né, não precisa fazer rede. Já rasga, já vai lá e pega outra nova. [...] Naquela época, eles faziam muita rede, né, rede de camarão, que não tinha nada comprado naquela época. [...] Cortiça, eles tiravam do mato. Eles faziam rede de pano [...] Quando eu comecei a pescar já tinha tudo, embarcação né. No tempo do meu pai, não. Depois foram comprando o motor. Ganharam muito dinheiro na época, né. Pescava mesmo, matava muito. Matar uma tonelada de peixe era rapidinho numa semana. E tinha que entregar tudo na hora, porque não tinha gelo, né. Levavam muito para o mercado municipal. Na época, era tudo canoa, depois que veio as baleeiras, o motor de popa, hoje tá tudo fácil, né. Hoje ninguém usa mais o remo, nem para sair no seco, né... Eles saiam daqui e iam pra lá pra banda do Canal Grande, até perto de Garuva, palanqueá rede, lá perto de Três Barra, perto da BR. (informação verbal)<sup>71</sup>.

Nico, como é chamado Laudecir Antônio Batista, o quarto filho do Seu Jango, tem 36 anos, concluiu o ensino médio, segundo grau, como ele chama, mas

---

<sup>69</sup> BATISTA, João Gonçalves. Áudio WhatsApp. [mar.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. jango.mp3 (1min53seg).

<sup>70</sup> Áudio trocado com a pesquisadora em 04 de março de 2020 via aplicativo de conversa WhatsApp. O encontro presencial mencionado no trecho não ocorreu. No dia 11 de março, a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia mundial do coronavírus. No dia 13 de março, o Ministério da Saúde do Brasil regulamenta os critérios de isolamento e quarentena para conter o avanço do número de vítimas no País. Por um compromisso ético e com o agravante de que boa parte dos entrevistados pertencem ao grupo de risco, as entrevistas foram suspensas na mesma data. Apenas a entrevista com Laudecir Antônio Batista, filho do Seu Jango ocorreu após a suspensão, em fevereiro de 2021, atendendo a todas as medidas de biossegurança orientadas pela OMS.

<sup>71</sup> BATISTA, Laudecir Antônio. Entrevista VI. [fev.2021] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2021. Nico.mp3 (49 min).

antes mesmo de ter carteira de habilitação, já tinha carteira de pesca. A oficialização chegou aos 16 anos, assim que a legislação permitiu, mas sua relação com o mar começou muito antes, aos 06 anos.

Nico, naturalmente, seguiu o caminho do pai, que seguiu o avô, que seguiu o bisavô, assim sucessivamente, e agora vê Nicolas, seu filho mais novo, seguindo o dele. Ao ser perguntado se um menino tão pequeno sabia as manhãs da pesca, Nico responde garboso, sem titubear:

Sabe, ele sabe limpar peixe e tudo, né. Ele vai pro mangue pegar caranguejo, ele vai descalço, não quer nem usar bota, nem tênis. [...] Foi criado, né!? E meu pai sempre incentivava ele: “Ah! Vamo junto! [...] Tá aprendendo, viu! O pai fez uma rede para ele. Meu pai, antes de falecer, cortou uma rede no meio, comprou uma nova, aí eu peguei e só entalhei. Eu e o pai, na verdade, a gente pescava junto, né, eu com ele (informação verbal)<sup>72</sup>.

Nesse momento se fez necessária uma longa pausa. Chovia bastante, um não ouviu as lágrimas do outro. Não ousou, aqui, fazer qualquer análise sobre as palavras de Nico. Em respeito, apenas transcrevo a ausência inestimável sentida por um filho.

No cemitério não dá nem para se despedir, né. Vai para o hospital e já era... foi o que aconteceu... o pai foi para lá... só por telefone, depois... não deixava entrar, né... Na verdade, ele não tava em isolamento (se referindo a primeira semana da internação. Seu Jango teve um mal-estar geral e com um quadro de problemas cardíacos foi internado). É que como tava bem naquele auge, né, da pandemia, daí botaram, tinha mais três com suspeita lá, e um daqueles de certo estava com covid, é onde que passou, né!? Que tavam no quarto, né!? Daí foi ficando cada vez com falta de ar, daí foi intubado, aí tentaram remover ele para Canoinhas, acho que foi, que daí foi onde que deu essa parada cardíaca... travou o respirador, né... o ventilador tinha estragado, daí reanimaram, mas mesmo assim morreu no São José... Ele ficou mais duas semanas internado, intubado, aí não resistiu...foi uma morte sem dor... uma pena, né... não deu nem para fazer velório... (informação verbal)<sup>73</sup>.

Seu Jango era muito estimado e apesar dos riscos da pandemia da Covid-19, seus amigos encontraram uma forma de uma rápida despedida, uma maneira de permanecer em comunidade mesmo nos dias de intensa dor.

Foi bastante gente no enterro, foi uma coisa rápida, né... foi uma meia hora lá, o padre foi lá... ele ia muito na igreja, ele era católico,

---

<sup>72</sup> Vide nota 70.

<sup>73</sup> Vide nota 70.

né... fizemos uma oração lá e fecharam o túmulo... (informação verbal)<sup>74</sup>.

Meu pai era muito bom no coração, né, se tivesse alguém precisando lá ia ele ajudar... se fosse para a cidade com ele tinha que ter paciência. - Espera aí que eu vou ali, volto já! Espera, espera... Espera e nunca volta... Agora não volta mais, né... uma pena, né... Ele tinha uma saúde... Meu Deus! Não sei o que aconteceu, na verdade... Ele sempre lia muito a Bíblia, sempre falava que a morte virá igual ladrão, e veio... e ele tava preparado, né, cultuou a Deus a tempo, na verdade, sempre na igreja, sempre abraçava meu filho, né. -Cuide! cuide! (informação verbal)<sup>75</sup>.

### 3.3 “Pescador, na verdade, já vem por tradição”

O comportamento de coesão grupal entre os pescadores artesanais pode ser relacionado ao tempo de ocupação do território. Essas comunidades são antigas e suas origens se mesclam com os primeiros habitantes. Estudos arqueológicos em sambaquis da região evidenciam a presença de comunidades de caçadores e coletores há mais de cinco mil anos, assim como o registro da ocupação da baía por grupos indígenas chamados Carijós, da nação Tupi-guarani, nos séculos XV e XVI<sup>76</sup> (BANDEIRA, 2004).

Historicamente, a pesca surgiu nessa região como uma fonte de subsistência secundária, complementando a atividade agrícola das famílias de lavradores que ocupavam essas regiões. Com a falta de espaço e de terrenos que favorecessem o desenvolvimento da agricultura, as famílias passaram a se dedicar essencialmente ao mar, tornando-se, assim, pescadores (TEIXEIRA, 1988). Como Samuel explica, ao falar do seu avô.

Meu vô era índio carijó aqui de São Chico, o pai da minha mãe, ele se criou em beira de rio da baía. Então, ele é um cara que ele era índio mesmo. Ele não criava galinha, ele não criava nada, ele matava um jacu, ele matava um anu, ele matava saracura pra família comer, e pescava também né. Aí depois que veio uma outra geração que é meu pai, que é a mãe. Minha mãe Alzira que é filha dele, [já falava]

---

<sup>74</sup> Vide nota 70.

<sup>75</sup> Vide nota 70.

<sup>76</sup> A Baía Babitonga foi intensamente ocupada por pescadores-coletores-caçadores de 6000 a 1000 anos antes do tempo presente (AP) e posteriormente pelos ceramistas. De acordo com Bandeira (2004), a região abriga cerca de 140 sítios arqueológicos pré-colonial sem cerâmicas –sambaquis (BANDEIRA, 2004).

vamo criar uma galinha, não precisa matar bicho e coisa, né, vamo criar uma galinha. Daí começaram a aprender a criar galinha, criar porco, daí já não matava mais os bicho né, daí aprendeu. Só que nós no mar nós tamo igual os índio ainda (informação verbal)<sup>77</sup>.

Samuel mora na Ribeira porção mais interna da baía, próximo a Laranjeiras, uma das áreas de maior risco de implantação de empreendimentos portuários. Ele firma suas raízes nessa terra por meio dessa antiga ancestralidade que o envolve desde o nascimento, e que, se depender do seu desejo, deve perdurar nas próximas gerações.

Meu pai era pescador. E aí nós continuemo, nós aprendemo com ele né?! Aprendi, desde os cinco ano. Eu pesco, desde os 5 ano de idade. Meu pai colocava eu na proa, sentadinho e remava. Ia de noite tudo, pescava até de madrugada, umas 2, 3 horas da manhã. [...] Primeiro fui ajudante dele, aí depois eu comecei a mexer em rede. Seis, sete anos comecei a entalha rede, a fazer rede. Nós pescava, com sete anos, seis anos, pescava sozinho já. Sabia rema, sabia solta a rede, sabia pega o peixe. Vendia também produto nosso, desde aquela época também, nós não paramo mais. Igual meu filho, meu filho ele (informação verbal)<sup>78</sup>.

Em cena, muito semelhante à vivida com Nico e Nicolas, Samuel aponta para um menino de mais ou menos cinco anos, muito tímido, que escondido atrás de uma porta, escuta a conversa dos adultos. Pequeno e rápido, como o filho do Nico e também como um golfinho que me levou a conhecer essas histórias, José, no vão, esboça um sorriso maroto quando o pai menciona que ele também já é pescador. “Esse ai é outro que vai pescar também, é outro que vai pescar. A hora que eu ficar mais velhinho e não conseguir ele vai, vai ter a vida dele já, porque ele gosta muito de pescar” (informação verbal)<sup>79</sup>.

Samuel e Nico, apesar de não serem conhecidos próximos, têm muitas coisas em comum, além de compartilharem a atividade, compartilham a mesma faixa etária e características físicas, possuem um jeito similar na fala, uma história e espaço de vida com muitas confluências e repetições. Para Nico, manter o filho na pesca, diante de todas as dificuldades da atividade, é conservar sua história.

---

<sup>77</sup> ROCHA, Samuel Magno. Entrevista V. [dez. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Bode.mp3 (127 min.)

<sup>78</sup> Vide nota acima.

<sup>79</sup> Vide nota 76.

Igual o meu filho, quero ver se ele aprende alguma coisa, né? Que ele continuasse a tradição, né, como o meu pai queria. Foi lá, registrou nós na pescaria, né, que é uma coisa boa, se criaram nisso. Meu avô também... Eu não cheguei a conhecer meu avô, mas dizem que era muito pescador. E naquele tempo era muito mais difícil, era remo, era a vela, né. Esse nosso terreno é grande, eles compraram tudo com pescaria, vai até na outra rua lá [...] E assim vai sendo, né... de neto vai para bisneto. Pescador, na verdade, já vem por tradição, meu bisavô já era pescador, daí meu avô, meu pai e assim eu e eu quero que meu filho aprenda pelo menos, já vem na família, tradição, né!? (informação verbal).<sup>80</sup>

Nico reconhece que atualmente não consegue viver exclusivamente da pesca. Sobretudo no inverno ele precisa fazer alguns “bicos” na construção civil para complementar a renda da família. Ainda assim, ao ser questionado sobre a instabilidade da ocupação, o pescador defende que mesmo precisando de complementação, a pesca é um meio de vida. “É um motivo de sobrevivência, né!?” Samuel corrobora:

Ah, eu vou gostar porque assim ó, se você ensinar um filho a pescar ele não passa necessidade. Pelo menos fome ele não passa. Ele pode ser até doutor, fica desempregado numa cidade grande, não tem o que comer, ele vem pra baía, ele sabe o que fazer na baía. (informação verbal).<sup>81</sup>

Seu Leocádio pensa de modo diferente, provavelmente por ter sido mais afetado pelos problemas de gestão no Canal do Linguado. Viu aos poucos secar a água que lhe serviu de abrigo e ao ser questionado se seus netos seguiram na pesca, alega obstáculos decorrentes do assoreamento, que impõe a pesca em mar aberto, tornando a atividade arriscada, sobretudo custosa, devido ao gasto com combustível e esforço de pesca.

Pescar? Ah, acho que não. Hoje tá mais difícil, a leme tá muito dificultoso assim, mais por esporte isso aí, aí eles vão ainda, mas pra seguir a carreira, não vão mais, difícil! [...] Pra sair daqui né, pra ir pescar, por outro lado de lá. Pro lado de cá é bom de sair, mas é ruim de peixe, entra muito pouco aqui e, seca tudo a boca da barra lá que é pequeninha ai o peixe não vem, ai quase não dá nada, ai tem que ir mais pra lá, pra lá vem mais peixe, o problema é sair, pra tu ir e voltar. Eu acho que eles não vai querer seguir não. Até os próprios daqui já tão desistindo, daqui só tem eu, mais um rapaz ali que é

---

<sup>80</sup> Vide nota 70.

<sup>81</sup> Vide nota 76.

meu irmão, aí outro rapaz aqui atrás aqui. Na vila toda tem três só, três que pesca, três, quatro (informação verbal)<sup>82</sup>

Essa noção de sobrevivência está intimamente ligada ao espaço e à ocupação da vida cotidiana. Ao romper com o lugar pleno de significados, rompe-se também com as referências de existência do pescador artesanal. O deslocamento deste espaço provoca um desenraizamento do homem que pode destruí-lo.

### 3.4 “Tudo tem um propósito”

Seu Leocádio se coloca na entrevista desesperançoso quanto à manutenção das próximas gerações de pescadores na pesca artesanal, porém manifesta que a falta de esperança não se aplica.

Eu gosto, adoro pescar. É, pescar nesse mar aí pra sempre, com sol, frio, com ano sofrido mas né, é gostoso, além de contato com a natureza. É pescando né, passeando, vendo as beleza da baía, muito bom! Ah eu tava indo, não me arrependo, faria tudo de volta se tivesse de fazer tudo de novo, começava tudo. [...] Já nasci pescador! Desde pequeno andando nessa. [...] Mesmo que tu não pega nada, mas só por tá lá, já vale a pena, só por tá lá com a natureza, muito bom... (informação verbal)<sup>83</sup>.

O que caracteriza o pescador artesanal perpassa os seus resultados imediatos. O cotidiano está repleto de símbolos que são compartilhados pela comunidade, que os reconhece, que os abriga. Esses pescadores artesanais desenvolvem “uma íntima relação com o ambiente natural, vivendo dentro de sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, dependendo desses para sua subsistência e adaptados às condições ecológicas locais” (BRASIL, 2000).

Coladas a essa relação caminham tradições, modos de vida e peculiaridades do fazer, conhecimentos do mar, do tempo, das espécies, do comportamento do pescado. “Para se apropriar do recurso pesqueiro, ele conhece seu ambiente, o peixe que busca e a tecnologia necessária à sua captura.” (DIEGUES, 1983, p. 197).

Esse vínculo com o espaço, com o fazer no lugar é utilizado na Lei nº 9.985/2000 para definir populações tradicionais: “aquelas que vivem inseridas em

---

<sup>82</sup> MACHADO, Leocadio Cesario. Entrevista IV. [mar.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Leocadio.mp3 (156 min).

<sup>83</sup> Vide nota acima.

um determinado ecossistema a gerações, desenvolvendo uma íntima relação com o ambiente natural” (BRASIL, 2000).

Celinho é um desses exemplos, conhece a baía como a palma de sua mão, sabe onde e como pescar. Ele é parcimonioso para contar suas sabedorias, mas após alguns encontros, se emociona ao falar de suas vivências na Babitonga. Sensível, representa na fala a gratidão de estar onde está.

Eu agradeço a Deus todos os dias pelo dom que me deu, de pesca, e de aprende as coisa do mar né. Assim ó, eu tô na cama deitado ali de noite, eu tô pensando, onde é que eu vou bota minha rede amanhã, onde é que tá o peixe, onde é que tá o robalo, eu vou em tal lugar, tendeu? Porque, a gente, como eu falei pra ti, a gente que conhece, que tem a prática, que é o dom, fica mais fácil de trabalha. (informação verbal)<sup>84</sup>.

O domínio dessas técnicas de aproximações dialógicas faz com que o grupo compartilhe além de um conhecimento específico, um espaço comum de vivências e memórias. A tradição partilhada na vivência diária faz com se reconheçam, se conectem, e desfrutem de uma identidade coletiva.

Eu vou aí pro mar, eu sei certinho cara que é pescador profissional e quem não é. O jeito de puxa a rede como a maré tá puxando. Na forma de puxa a rede, você sabe se posicionar para maré enchendo ou vazando pra puxar uma rede. Esses cara que vêm de fora aí não sabe nem puxa uma rede, joga pra lá, joga pra cá, joga pra lá atravessado. Não entende que é uma ciência. Você que sabe que gente é, nós que sabemos, trabalhamo mais fácil, não fazêmo com tanta força. Cê vê nego puxando rede aí, cara mete uma rede, liga o motor, é “bééé”, não precisa nada disso é só saber como é que a rede trancou. Ele que não sabe, não, eles mete o contrário aí rasga tudo a rede, fica a rede no fundo lá, atrapaçando o pesqueiro. Então é tudo isso a pescaria manda, tem que saber, tem que ter o conhecimento da coisa, não é assim. (informação verbal).<sup>85</sup>

O conhecimento que Celinho menciona não se refere apenas às técnicas de pesca, mas, sobretudo, ao que envolve esse trabalho, para além da execução de uma atividade com fins remunerados, que resulta do cruzamento de uma lógica de existir e viver no lugar e com o lugar.

Essa semana agora “tava” chovendo, deu temporal de chuva e a gente fica cabreiro né. Mas por que eu matei “aqueles robalo” ali? Devido à chuva que deu. Essa temporada de chuva que deu... Por causa da água doce. Tira ele do rio, vem pra cá... É muita força da água, ele não se guenta lá, e a água tamem muito doce tamem. Ele

---

<sup>84</sup> Vide nota 66.

<sup>85</sup> Vide nota 66.

vem embora, então eu disse: - Sonia, não vamo xinga. Não vamo xinga porque tudo tem um propósito (informação verbal)<sup>86</sup>

Sabedoria que deriva de um aprendizado antigo e Nico explica em outra passagem, ecoando o que aprendeu sobre os peixes com o pai e o avô, que muitas espécies, inclusive o robalo, costumam viver também em águas de menor salinidade, ou seja, mais doces. Em tempos sem chuva, essas espécies entram no estuário, em contrapartida, quando chove e a salinidade fica ainda menor, esses animais nadam em direção ao mar buscando águas mais salgadas. Conhecedores do *habitat* e dos peixes que vivem na região, os antigos pescadores esperavam essas temporadas de chuva para fazer a pesca de cerco na desembocadura dos rios. “Geralmente, quando dá uma chuva dessa, o peixe sai tudo de novo, né? Aí eles esperavam na travessia de rio e matavam aquela quantidade. Quantas e quantas!” (informação verbal).<sup>87</sup>

Não é somente a água que influencia no sucesso da pesca, a lua é um dos oráculos mais importantes para esses profissionais do mar. A lua influencia diretamente a maré, definindo a rotina e os apetrechos de pesca, sendo que cada lua atrai ou afasta um número específico de espécies, conforme explicações de Seu Leocádio ao mencionar como a lua cheia é indicada para a pesca de peixes que vivem em águas de superfície, pois a luz auxilia a identificar o movimento do cardume e as luas minguante e crescente para peixe de fundo. “É, é, ela cobre mais também né, porque geralmente o peixe de fundo pesca mais no passeio né, num é muito no batido, e pra nois, esses peixe no batido a maré de quarta é melhor, porque ela não corre tanto né” (informação verbal).<sup>88</sup>

Tais ensinamentos, memórias advindas da experiência, segundo Benjamin (1994a) tornam vivo o discurso, pois não há memória sem a vivência. Assim, essas narrativas ligadas à tradição oral produzem textos que falam da experiência cotidiana, que se complementam e traçam marcas do espaço de vida. Recortes, que remetem a Benjamin quando diz que articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento” (BENJAMIN, 1994b, p. 244).

---

<sup>86</sup> Vide nota 66.

<sup>87</sup> Vide nota 70.

<sup>88</sup> Vide nota 81.

Portanto, essas memórias, essa reconstrução do passado são realizadas a partir dos interesses e preocupações do presente, com características circunstanciais e mutáveis, instauradas num processo de reinterpretação e de mudança (POLLAK, 1989). Nesta perspectiva, “a memória não é apenas um lugar para recordar” (PORTELLI, 2014, p. 28), muito mais do que isto, é um espaço vivo de lembranças, um processo de atribuição de significados. A constituição de memórias envolve não só experiências vividas diretamente, mas, também, as experiências herdadas, aprendidas e transmitidas aos indivíduos pelos grupos por meio do processo de socialização. Processo esse, que promove a interação desses sujeitos (HALBWACHS, 2006).

Para além do conhecimento técnico, essas partilhas envolvem uma temporalidade particular, um respeito ao tempo das coisas, não ao tempo do deus Cronos do capitalismo, mas uma relação cíclica com o que foi e o que é. Na fala desses sujeitos, fica evidente que o ritmo demarcado pelo relógio não é o que dirige suas vidas, mas o tempo perceptível no movimento orgânico da natureza.

De manhã eu ia pro mato para limpar árvore, já vinha, cortava um cacho de banana, ajudava a falecida mãe plantar aipim, plantava roça, né, e já ia para o mar também, né... chegava a hora, meio dia para a tarde, já ia para o mar, às vezes de madrugada ia para o camarão, né... tudo tinha a horinha certa, daí geralmente com parada de maré a gente soltava a rede pra matar peixe da laje, saguá, corvina. E tinha a hora do camarão, geralmente a parte da tarde era a pescada, né... pescada, robalo... matava muito, né. Meu pai foi um dos campeões de matar pescada na baía, na verdade. E deixou a herança pra nós, né, deixou sabendo os pontos. (informação verbal).<sup>89</sup>

Agora no verão eu pesco mais durante o dia. Aí volta de tardinha às veiz, umas 4 hora, 5 hora, coforme fô a maré né, se a maré for pra sai, tem dia que tem que espera mais, que nem agora, se tu for agora, tem que sair cedo aí, vai pesca e ainda tem que espera mais um bocado pra arruma alguma coisa de tarde, ai tu vai “vorta” só na boquinha da noite. E se baseava de um dia pro outro, ia lá, que nem hoje, de manhã, se eu quisé pesca amanhã eu fico olhando a maré ali hoje, comé que ela vai faze, comé que ela vai trabaia. (informação verbal).<sup>90</sup>

É, que o pescador ele tem que acompanha a lua, a maré, se tiver que acorda meia noite, ele tem que ir meia noite, se tiver quer ir 2 horas da manhã, 2 horas da manhã. Se dizia – não, duas horas não

---

<sup>89</sup> Vide nota 66.

<sup>90</sup> Vide nota 81.

vou, vou às 5 ele perdeu a maré, ele perdeu o peixe, que acabou, não adianta nem ele sair de casa, entendeu, que é aquele horário. A gente pesca assim, a gente não pesca na loucura. - Ah vamo agora que vai ter peixe, -Não, vamo ver a lua, vamô ver se presta a maré, se não presta, vamo ver o vento, nós temo que ter a rede boa também. (informação verbal)<sup>91</sup>.

O autorreconhecimento a partir desses saberes tradicionais faz com que, a “função” da memória auxilie na criação do senso de igualdade entre os membros dessa coletividade, além de demarcar as fronteiras entre os outros (CANDAU, 2018). Todos estes fatores, segundo Rodrigues (2000), contribuíram para desenvolver os processos de identificações culturais própria desse pescador artesanal. O Celinho, por exemplo, diz saber mesmo antes de conversar quem é e quem não é pescador: “Eu vou em Joinville com a Sônia. - Sônia aquele ali é pescador. – Como é que tu sabe? – Olha o jeito do home, tu vê a calcinha arregaçada, é, é pé torto, né, ou é da roça ou é pescador.” (informação verbal)<sup>92</sup>.

Por essa característica representativa, a metamemória está intimamente ligada à noção de identidade, pois a elaboração e a reelaboração da memória podem atribuir sentidos grupais, formando os quadros sociais de memória. A lembrança dessa relação influencia a identidade do sujeito, visto que, sem memória esse se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece (CANDAU, 2018).

As narrativas prenunciam o desaparecimento da pesca artesanal, perceptível em diferentes graus na fala dos entrevistados. Seu Leocádio expressa um conformismo, um aceite, talvez por ser mais velho, mais experiente, talvez porque seu quintal foi aos poucos secando e lhe tirando a esperança. Nico e Samuel, curiosamente ambos com meia idade são mais inflamados num discurso que expressa a proteção de seus saberes:

Mas a pescaria, hoje em dia, é como a gente estava comentando, vai se acabando. Vai perdendo, vai perdendo a tradição, na verdade, né! Vai se acabar o pescador profissional, né, que conhece o canal, uma laje, sabe entalhar uma rede ou remendar, né. (informação verbal)<sup>93</sup>.

Ah, mas o cara foi e não mato nada, às vezes diz né, mas o cara foi fora d’agua maré, só que a gente não fala nada né, a gente não

---

<sup>91</sup> Vide nota 76.

<sup>92</sup> Vide nota 66.

<sup>93</sup> Vide nota 70.

ensina as outras pessoas a pesca, a gente não ensina. (informação verbal)<sup>94</sup>.

A maioria dos pescadores hoje que vem pescar não sabe remendar uma rede, uma tarrafa... E o pescador tem que saber de tudo, né. Tudo tem a sua beleza, na verdade, só que tá se acabando, né. Quem sabe, sabe. Quem não sabe, vai ser difícil aprender. (informação verbal)<sup>95</sup>.

### 3.5 “A baía me segura. A baía me segura”

Os pescadores entrevistados demonstraram por intermédio da fala e gestos possuir uma relação misteriosa com a natureza, vivida nos silêncios do mar, algo que tange o sagrado. Samuel, em sua fala eloquente, coloca a baía como uma grande mãe que tudo provê e, que, protegê-la significava proteger a si próprio e aos filhos desse território. “Ah, a baía sei lá, eu sempre falo que ela é uma mãe que alimenta nós e aí o braço dela sempre puxa pro bem né, ali tem tudo ali, até não é só para mim, mas tudo estresse que tu tem, se ir lá no meio do mar acabou.” (informação verbal)<sup>96</sup>.

Essa relação de sacralidade homem/espaco faz com que o grupo se sinta protegido por esse ente que emana da vida, confiando não só a sua subsistência às águas, mas também sua segurança, integridade e saúde. Esses vínculos expressados nos levam aos modos de “crer a Baía” destes pescadores artesanais. As crenças suscitadas se exprimem como “investimentos” existenciais desses sujeitos para com o lugar. Não se trata da Baía Babitonga necessariamente por si mesma, tal como ela é, enquanto objeto, fixo, dogma inquestionável, mas da Baía que emana dessas narrativas. É por esse modo de “crer baía” que a baía ganha força e enriquecimento e não o contrário.

A partir do momento em que cada grupo social se encontra inserido em um espaço, passa a moldá-lo à sua imagem, isto é, às suas concepções, valores; se adaptam à materialidade do lugar. Assim, cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que somente é inteligível para os membros do grupo, porque todas

---

<sup>94</sup> Vide nota 76.

<sup>95</sup> Vide nota 70.

<sup>96</sup> Vide nota 76.

as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida em sua sociedade (HALBWACHS, 2013, p. 130). As narrativas estão amparadas nessa ideia de sustentação que os pescadores artesanais se lançam ao mar todos os dias na certeza de que retornarão ao lar.

A gente não se afoba né, a nossa relação na verdade ela é que segura tu, tu não fica apavorado com a baía, quando tu entra assim, nossa parece que tá entrando no céu. Ah não porque vamô morrer, não. A baía me segura. A baía me segura, e quando eu preciso de comer vou ali matô um peixe, quando eu preciso de dinheiro vou ali e pesco, já vem ali com produto, já tem gente pra comprar, então. (informação verbal).<sup>97</sup>

Pertencer ao território faz com que esse pescador artesanal se sinta amalgamado ao espaço. Cris, por exemplo, pescadora de Araquari, a única mulher entre os entrevistados, nasceu em Guaratuba, no litoral norte do Paraná, mas logo após o nascimento, a família mudou para o interior do estado e depois para Joinville, em Santa Catarina. Ainda na infância precisou voltar para o litoral por problemas de saúde. Segundo sua narrativa, a baía a salvou quando tinha 12 anos e não acredita ter forças para sobreviver afastada do mar.

Quando eu era criança eu tinha um problema de saúde, muito grave pra criança, é um negócio pulmonar, que junta água no pulmão. [...] Quando eu fiz nove ano, eu fui pro hospital Pequeno Príncipe, e o médico lá disse a minha mãe que eu devia morar no litoral, que eu não ia ficar viva muitos anos. [...] Eu tinha, quando apareceu essa doença eu tinha 2 aninho. Eu tinha nove anos quando eu fui mora no litoral. Mas até os 9 ano eu sofria muito, eu perdia estudo, eu não conseguia ir pra aula.[...] E ali eu fui crescendo, fui melhorando, com 12 ano, eu sarei. Me transformei num peixe, entrei na água nunca mais saí. (informação verbal).<sup>98</sup>

Samuel também atribui a cura de uma doença pulmonar à Baía:

A Baía Babitonga, tudo que eu sou e tenho depende dela, tudo. É desde criança já, ela me curou da bronquite né, sem eu saber. Comecei a nadar com 5 anos e meio. Tinha bronquite, tinha aquela asma, a mãe dizia: - Ah esse piá vai morrer, vai morrer, naquele tempo não tinha tratamento, e aí eu me enfiava no mar. A nossa brincadeira era no mar, a vida inteira eu nadei. (informação verbal).<sup>99</sup>

---

<sup>97</sup> Vide nota 76.

<sup>98</sup> LANÇONI, Maria Cristine. Entrevista I. [fev.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Araquari, 2020. Cris.mp3 (128 min).

<sup>99</sup> Vide nota 76.

As narrativas de cura não se limitam ao campo da saúde física. Seu Leocádio, por exemplo, conta que quando está com algum problema pega sua bateira e vai para o meio da baía pensar.

Não... olha mesmo sozin, às veiz eu vô, eu vô pesca sozinho, caranguejo e peixe, daí chego em casa a muié: – Mas tu não vem pra casa, tu tá desde manhã, num mangue o que tu tava fazendo? Mas agora, tu tá lá que nem vê a hora passa, fica lá e... fica olhando lá, arma as redinha, tira marisco, fica lá sozinho e, cantando sozinho e, a hora passa que tu nem vê, quando vê já tá, quase escurecendo pra vim embora. Ah, mas é muito bom. (informação verbal).<sup>100</sup>

Então sempre quando eu tô com problema, o mar pra mim é terapia. Deixo tudo que é ruim, e eu fico com outra cabeça pra casa, outro pensamento [...] eu deixo, é ruim, lá, que vai embora com as água, e traz só o que é bom. [...] Entrou no mar, nega, parece que eu me transformo em outra pessoa, é impressionante. Aí lá eu tiro tudo que é de ruim, trago tudo que é de bom, e venho pra casa pronta pra começa tudo de volta. (informação verbal).<sup>101</sup>

Cris conta que chegou a estudar. Com 40 anos dedicados à pesca, concluiu o Ensino Superior em pedagogia. Porém, exerceu a nova profissão por menos de um ano, pois não conseguiu viver longe do mar. Ela alega que longe da baía não é capaz de sobreviver, ressaltando que em sua trajetória de quase 40 anos de pesca, chegou a se mudar algumas vezes para outros lugares, tentou inclusive mudar de profissão, mas nunca foi capaz de ficar muito tempo longe.

Uma vez vim pra Joinville, fiquei com os meus pais, mas não me adaptei, eu fiquei doente lá naquela terra. Começou a voltar os mesmo problema de doença. Que dizem que a doença é espiritual, não sei. Que eu comecei a ficar doente, e ruim e ruim. - Não! Vou embora, vou voltar pra pesca. (informação verbal).<sup>102</sup>

Seu Leocádio compreende as afirmações de Cris, demonstrando apego existencial ao espaço. Ao ser questionado sobre os problemas enfrentados pelos pescadores artesanais em se manter na pesca diante das adversidades provocadas pela transformação da natureza em seu entorno, respondeu que não se mudaria do lugar que viveu desde seu nascimento. “Ah, fica duenti direto! Ah, não consigo ficar

---

<sup>100</sup> Vide nota 81.

<sup>101</sup> Vide nota 97.

<sup>102</sup> Vide nota 97.

sem isso aqui. E, se fosse pra ir embora daí acho que, não tem como. É a paz a gente vai vendo.” (informação verbal).<sup>103</sup>

A dependência do ambiente não faz o pescador oprimido. As narrativas demonstram justamente o contrário: ao pertencer à Baía, eles tornam-se livres, em simbiose com o meio. “A única forma de trabalho que lhe traz satisfação é a pesca artesanal. [...] o trabalho do pescador é a mola mestra da única vida que ele conhece e trabalho e diversão ou trabalho e cultura não estão divorciados. [...] se relacionam intrinsecamente com a natureza, nas formas de trabalho e relações comunitárias [...] é um “meio de vida” (SOTO; SILVA, 2017, p.137-138).

Olha, na verdade, a vida de pescador é uma alegria e tanto, né. Que meu Deus! Quando a gente vê tirar um peixe, né, é que a gente tá acostumado com isso, né, quando mata uma, duas, cinco, esse ano matei cinco pescadas num dia, numa tarde, assim né. (informação verbal).<sup>104</sup>

Tu chega em casa com o peixe, dá vontade de voltá, isso que eu falo de vontade, não chega a ser um vício, mas é um, um querer, uma vontade, é legal, é uma adrenalina que vem nesse negócio aí. E no trabalho não conseguia te isso ai, na água a gente tem. É um trabalho, só que é um trabalho gostoso de se fazer, entendeu? É um trabalho bom de se fazer, é um trabalho divertido. Tem esforço? Tem cansaço? Tem... tem... (informação verbal).<sup>105</sup>

É falta de mar, é falta de mar. Nem que não seja pra matar o peixe. Ah não, eu quero matar o peixe, pego pra vender, não é. Nem Que eu pegue a batera do uma volta e venha embora. Entendeu? Não é por causa de dinheiro, posso tá com um milhão, mas eu quero dar uma volta lá no mar, gosto de navegar, gosto de andar no mar. (informação verbal).<sup>106</sup>

Esse modo de vida compartilhado, que não totaliza o homem e a natureza tem se consolidado como uma via para a proteção, não somente dessas comunidades, mas do próprio território, porque a dicotomia homem-animal<sup>107</sup>

---

<sup>103</sup> Vide nota 81

<sup>104</sup> Vide nota 70.

<sup>105</sup> HASS, Jeferson. Entrevista III. [mar.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Jeferson.mp3 (42 min).

<sup>106</sup> Vide nota 76.

<sup>107</sup> Historicamente, a ideia de uma natureza rústica tem criado distanciamentos na relação entre homem e o meio ambiente. Ao longo do tempo, sobretudo a partir do século XVII, com o avanço do pensamento filosófico moderno, uma dicotomia cada vez mais acentuada separou o homem e o animal. O homem, enquanto ser racional se diferencia da

propagada pela visão cartesiana não se aplica e o natural é tido como caminho de permanência.

Rodrigues (2000) defende o uso desse conhecimento nativo ou tradicional na conservação da biodiversidade, principalmente, quando se trata de pescadores, horticultores e agricultores de subsistência. Já, para Diegues (1983), a dependência dos pescadores artesanais em relação aos ecossistemas litorâneos, permitiu a sustentabilidade dos recursos naturais e das relações sociais no tempo. Como proposto na legislação que define comunidades tradicionais: “Adaptados às condições ecológicas locais, desempenhando um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica local” (BRASIL, 2000), configurando-se, assim, um importante sinalizador para a dissolução dos problemas ambientais contemporâneos.

Entretanto, para tal, uma pergunta, intuída por Boaventura<sup>108</sup>, se faz necessária. Em que medida podemos responder ao desafio de proteção da Baía Babitonga sem questionarmos as nossas próprias bases epistemológicas de conhecimento e de gestão que “exotizam”, por exemplo, as relações dos pescadores com a Baía? Que não se apropriam, de fato, de seus saberes e fazeres quer para o conhecimento científico, quer para a gestão do território?

Sugerimos, com essa incursão, mais do que o proposto pela interdisciplinaridade – juntar disciplinas e naturezas diferentes do conhecimento –, a

---

animalidade. Segundo Gonçalves (2002b) a ideia de natureza objetiva e exterior ao homem surge na Revolução Industrial e pressupõe o homem enquanto elemento não natural e fora da natureza. Com a consolidação da filosofia cartesiana privilegiando a razão e o pensamento lógico, a consciência humana adquire *status* de superioridade, delegando aos seres não humanos a posição de bárbaro, um corpo sem alma, um simples mecanismo, já que não possui a faculdade de pensar. Homem e animal se tornariam cada vez mais estranhos entre si. De acordo com Nunes (2011), o animal se tornaria o outro da nossa cultura, “simbolizando o irascível dos sentimentos e a bruteza dos instintos”.

<sup>108</sup> Ao revisitar os estudos de Rousseau, Boaventura Sousa Santos comenta: “Foram assim as perguntas de Rousseau; terão de ser assim as nossas. Mais do que isso duzentos e tal anos depois, as nossas perguntas continuam a ser as de Rousseau. Estamos de novo regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso; e temos finalmente de perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade. A nossa diferença existencial em relação a Rousseau é que, se as nossas perguntas são simples, as respostas sê-lo-ão muito menos. Estamos no fim de um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica” (SOUSA SANTOS, 1988, p.47).

abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa, racionalidade aberta por um novo olhar, transgressão das fronteiras epistemológicas. Uma nova abordagem científica e cultural, uma nova forma de ver e entender a natureza, a vida e a humanidade, que busque a unidade do conhecimento, uma democracia cognitiva (SANTOS *et al.*, 2009; MORIN, 1991, 2003; NICOLESCU, 1999; SOUSA SANTOS, 1988, 2007).

O caminho exige um “conhecimento integrado em função da humanidade, resgatando as relações de interdependência, pois a vida se constitui nas relações mantidas pelo indivíduo com o meio ambiente” (SANTOS *et al.*, 2009, p.04). Assim, como propôs Boaventura Sousa Santos (1988) mesmo ideias que a primeira vista podem parecer distantes, antagônicas, se bem enlaçadas, podem se tornar complementares, possibilitando a religação de diferentes saberes, construindo relações das partes com o todo, em busca de uma compreensão significativa. “Reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo” (SANTOS, 1988, p.70).

## REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Dione. R. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC : arqueologia e etnicidade. Orientador: Prof Dr. Paulo Abreu Funari**, 2004. 272p. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2004.
- BARREIRA, César. **Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás**. São Paulo: Editora Perspectivas, v.13, n.4, out-dez/1999.
- BATISTA, João Gonçalves. **Áudio Whastapp**. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. jango.mp3 (1min53seg).
- BATISTA, Laudecir Antônio. **Entrevista VI**. [fev. 2021] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2021. Nico.mp3 (49 min).
- BENJAMIN, Walter. **O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**, *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994a. Tradução de: Sergio Paulo Rouanet.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da história**, *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994b. Tradução de: Sergio Paulo Rouanet.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Características da investigação qualitativa**. *In: Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Editora Porto, p.47- 51, 1994.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014. Reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Mamíferos, aves, répteis, anfíbios e invertebrados terrestres"**. Diário Oficial da União: seção 01, p.126, 2014c. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2014/p\\_mma\\_444\\_2014\\_lista\\_esp%C3%A9cies\\_ame%C3%A7adas\\_extin%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2014/p_mma_444_2014_lista_esp%C3%A9cies_ame%C3%A7adas_extin%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 01 março 2021.
- BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>. Acesso em 18 de outubro de 2019.
- BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências**. Disponível em: <

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509231/001030625.pdf>. Acesso em: 01 março 2021.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2018. Tradução de: Maria Letícia Ferreira.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, p. 35, 1994. Tradução de Ephraim Ferreira Alves.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura do século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p.17-62,1998.

DESTEFANI, Anelise. **Avaliação de riscos ecológicos associado aos sedimentos acumulado no Canal do Linguado (Baía Babitonga – SC)**. Orientador: Charrid Resgalla Junior. 2017. 208p. Dissertação Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia Ambiental), Universidade do Vale do Itajaí (Univali), SC, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

FREITAS, Carlos Machado de *et al.* **A Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 5, maio/2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2019000600502](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000600502). Acesso em: 22 de abril de 2021.

GERHARDINGER, Leopoldo *et al.* **Diagnóstico socioambiental do Ecossistema Babitonga**. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v.10, p.176, mar/2021.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org) **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002b. p.108-123.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Editora Centauro, p. 224, 2013.

HASS, Jeferson. **Entrevista III**. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Jeferson.mp3 (42 min).

LANÇONI, Maria Cristine. **Entrevista I**. [fev. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Araquari, 2020. Cris.mp3 (128 min).

MACHADO, Leocadio Cesario. **Entrevista IV**. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Leocadio.mp3 (156 min).

MARGULIS, Sergio. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 1ª ed, 100p., jul/2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **História Oral: Exercício Democrático da Palavra**. 2018. p 14. Disponível em: [http://acaspj.org/wp-content/uploads/2018/03/Hist%C3%B3ria-Oral\\_Exerc%C3%ADcio-democr%C3%A1tico-da-palavra-1.pdf](http://acaspj.org/wp-content/uploads/2018/03/Hist%C3%B3ria-Oral_Exerc%C3%ADcio-democr%C3%A1tico-da-palavra-1.pdf). Acesso em: 07 de abril de 2020.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991. Tradução: Dulce Matos.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 8. ed., 2003. Tradução: Eloá Jacobina

NAVES, João Gabriel de Paula; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. **A relação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental**. Florianópolis: Editora Geosul, v. 29, n. 57, p. 7-26, jan./jun. 2014.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: Editora TRIOM, 1999. Tradução: Lúcia Pereira de Souza.

NUNES, Benedito. O Animal e o primitivo: os outros de nossa cultura. *In*: MACIEL, Maria Esther (Org). **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

PMAP-BS/UNIVALI, Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos. **Relatório Técnico Semestral BR 04042038/19** v.02, jan-junho/2019. Disponível em: <http://pmap-sc.acad.univali.br/sistema.html?id=597b7b77d8597d4a00e6f9c1>. Acesso em: 10 jun. 2020.

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Memórias: entrevista com Alessandro Portelli** [abril de 2002] Entrevistadores: P. R. de Almeida e Y. A. Koury. Uberlândia: História e Perspectivas, v.50, p.197-226, jan/jun 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Tradução de: Alain François [et al.].

ROCHA, Samuel Magno. **Entrevista V**. [dez.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Samuel.mp3 (127 min.)

RODRIGUES, Ana Maria. **Diagnóstico Socioeconômico e a Percepção Ambiental das Comunidades de Pescadores Artesanais do Entorno da Baía da Babitonga (SC): Um Subsídio Ao Gerenciamento Costeiro**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. Setembro/ 2000. p 260.

RONGALIO, Cynthia. **A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico.** *In:* Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: Editora UFPR, v. 19, n. 19, p. 111-128, jan./jun. 2009.

SANTOS, Célio dos. **Entrevista II.** [mar.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Celinho.mp3 (156 min).

SANTOS, Akiko; SANTOS, Ana Cristina Souza dos; CHIQUIERI, Ana Maria Crepaldi. **A dialógica de Edgar Morin e o Terceiro Incluído de Basarab Nicolescu: uma nova maneira de olhar e interagir com o mundo.** CEPED – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino, 2009. Disponível em: [http://cepedgoias.com.br/edipe/IIledipe/pdfs/4\\_conferencias/conf\\_a\\_dialogica\\_de\\_edgar\\_morin.pdf](http://cepedgoias.com.br/edipe/IIledipe/pdfs/4_conferencias/conf_a_dialogica_de_edgar_morin.pdf). Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

SILVA; Francisco José Barreto da. **Unidades de Conservação e Desenvolvimento Regional:** Um estudo sobre a região da Baía da Babitonga – SC. Orientador: Luiz Fernando Scheibe. 1995. 156 p. Dissertação (mestrado em Geografia), Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. SC, 1995.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna.** São Paulo: Estudos Avançados, v.02, n.02, p.46-71, ago/1988.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** São Paulo: CEBRAP - Novos estudos, n.79, p.71-94, nov/2007.

SOTO, William Héctor Gómez; SILVA, Raquel Hadrich. **A expansão dos empreendimentos portuários e seus efeitos sociais na vida cotidiana dos pescadores da Vila Nova – São José do Norte (RS).** Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, v. 25, n. 1, fev/2017, p 152. Disponível: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-1\\_06\\_a\\_expansao](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-1_06_a_expansao) Acesso em: 20 de novembro de 2020.

TEIXEIRA, Olívio Alberto. **Os pescadores artesanais: Análise da Situação Econômica e Social da Pesca artesanal em Santa Catarina.** Florianópolis, 1988.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena; SZYMCZAK, Maureen Bartz. **A ativação valorativa das histórias de vidas no Museu da Pessoa.** Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 51, n. [s.i], p. 174-190, dez. 2019. Disponível em: <http://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/149>. Acesso em: 09 jun. 2020.

ZANIRATO, Sílvia Helena. **Usos sociais do patrimônio cultural e natural.** São Paulo: Patrimônio e Memória, v.05, p. 137-152. Out/2009.

ZAPPES, Camilah Antunes; OLIVEIRA, Pablo da Costa; DI BENEDETTO, Ana Paula Madeira. **Percepção de pescadores do Norte Fluminense sobre a viabilidade da pesca artesanal com a implantação de megaempreendimento portuário.** São

Paulo: Boletim do Instituto de Pesca v. 42, n. 1, p. 73-88. Disponível em: [researchgate.net/publication/303905629\\_Percepcao\\_de\\_pescadores\\_do\\_norte\\_fluminense\\_sobre\\_a\\_viabilidade\\_da\\_pesca\\_artesanal\\_com\\_a\\_implantacao\\_de\\_megaem\\_preendimento\\_portuario](https://www.researchgate.net/publication/303905629_Percepcao_de_pescadores_do_norte_fluminense_sobre_a_viabilidade_da_pesca_artesanal_com_a_implantacao_de_megaem_preendimento_portuario). Acesso em: 20 de março de 2021.

### CAPÍTULO III - BAÍA BABITONGA, PATRIMÔNIO COMUM EM DISPUTA<sup>109</sup>

**Resumo:**

O presente artigo compõe as reflexões de uma pesquisa desencadeada por narrativas orais de pescadores artesanais acerca do seu espaço de vida, a Baía Babitonga, no norte de Santa Catarina. Buscamos compreender os vínculos desses pescadores artesanais com o território e como essa conexão contribui ou não na proteção deste patrimônio e dos grupos que nele habitam. Outro aspecto perseguido na pesquisa foi uma melhor compreensão de como as disputas pelo território influenciam no modo de vida desses sujeitos e quais implicações desencadeiam percepções de seus traços identitários, bem como ocorrem as principais disputas no território decorrentes da instalação de empreendimentos portuários nos limites do estuário. Para tal, inicialmente foi realizado um levantamento das iniciativas no território e do estágio de implantação. Também foi analisado o discurso utilizado por esses empreendedores para justificar sua fixação no território. Buscamos dessa forma, uma visão mais complexa sobre o espaço habitado, que perceba a gestão como uma atuação plural e ecossistêmica, respeitando as muitas intersecções que os sujeitos humanos e não humanos realizam com o lugar.

**Palavras-chave:**

Baía Babitonga; empreendimentos portuários; pescadores artesanais; território; desterritorialização.

**Abstract:**

This article is part of the reflections of a research triggered by oral narratives of artisanal fishermen about their living space, Babitonga Bay, in the north of Santa Catarina. We seek to understand the links of these artisanal fishermen with the territory and how this connection contributes or not to the protection of this heritage and the groups that inhabit it. Another aspect pursued in the research was a better understanding of how the disputes over the territory influence the way of life of these subjects and what are the implications in the perception of their identity traits, as well as the main disputes in the territory as a result of the installation of port undertakings in the limits of the estuary. To this end, a survey of initiatives in the territory and the implementation stage was initially carried out. The discourse used by these entrepreneurs to justify their fixation in the territory was also analyzed. In this way, we seek a more complex view of the inhabited space, which perceives management as a plural and ecosystemic performance, respecting the many intersections that human and non-human subjects carry out with the place.

**Key words:**

Babitonga Bay; port developments; artisanal fishermen; territory; deterritorialization.

---

<sup>109</sup> O presente artigo está em fase de desenvolvimento pelas autoras: Naira Rosana Albuquerque, mestrandia em Patrimônio Cultural e Sociedade – Univille | Univille | nairarosanaalbuquerque@gmail.com

Taiza Mara Rauen Moraes, doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina | Univille | Moraes.taiza@gmail.com

Ilanil Coelho, doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina | Univille | ilanilcoelho@gmail.com

## 4.1 INTRODUÇÃO

O artigo é estruturado a partir de reflexões de uma pesquisa desencadeada por narrativas orais de pescadores artesanais acerca do seu espaço de vida, a Baía Babitonga, no norte de Santa Catarina. Buscamos compreender os vínculos desses pescadores artesanais com o território e como essa conexão contribui, ou não, com proteção deste patrimônio e dos grupos que nele habitam. Existe na Babitonga uma grande diversidade de usos, alguns deles sobrepostos no espaço e no tempo, refletindo em disputas pelos territórios. Há, ainda, grandes projetos de terminais portuários com pretensão de instalação no interior da Babitonga, o que acirrará ainda mais conflitos já existentes no território (GERHARDINGER *et al.*, 2021). Dessa maneira, outro aspecto perseguido na pesquisa foi uma melhor compreensão de como as disputas pelo território influenciam no modo de vida desses sujeitos e quais as implicações na percepção de seus traços identitários.

Para isso inicialmente foi realizado um levantamento dos empreendimentos portuários e do estágio de implantação em que se encontram. Também foi analisado o discurso utilizado por esses empreendedores e seus representantes para justificar sua fixação no território. Tais levantamentos foram efetuados por meio de pesquisa documental nos órgãos de governo responsáveis pelo licenciamento desse tipo de atividade como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA). Também foram consultados documentos junto à Procuradoria da República no Município de Joinville, representante regional do Ministério Público Federal.

A essa consulta somou-se o referencial teórico de outras experiências ao longo do litoral brasileiro envolvendo comunidades pesqueiras e empreendimentos de grande porte como os portos. Para dar forma e razão ao estudo, foram amarradas à produção teórica, as narrativas de pescadores artesanais da Baía Babitonga.

Dessa forma, buscamos uma visão articulada e abrangente entre o espaço habitado, visando sinalizar para uma gestão plural e ecossistêmica, pautada nas intersecções que os sujeitos humanos e não humanos realizam com o lugar.

## 4.2 A Baía Babitonga

A Baía Babitonga é objeto de múltiplas forças e interesses atuando sobre o território, tornando-se, assim, um local favorável para análise das disputas territoriais, haja vista sua importância sociocultural e socioecológica. Caracteriza-se como a maior baía navegável do estado de Santa Catarina e abriga um patrimônio natural ímpar, a última grande floresta de manguezal do Hemisfério Sul, com mais de 80km<sup>2</sup> (GERHARDINGER *et al.*, 2021; KILCA *et al.*, 2019; IBAMA, 1998). A Babitonga possui uma lâmina d'água de aproximadamente 160 km<sup>2</sup> na qual deságuam vários rios, com destaque os rios Palmital, Cachoeira, Cubatão e Parati-Mirin (MAZZER *et al.*, 2012). Peculiaridades que fazem com que a Babitonga, se constitua, junto dos estados de São Paulo e Paraná como o maior corredor ecológico de Mata Atlântica<sup>110</sup>, o último grande remanescente contínuo desse bioma, guarida de centenas de espécies (INPE/Fundação SOS Mata Atlântica, 2018).

Além das espécies residentes, centenas de animais migratórios escolhem a baía em algum momento de seu ciclo de vida, seja durante a fase reprodutiva ou no crescimento. Entre as aves que reproduzem na Babitonga, encontra-se o guará (*Eudocimus ruber*) espécie ameaçada que já foi considerada extinta na região (FINK, 2013). Atualmente, a Babitonga é a única colônia reprodutiva ativa de guará no sul do país.

Não é apenas o céu da baía que guarda suas preciosidades. Em suas águas protegidas vive uma população residente de toninhas (*Pontoporia blainvillei*), o golfinho em maior risco de extinção do Brasil e um dos mais ameaçados do planeta<sup>111</sup>. Como a toninha, centenas de espécies aquáticas e terrestres dependem desse estuário<sup>112</sup> para sua sobrevivência.

---

<sup>110</sup> A Mata Atlântica é o segundo bioma mais ameaçado de extinção do planeta. Apesar disso, ela mantém índices altíssimos de biodiversidade (um dos maiores do mundo) que a classifica como um “hotspot”, ou seja, um lugar onde existe uma grande riqueza de diversidades biológica e ao mesmo tempo sofre uma grande ameaça. A Mata Atlântica é considerada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e abrange total ou parcialmente 17 estados brasileiros e mais de 3 mil municípios. (Atlas Mata Atlântica, <https://apremavi.org.br/mata-atlantica/> consulta em 31/07/2020).

<sup>111</sup> A toninha (*Pontoporia blainvillei*) é o golfinho em maior risco de extinção do Oceano Atlântico Sul, estando provavelmente entre os cinco pequenos cetáceos mais ameaçados do planeta. Não é comum a ocorrência de toninhas em baías, estuários ou ambientes mais protegidos, com exceção da Baía Babitonga, no norte catarinense. São cerca de 50 animais monitorados há aproximadamente duas décadas pelo Projeto Toninhas/Univille nesse

Um grupo de pesquisadores ingleses liderou em 1973 um estudo seminal de valoração econômica de serviços ecossistêmicos, ainda que subjetivo e por vezes generalista, os dados são referência mundial na valoração de espaços naturais. Na ocasião, o valor anual de um hectare de manguezal foi estimado em US\$ 9.990,00, enquanto um hectare de área estuarina, a mais alta valoração entre todas as áreas de análise, foi de US\$ 22.832,00 (COSTANZA *et al.*, 1997).

Em junho de 2020, a Procuradoria da República em Joinville fez uma estimativa para avaliar monetariamente os serviços ecossistêmicos prestados pela Babitonga. Após a correção desses valores, atualizados pelo índice inflacionário para a moeda norte-americana, o *Consumer Price Index* (utilizado no próprio estudo), o hectare de área de manguezal e estuário, respectivamente, valeriam a US\$ 17.109,73 e a US\$ 39.104,03. Trazendo essas estimativas para a Babitonga, o valor anual dos serviços prestados pelos manguezais chega a US\$ 136.877.840,00. Já os serviços relacionados à lâmina d'água, considerando os 21.000 hectares (210 km<sup>2</sup>) do complexo estuarino corresponderia a US\$ 821.184.630,00 anuais. O valor total da área em risco, se considerarmos os projetos de empreendimentos previstos para o território, segundo esses critérios, alcança US\$ 958.062.470,00, que correspondem a mais de cinco bilhões de reais ao ano (MPF/PRJ, 2020, p. 14). Valoração que reflete a importância desses ambientes para a manutenção da saúde do oceano, servindo de aporte de nutrientes ao ambiente marinho, dando suporte à biodiversidade e consequentemente segurança alimentar a humanos e não humanos (GERHARDINGER *et al.*, 2020).

Razão essa do território ser ocupado há centenas de anos por comunidades pesqueiras. Essas comunidades são antigas e suas origens se mesclam com os primeiros habitantes. Estudos arqueológicos em sambaquis da região evidenciam a presença de comunidades de caçadores e coletores há mais de cinco mil anos,

---

laboratório a céu aberto. Dada essa peculiaridade, a toninha é considerada a mascote do município de São Francisco do Sul (Lei Municipal nº 857 de 2009) mostrando também o valor sociocultural da espécie neste local.

<sup>112</sup> Os estuários são ecossistema de transição entre a água doce continental e a água salgada dos oceanos e estão entre os mais importantes espaços para desova e reprodução centenas de espécies, tanto aquáticas e semiaquáticas (como peixes, crustáceos, moluscos, etc), quanto as que vivem em suas margens (aves, répteis e mamíferos), se caracterizando como grandes berçários.

assim como o registro da ocupação da baía por grupos indígenas chamados Carijós, da nação Tupi-guarani, nos séculos XV e XVI (BANDEIRA, 2004).

Historicamente, a pesca surgiu nessa região como uma fonte de subsistência secundária, complementando a atividade agrícola das famílias de lavradores que ocupavam essas regiões. Com a falta de espaço e de terrenos que favorecessem o desenvolvimento da agricultura, as famílias passaram a se dedicar essencialmente ao mar, tornando-se assim pescadores (TEIXEIRA, 1988).

De acordo a Lei 11.959/09, são considerados pescadores artesanais aqueles que praticam a atividade pesqueira de forma autônoma, com força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança (economia familiar), utilizando tecnologias de baixo poder predatório (BRASIL, 2009). A partir dos estudos de Clauzet, Zappes (2015) irá acrescentar que esses trabalhadores exploram ambientes próximos à costa e fazem uso de embarcações com pouco aparato tecnológico e artefatos considerados artesanais, capturando toda sorte de espécies aquáticas para a subsistência ou para fins comerciais em pequena escala (ZAPPES *et al.*, 2015).

Em decorrência do descrito, nos municípios do entorno da Baía Babitonga existem 51 localidades pesqueiras pelas quais se distribuem 1600 pescadores artesanais<sup>113</sup>, que sobrevivem da pesca conforme dados do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos (PMAP-BS, 2019). Devido ao forte vínculo com o espaço, esses grupos estão entre os que mais sofrem com o processo de disputa do território.

### **4.3 Os empreendimentos portuários**

Cabe lembrar que a disputa pelo território e a ocupação desordenada, somada à exploração predatória dos recursos naturais é responsável pelos principais problemas ambientais do país. Não raras são as vezes que a conservação é considerada um obstáculo à visão capitalista (neoliberal) de progresso. A busca pelo novo colide com os signos do passado e com a manutenção da natureza, ambos tidos como expressões do atraso, do mau gosto e do empobrecimento (ZANIRATTO, 2009).

---

<sup>113</sup> São Francisco do Sul é o município com maior número de comunidades, 22 delas, que concentra 49% da frota constituída por 493 embarcações. Dessas embarcações, 33% não possui motor e 94% é desprovido de cabine (RODRIGUES, 2000).

Além, dos problemas intrínsecos da ocupação histórica do espaço, atualmente esse ecossistema sofre com um intenso *lobby* portuário, sendo essa uma das maiores ameaças à conservação e proteção dos seres que nele vivem. Entre os limites da Babitonga proliferam projetos de empreendimentos das mais variadas naturezas: escoamento de grãos, gás natural, transporte de contêineres e cargas gerais. Atualmente são dois (02) portos instalados e operando, dois (02) licenciados pelo IBAMA, e três (03) em processo de licenciamento ambiental, com licença de instalação do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), órgão ambiental estadual e um (01) indeferimento de licença, que deve entrar com um novo processo de avaliação.

Na desembocadura nordeste da baía encontram-se o Porto Organizado de São Francisco do Sul e o Porto de Itapoá. O porto de São Francisco do Sul movimenta preponderantemente grãos e fertilizantes. Há também a movimentação de carga geral, especialmente produtos siderúrgicos destinados à unidade da metalúrgica Arcelor Mittal. Segundo dados da Procuradoria da República em Joinville (2020), há previsão de ampliação com a construção do berço 401 e a obra já está licenciada.

O Porto de São Francisco também já movimentou contêineres, mas após a inauguração do Porto de Itapoá, em 2011, essa atividade ficou voltada ao outro lado da Baía. Estima-se que uma carga de cerca de 700 mil TEU (*twenty-foot equivalent units*) passem pelo porto todo ano. O terminal também está em ampliação, com uma projeção de aumento para aproximadamente 2 milhões de TEU de sua capacidade de movimentação ao ano.

O Terminal de Granéis de Santa Catarina (TGSC), na região do Morro Bela Vista conta com Licença Ambiental de Instalação (LAI) emitida pelo IBAMA desde 2014 e já está em fase de finalização dos projetos de obras para a construção do empreendimento.

Na porção mais interna, na região das Laranjeiras, está em licenciamento o Terminal Marítimo Mar Azul, da Companhia de Navegação Norsul. O terminal busca atender a movimentação de produtos siderúrgicos, com berços dedicados às embarcações. Inicialmente, o IBAMA havia impedido a dragagem no local, o que por ora inviabiliza o berço para contêiner, entretanto, após pequenos ajustes o empreendimento foi autorizado em abril de 2021.

Também na região Laranjeiras, terreno próximo ao Mar Azul, está prevista a construção do Terminal Graneleiro da Babitonga (TGB), que conta com licença de instalação emitida pelo órgão ambiental estadual, o IMA. A licença inclui a construção de um canal de navegação de 14 metros de profundidade, no mesmo local em que o IBAMA vetou dragagem do empreendimento anterior. “Embora haja licença de instalação, ainda não foram solucionados vários problemas, como, por exemplo, a necessidade de alteração das adutoras de água que atravessam a baía em local bastante próximo” (MPF/PRJ, 2020, p. 04).

Ainda nos limites do município de São Francisco do Sul, na região da Ribeira, está previsto a implantação do “Complexo Naval Catarinense”, que possui como “projeto-âncora” a implementação do estaleiro CMO (Construções e Montagem *Off-shore*), dedicado à construção e montagem de unidades flutuantes e fixas de produção e exploração de óleo e gás, e à modernização, manutenção e reparação de embarcações, entre outras atividades”. Com licença de instalação emitida pelo IMA, prevê igualmente a dragagem do canal de navegação.

Além dos citados, outro empreendimento que possui licença prévia do IMA é o Terminal Gás Sul (TGS), projetado para uma região mais próxima à barra da baía. Destinado à regaseificação de GNL (Gás Natural Liquefeito), contará com um navio FSRU (*Floating Storage and Regaseification Unit*). A transferência do produto é feita de navio para navio (*ship to ship*). Após a regaseificação, o produto é descarregado por meio de dutos submarinos e subterrâneos conectados ao Gasbol (Gasoduto Brasil-Bolívia).

Na praia do Sumidouro, região leste da baía, próximo ao Forte Marechal Luz, foi projetado a construção do Porto Brasil Sul, um terminal de uso múltiplo, organizado em terminais especializados para recebimento, expedição e armazenamento de grãos, fertilizantes, contêineres, veículos, líquidos combustíveis e inflamáveis, inclusive gás natural liquefeito. Recentemente, o projeto obteve certidão de viabilidade expedida pela prefeitura de São Francisco do Sul, porém em agosto de 2020, o empreendimento recebeu o indeferimento de seu pedido de Licença Ambiental Prévia (LAP), no IMA e declarou em nota oficial que está providenciando o recurso por entender que o empreendimento é essencial para a região.

Há também iniciativas de uso totalmente privado como é o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa que está desenvolvendo um projeto de terminal para

movimentação de grãos, fertilizantes e combustíveis, em uma área próxima ao Porto de Itapoá. Foi recentemente aprovado pelo IMA o termo de referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima). De acordo com relatório da Procuradoria da República em Joinville (2020), a Coamo é hoje responsável pela movimentação de milhões de toneladas ao ano de grãos nos portos de Paranaguá e São Francisco do Sul.

Ainda segundo dados da Procuradoria da República em Joinville (2020), para além desses empreendimentos mais consolidados, há em fase de concepção, ou já com termo de referência para estudos ambientais emitido, diversos outros terminais na região, como é o caso de estações de transbordo de cargas em Joinville (Vigorelli e Paranaguamirim) e dos empreendimentos Brazil Liquid Terminal (BLT), GNL Sul e Terminal de Líquidos de Itapoá (TLI), em Itapoá. Há, ainda, na orla oceânica, o projeto do “Super Porto Balneário Barra do Sul” (MPF/PRJ, 2020, p. 00).

Figura 01: Imagem satelital da Baía Babitonga (SC) via Google com marcadores dos empreendimentos instalados



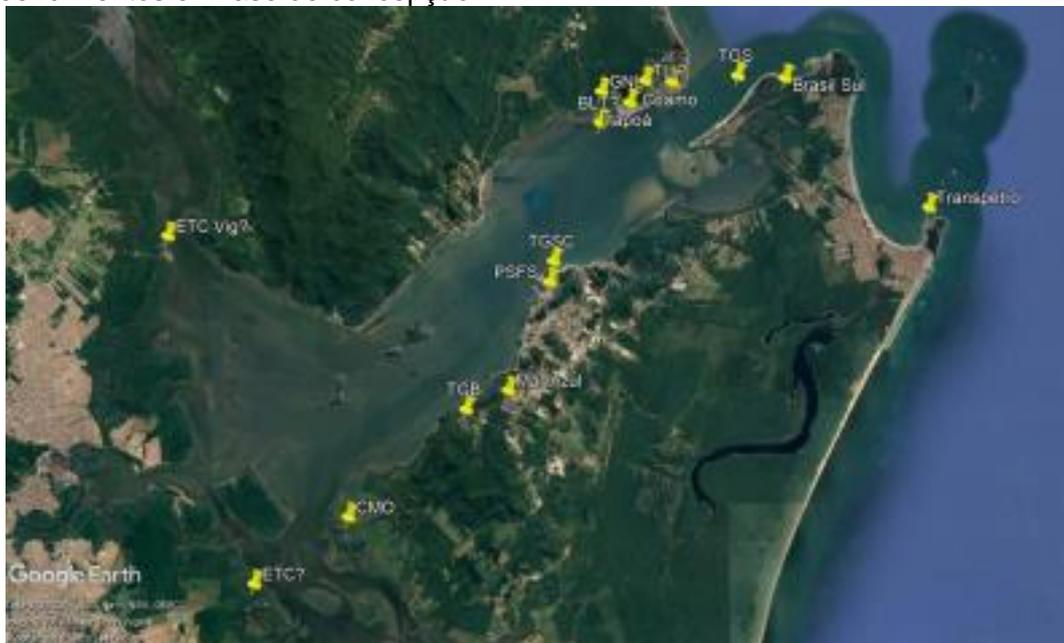
Fonte: Procuradoria da República em Joinville.

Figura 02: Imagem satelital da Baía Babitonga (SC) via Google com marcadores dos empreendimentos previstos e com estágio de licença iniciado.



Fonte: Procuradoria da República em Joinville.

Figura 03: Imagem satelital da Baía Babitonga (SC) via Google com marcadores dos empreendimentos em fase de concepção.



Fonte: Procuradoria da República em Joinville.

Alguns desses processos apresentam uma tramitação mais rápida e eficiente que a solicitação de criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA), em 2016. A primeira solicitação data de 2005 para o reconhecimento do estuário como uma Unidade de Conservação (UC) Marinha de Uso Sustentável – Reserva de Fauna. A

alteração de categoria dez anos depois levou em consideração, a falta de avanço nas negociações e o entendimento de que uma APA possibilitaria uma melhor gestão dos múltiplos atores envolvidos no território. Mesmo após essa mudança, não houve avanços, ainda que haja reconhecimento da necessidade de tal proteção por órgãos de governo.

O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, o PROBIO (2003), caracterizou as áreas de entorno do estuário como de “Prioridade Extremamente Alta”. No mesmo caminho, em 2007, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou a Portaria nº 9 que cria as “Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, nela a Baía Babitonga é considerada uma área prioritária para a conservação do bioma mata atlântica e da zona costeira e marinha, por sua importância biológica é definida como de “Prioridade Extremamente Alta” (MMA, 2007). Uma retificação da Portaria em maio de 2015 pelo DOU nº 100, estabeleceu a Baía Babitonga como uma das 30 áreas estratégicas para ações do governo federal, considerando critérios de importância social, biológica, oportunidade, efetividade de conservação, ameaça e representatividade regional (GERHARDINGER *et al.*, 2016).

Portarias e projetos esses que vão ao encontro do disposto na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 225, § 4o, diz: “a zona costeira é patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais” (BRASIL, 1988). No mesmo artigo, reconhece-se o direito ao “meio ambiente<sup>114</sup> ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, sendo a defesa e preservação do mesmo uma obrigação do poder público, a fim de preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

---

<sup>114</sup> A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), em seu artigo 3º, I, define ambiente como “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; [...]”, uma conceituação que embora não esteja incorreta é incompleta, uma vez que não dá conta de expressar o meio como um bem ambiental. Nesse sentido, optamos por utilizar a definição da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

De acordo com as dimensões dos direitos humanos<sup>115</sup> de Norberto Bobbio (1992), o meio ambiente é da coletividade, pertencendo à humanidade como um todo, por esse motivo, considerado na classificação do autor, um direito de terceira geração.

A preocupação com o meio ambiente não está na Constituição Federal restrita ao campo dos direitos, mas também expressa como um dever de ordem econômica e financeira. Em seu artigo 170, que trata da ordem econômica e financeira que “tem por fim assegurar a todos existências digna, conforme os ditames da justiça social”, no seu inciso VI, atualizado pela emenda nº 42, de 2003, declara como princípio a “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” (BRASIL, 1988).

Mesmo com todos os indicativos justificando a necessidade de uma correta gestão do território, a cada dia a biodiversidade da região está mais ameaçada e junto a ela todos os sujeitos que dependem intimamente do território para sua subsistência e constituição identitária.

A exploração de forma não sustentável fica evidente não apenas no alto número de empreendimentos portuários com previsão de instalação na região, mas também em outros usos da baía. Esse é o caso da extração de areia, concentrada atualmente em um trecho no Canal do Palmital. De acordo com a Procuradoria da República em Joinville (2020) a situação não representa um grande conflito com outras atividades no momento, entretanto inspira cuidados.

A empresa Cubatão Dragagens desenvolve EIA/RIMA para a atividade de Lavra a céu aberto por dragagem em 13 áreas diferentes (13 “processos” da Agência Nacional de Mineração). O processo de licenciamento ambiental tramita no órgão ambiental estadual. Trata-se da primeira etapa de um plano de exploração de 35 áreas de mineração titularizadas pela empresa (MPF/PRJ, 2020, p. 07).

---

<sup>115</sup> Ao discorrer sobre a teoria dos direitos humanos, Norberto Bobbio (1992) irá classificar os direitos em quatro categorias. Os direitos de primeira dimensão relacionam-se aos direitos fundamentais do homem, como a vida e a igualdade. Os direitos de segunda dimensão, relacionam-se ao trabalho, à educação, à saúde, dentre outros, são os direitos oriundos das lutas de classes e das conquistas da classe operária no século XIX. Os direitos de terceira dimensão são os considerados coletivos por excelência, nesse grupo além do meio ambiente, incluem-se à conservação do patrimônio histórico e cultural da humanidade e demais bens coletivos. A quarta dimensão, mais atual, compreende os direitos ligados à proteção do patrimônio genético e a preocupação com a bioética, entre outros (BOBBIO, 1992).

Esse tipo de exploração não considera a manutenção dos recursos naturais ao longo do tempo e estudos sinalizam que esses empreendimentos possuem deficiências, com graus variáveis entre insuficientes ou ineficientes relativos às medidas de mitigação de impacto (como proibição de “overflow”, alternativas ao uso de explosivos, imposição de “cortinas”, etc). E ainda a total ausência de uma análise mais aprofundada dos impactos socioecológicos sinérgicos e cumulativos entre os empreendimentos propostos e as atividades já existentes, ignorando a capacidade de suporte do ecossistema. Na maioria dos documentos analisados pelos representantes do Ministério Público constata-se que para a implantação desses empreendimentos não são efetuados estudos sobre as variáveis ambientais.

Percebe-se, portanto, um vertiginoso crescimento de atividades altamente impactantes, com previsível prejuízo não apenas ao meio ambiente e à qualidade de vida, mas também a outras atividades econômicas que dependem diretamente dos serviços ecossistêmicos da Babitonga. Há também um claro conflito territorial, na medida em que os espaços pretendidos pelos setores portuário e minerário são utilizados pela pesca, pela maricultura, pelo turismo e para o lazer da população da região (MPF/PRJ, 2019. p. 08).

Essa busca pela gestão ecossistêmica tem sido uma preocupação constante de alguns usuários do espaço, tópico mencionado na última versão do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), em 2019, que declara a necessidade de estudos envolvendo os aspectos socioambientais. O PNL<sup>116</sup> projeta a demanda portuária para o ano de 2060 em cada região, considerando os diferentes tipos de carga, e dessa forma indica o déficit de capacidade de movimentação. Se levarmos em consideração a demanda prevista para o *cluster* Paraná - São Francisco do Sul, só os quatro empreendimentos graneleiros previstos já superariam a demanda em grãos prevista para o território<sup>117</sup>.

---

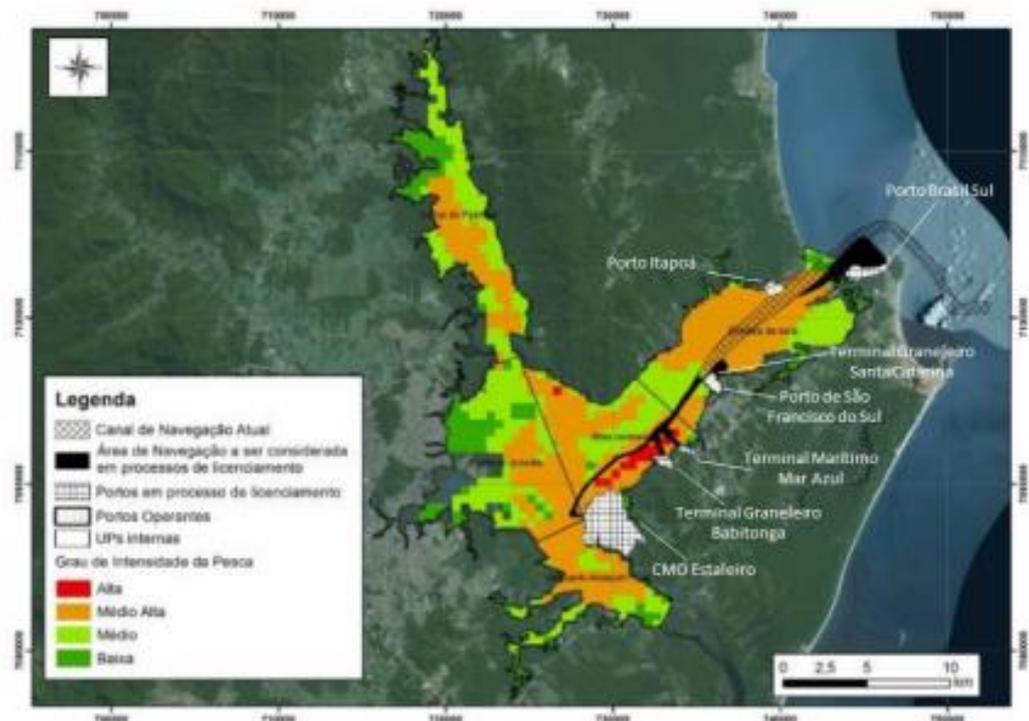
<sup>116</sup> O litoral brasileiro é dividido em “clusters”, trechos em que é pequena a diferença de custo em caso de alternância entre terminais, sendo cada cluster uma “unidade” de planejamento. A Baía Babitonga está inserida no *cluster* Paraná - São Francisco do Sul.

<sup>117</sup> Iniciando pelos granéis sólidos vegetais, destaca-se que o PNL<sup>116</sup> traz para o *cluster* uma previsão de aumento de demanda, para o ano de 2060, de 38,87 milhões ton/ano, considerando a Babitonga e a Baía de Paranaguá. De acordo com as informações do Plano Mestre do Complexo Portuário de São Francisco do Sul, o TGSC terá capacidade de movimentação de 6 milhões ton/ano. O TGB, conforme o EIA, terá capacidade de movimentação de 14 milhões ton/ano. O Porto Brasil Sul, também de acordo com o EIA, poderá movimentar 14,1 milhões ton/ano de granéis sólidos. O terminal da Coamo, conforme apresentação do projeto feita pela empresa, movimentará 9,4 milhões de ton/ano de granéis sólidos. Portanto, apenas esses quatro empreendimentos acrescentariam 43,5 milhões ton/ano, superando com folga a previsão de aumento de demanda para o cluster

#### 4.4 Os discursos

Sob os riscos mais graves da implantação desses empreendimentos portuários, estão sujeitos vivos e dependentes da baía para sua subsistência, caso dos pescadores artesanais. A apropriação do espaço impõe impactos logísticos como o afastamento de cardumes e a perda do território pesqueiro, devido a implementação de canais de navegação e das estruturas desses empreendimentos e áreas de restrição de acesso. A imagem abaixo, produzida pela Procuradoria da República de Joinville, ilustra o conflito. Ao mapa de uso da Babitonga pela pesca artesanal, desenvolvido junto às comunidades pesqueiras pelo Projeto Babitonga Ativa, em 2017, foram sobrepostos os empreendimentos portuários em licenciamento mais avançado e o canal de navegação que se pretende dragar (GERHARDINGER *et al.*, 2018).

Figura 04: Mapa da Baía Babitonga com as principais áreas de utilização da pesca artesanal com sobreposição dos empreendimentos portuários em licenciamento mais avançado e o canal de navegação que se pretende dragar.



Fonte: Procuradoria da República em Joinville.

(de 38,87 milhões ton/ano). Assim, a perspectiva é de um excesso de oferta de serviços portuários na região. Não há carga suficiente para o funcionamento dos terminais projetados. Portanto, não há carga, não há acesso terrestre e não há canal de navegação para todos os terminais projetados. Diante desse quadro, parece bastante claro que os impactos positivos para a economia são superdimensionados (MPF/PRJ, 2020, p.11-14).

Marcados pela vida no lugar, esses habitantes possuem uma forte relação com o território. Uma espécie de simbiose constituída pela interação entre os sujeitos e o meio suporte. O lugar garante a manutenção dos arranjos produtivos, porém mais que isso, é reprodutor de significados e significantes “do” e “no” espaço social, logo as alterações do espaço vivido, acabam por interferir no modo de vida desses sujeitos.

Expressões como: “A baía me segura. A baía me segura!” Ou: “Quando eu preciso comer vou ali “mato” um peixe, quando eu preciso de dinheiro vou ali e pescó”, presentes na fala de Samuel evidenciam essa ligação que se perde no tempo.

Samuel nasceu na Ribeira onde será implantado o “Complexo Naval Catarinense”, também próximo do Terminal Marítimo Mar Azul, da Companhia de Navegação Norsul e o Terminal Graneleiro da Babitonga (TGB). Ele sempre viveu da pesca na Baía Babitonga e nos conta que sua origem é tão antiga, que o avô materno, indígena Carijó da nação Tupi-guarani, além da pesca, vivia da caça e coleta às margens da Babitonga. Essa confiança no território que tudo provém seguiu uma tradição familiar. “Ah, a baía sei lá, eu sempre falo que ela é uma mãe que alimenta nós e aí o braço dela sempre puxa pro bem né! Ali tem tudo, até não é só para mim, mas tudo estresse que tu tem, se ir lá no meio do mar acabou” (informação verbal).<sup>118</sup>

Nessa perspectiva, Duarte (1999) defende que o local da pesca é também o local da vida, uma vez que os arranjos sociais dessas comunidades se dão a partir dos arranjos espaciais, sendo o espaço nexos das interações entre diversos elementos, onde se origina um sistema conjugado de dimensões econômicas, sociais e culturais. A partir disso, desenvolve-se no pescador artesanal a dependência do lugar, já que sua identidade é constituída a partir do *modus vivanti* no local. Alterar o território é alterar a dinâmica de vida do pescador artesanal. Modo de vida esse que não pode ser concebido fora do território.

Presente na narrativa de muitos dos entrevistados essa dependência é percebida também nos movimentos sociais desses sujeitos. Questionamentos e preocupações presentes nas narrativas de muitos dos entrevistados que sinalizam

---

<sup>118</sup> ROCHA, Samuel Magno. Entrevista V. [dez.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Bode.mp3 (127 min).

as transformações econômicas e sociais do espaço. Seu Leocadio, morador da Vila Antenor, às margens do Canal do Linguado<sup>119</sup>, local de um dos maiores crimes ambientais do estado, relata as transformações que testemunhou no seu quintal ao longo dos últimos 60 anos. Segundo o que se recorda, desde que nasceu sua família sempre morou no mesmo lugar, o espaço já foi comunidade de pescadores. Depois do fechamento total do canal e inviabilidade dos locais de permanência na pesca muitas foram as famílias que deixaram a Vila. Na mesma época, presenciou uma corrente migratória com a implantação da estrada de ferro nos anos de 1930 e um esvaziamento quando “os empregos acabaram”. Para Ricoeur (2007, p. 26), “memória é passado” e todos recorremos a ela porque “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40).

Atualmente, em um bairro de cerca de 20 ou 40 famílias, apenas ele e mais duas pessoas vivem da pesca. Ao ser questionado, se como os outros se mudaria em busca de melhores condições, ele ri pelo absurdo do questionamento.

Não, não, hoje vou ficar por aqui memô, (risos) continuá ai no Linguado até quando Deus quiser. Ah não quero ir embora não, não pretendo sair daqui não. Ah, [se saísse daqui] fica duenti direto! Eu não consigo ficar sem isso aqui. Se fosse pra ir embora daí acho que, não tem como. Já nasci pescador! (informação verbal)<sup>120</sup>.

A Baía Babitonga, tudo que eu sou e tenho depende dela, tudo! (informação verbal)<sup>121</sup>.

---

<sup>119</sup> O Canal do Linguado é alvo de discussões públicas envolvendo as esferas municipais e estaduais desde seu fechamento total em 1935. Considerado um dos maiores crimes ambientais do estado, o fechamento do canal alterou a dinâmica das águas da Baía, influenciando drasticamente no ecossistema local. A Baía Babitonga se ligava ao Oceano Atlântico em sua porção sul por meio do Canal do Linguado, um canal alongado dividido em duas porções pela Ilha João Dias. A fim de viabilizar a construção de um ramal ferroviário do continente até a Ilha de São Francisco do Sul, no ano de 1907, foi realizado o aterramento de 120 m da porção norte e na porção sul foi construída uma ponte ferroviária. O aumento do fluxo das correntes entre os vãos da ponte acelerou o processo de erosão do local. Isso levou ao fechamento completo do Canal do Linguado e à estagnação das águas na região em 1935, o que ocasionou uma mudança na morfodinâmica sedimentar, fazendo com que o estuário adquirisse pouco a pouco características de laguna. Essas mudanças impactaram fortemente a pesca local e conseqüentemente a economia das pessoas que vivem dos recursos da baía (DESTEFANI, 2017).

<sup>120</sup> MACHADO, Leocadio Cesario. Entrevista IV. [mar.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Leocadio.mp3 (156 min).

<sup>121</sup> Vide nota 118.

Tal qual uma árvore, esses pescadores não conseguem conceber suas raízes longe da Baía. Não há dissociação do ser e do local. Samuel na Ribeira e Celinho, na outra margem, na Vila da Glória, declaram essa ligação, essa maneira de existir no local. Ambos nasceram e vivem nas águas da baía, ambos experientes pescadores.

É falta de mar, é falta de mar! Nem que não seja pra matar o peixe. Ah não eu quero matar o peixe, pego pra vender, não é. Nem que eu pegue a batera do uma volta e venha embora. Entendeu? Não é por causa de dinheiro, posso tá com um milhão, mas eu quero dar uma volta lá no mar, gosto de navegar, gosto de andar no mar (informação verbal)<sup>122</sup>.

Por quê? Porque eu me criei aqui e a gente tem, hum, sei lá, não tem nada que faça eu sair daqui hoje, nada. Porque é a minha vida! Cara... não, né. Eu digo pra minha mulher que eu sou, que nem a gaivota, se eu não ver o mar, 15 dias eu morro. Eu sou apaixonado pelo que faço, eu agradeço todos os dias assim de ter, eu agradeço a Deus, de ter me dado o dom que eu tenho pra pesca, sabe?! (informação verbal)<sup>123</sup>.

Esses recortes exemplificam Touraine (2002) ao declarar que o homem é o que ele faz (experiências de produção), existindo dessa maneira uma forte e estreita correspondência entre sua produção e a própria organização da sociedade (afirmação dos sujeitos sociais). Porém, mesmo diante da falta de expectativas de futuro, muitos desses trabalhadores não alcançam outras formas de existir longe da Baía.

Assim, pela falta de perspectiva da pesca, também, né. Eu, se eu tenho um filho hoje, um filho homem. Hoje? Eu não ia cria ele pra pesca, não. Eu, eu já tô final de carrera, né, meu amor? Eu já tô em final de carrera né, vou sair daqui pra onde? Qual empresa que vai pegar um negrinho pescador com quarto ano do primário, pra trabalhar aonde? Pra trabalha, né!? Pra trabalha de limpeza na cidade, de gari eu não ganho o que eu ganho aqui na pesca. Com a minha experiência eu me viro aqui na pesca tranquilo, sabe. Mas para começar de novo? Se fosse eu pra começar hoje de novo aqui na pesca, eu não começava mais porque ele não tem perspectiva da pescaria. Difícil. E a tendência é piorar. Eu acho, se não tomar providência a tendência é piorar, né (informação verbal)<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> Vide nota 116.

<sup>123</sup> SANTOS, Célio dos. Entrevista II. [mar.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Celinho.mp3 (156 min).

<sup>124</sup> Vide nota 121.

Na experiência de Soto e Silva (2017), ao colher narrativas de pescadores artesanais de São José do Norte (RS)<sup>125</sup> ocasionadas pelo processo de retomada da indústria naval em Rio Grande (RS) e as transformações da vida cotidiana dos pescadores, relata que:

A ocupação do espaço da vida cotidiana provoca o desenraizamento do homem. Um espaço pleno de sentidos desaparece. O espaço, o tempo, o simbólico e as práticas destas comunidades são destruídos. O espaço representa o entorno do indivíduo ou de um grupo social, disse Lefebvre, e contém não só elementos de caráter objetivo, mas também subjetivo. O espaço se constitui um espaço de referência para o indivíduo ou grupo social, portanto, possui certa duração. O deslocamento deste espaço delimitado, onde os atores sociais têm suas referências e significados de vida, produz a figura do desenraizado. O cotidiano está repleto de símbolos que são compartilhados por uma comunidade, que os reconhece (SOTO; SILVA, 2017, p. 131-132).

Para tornar esse processo de desenraizamento mais palatável é comum à associação de discursos progressistas por parte desses empreendedores. Dois argumentos ecoam, quase uníssonos, nas falas e posicionamentos desses: primeiro o desenvolvimento e progresso pra região e, com isso, a geração de emprego e renda para os locais. Esses discursos ufanistas são carregados de conceitos maquímicos como modernização, eficiência, tecnologia, competitividade etc.

O Terminal Graneleiro da Babitonga (TGB), por exemplo, possui uma forte atuação em comunicação na região e em seu suntuoso site institucional<sup>126</sup>, por meio de vídeos e imagens que inspiram ideias de grandiosidade e modernidade declara:

A instalação e operação de um dos mais modernos e eficientes terminais de granéis sólidos do Brasil. Com tecnologia avançada, o projeto foi criado para atender as demandas de exportação, principalmente de açúcar e grãos. [...] O empreendimento possui um moderno sistema que utiliza diversos meios de transporte com o objetivo de diminuir custos e tempo. Uma infraestrutura logística moderna e adaptada com a utilização de sistemas integrados de diferentes meios, como ferroviário, rodoviário, e com ênfase no

<sup>125</sup> O estudo “A expansão dos empreendimentos portuários e seus efeitos sociais na vida cotidiana dos pescadores da Vila Nova – São José do Norte (RS)” reflete sobre o caso do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e seu entorno, devido à relevância do empreendimento na retomada da atividade naval nacional, que exige áreas da extensão de faixas de terra à beira do estuário da Lagoa dos Patos. Espaço que abriga comunidades dedicadas à atividade pesqueira artesanal. As famílias de pescadores sofreram deslocamento compulsório mediante o pagamento de indenizações pela empresa Estaleiros do Brasil Ltda. (EBR), empreendedora do Estaleiro São José do Norte.

<sup>126</sup> TGB, Terminal Graneleiro da Babitonga. Terminal Graneleiro da Babitonga: Site Institucional. 2021. Disponível em: <http://www.tgbsa.com.br/>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

aquaviário. Tudo isso, possibilitará o franco desenvolvimento de toda a região de São Francisco do Sul (TGB; 2021).

O Terminal contribuirá com a competitividade do produto brasileiro no mercado de granéis sólidos a nível internacional, proporcionando grande desenvolvimento em toda a região, aumentando a qualificação dos moradores gerando novos postos de trabalho. Será um dos mais modernos terminais de granéis do mundo (TGB; 2021).

O tom do discurso segue na guia “Benefícios para a região” com frases como: “Desenvolvimento da economia local com atividades diretas e indiretas ao terminal”, “Incremento das exportações para a balança comercial”, “Modernização e ampliação da infraestrutura portuária”, “Expansão dos investimentos privados no setor”, “Melhoria da competitividade do produto brasileiro”. Na mesma página há a promessa de geração de 300 empregos diretos e 1.000 empregos indiretos.

Linha semelhante adota o CMO - Construção e Montagem *Offshore* S.A., proponente do estaleiro na região da Ribeira, que se declara como uma “empresa voltada para o desenvolvimento de soluções eficientes e modernas que atendam as necessidades dos setores *offshore* e naval em âmbito nacional e internacional”. Ao diferenciar-se dos portos, é ainda mais arrojado na promessa de “absorver a mão de obra disponível na região, totalizando aproximadamente 2.000 profissionais, com foco principal para o Município de São Francisco do Sul e seu entorno. Já na fase operacional, com previsão de 2.500 empregados”<sup>127</sup> (CMO, 2021).

Depois de concluídas as obras de adequação do canal de acesso, o Porto Brasil Sul, da WorldPort Desenvolvimento Portuário S/A, terá capacidade para receber navios da classe *post panamax*, as maiores embarcações de carga do mundo, com até 15 mil TEUs e 220 mil toneladas. Segundo a organização isso permitira a geração de cerca de 3 mil empregos, que acarretará uma “dinamização da economia e do comércio exterior, estimulando o mercado de trabalho e favorecendo o aumento da renda da população local”, além de aumentar a “arrecadação tributária municipal através do recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)”<sup>128</sup> (PORTO BRASIL SUL, 2021).

---

<sup>127</sup> CMO, Construção e Montagem Offshore. Construção e Montagem Offshore: Site Institucional. 2021. Disponível em: <https://www.cmooffshore.com.br/> Acesso em: 15 de abril de 2021.

<sup>128</sup> PORTO BRASIL SUL, Site Institucional. 2021. Disponível em: <http://portobrasilsul.com.br/sobre/>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

Diante dessas declarações cabe refletir sobre o significado dessas “ofertas de emprego” seguindo de questionamentos referentes a mecanização e a especialização de mão de obra que é necessária para a operação do empreendimento portuário, geralmente esses milhares de empregos são restritos apenas às fases de implantação, ou seja, temporário, uma forma de mão de obra barata e descartável.

#### 4.5 O desenraizamento

Elementos simbólicos são mobilizados para atingir diretamente os medos e fragilidade desses grupos com regimes de trabalho mais informais como é o caso dos pescadores artesanais. Em um processo de trabalho extenuante e informal, sem proteção e garantias trabalhistas<sup>129</sup>, como é o caso da pescadora Cristine, a Cris de Araquari, que durante o desenvolvimento da atividade já viveu dois episódios de câncer e diversos problemas motores ocasionados pelo desgaste das atividades no mar.

Ai eu tive câncer de pele, que me fez muito mal, me maltratou muito... na época fiquei muito doente por ser esse melanoma maligno né, fiz o tratamento tudo... Eu sei que o meu problema do meu câncer foi o excesso de sol na minha adolescência, infância, adolescência e maior idade. O melanoma que tava aqui em cima, foi lá na gravidez incomoda. Que provocou um “Angemeoma” (informação verbal)<sup>130</sup>.

Quer vê ó, eu acho que vai fazer 26, 25 ano que eu tô na luta na pesca. E tô, agora tô com esse problema do braço, que isso é uma coisa crônica, eu machuquei, pescando, só que na época eu não sabia das lei, nada né, faz muito tempo que eu machuquei, fazendo já uns 12 ano, e eu não sabia que tinha o CATE já essas coisa. Dai hoje eu tô aí, com meu problema do braço, e pra mim me aposenta, muito difícil. Eu tô na idade (informação verbal)<sup>131</sup>.

<sup>129</sup> A partir de 2008 a categoria de pesca artesanal foi reorganizada por meio da Lei Ordinária nº 11.699, que dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores. “Apesar da Lei, a realidade expõe um quadro relevante de precarização do acesso ao sistema previdenciário e de seguro social, o que contribui para o aumento da informalidade e exclusão social da categoria” (FREITAS; RODRIGUES 2014, p. 4005).

<sup>130</sup> LANÇONI, Maria Cristine. Entrevista I. [fev.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Araquari, 2020. Cris.mp3 (128 min).

<sup>131</sup> Vide nota 128.

Os problemas de saúde comuns à existência, somado aos agravamentos decorrentes da vida no mar, demarcam os riscos cada vez mais iminentes para a atividade da pesca artesanal. Com a ameaça de ocupação desordenada do território, esvaziamento dos estoques pesqueiros, e falta de garantias de futuro, essas preocupações se asseveram. Tensão sinalizada direta ou indiretamente na fala de todos os entrevistados, nos diferentes pontos da Baía. Até nos mais jovens, com bons equipamentos de pesca, caso do Jeferson, pescador da Vigorelli, em Joinville.

Começaram a fazer o porto de Itapoá esses tempos, meu, já faz 11 anos. Tá lá ó, e vão aumenta. Uma coisa que a gente nota. O último ano que eu peguei bem tainha aqui dentro foi em 2010. Foi o último ano, aquele ano começaram a fazer o porto de Itapoá. Certinho! Por quê? Peixe de superfície. A tainha é um peixe que entra por cima, boiado. Peixe de superfície, que é, é a tainha, a gaivira. Então 2010 pra cá, você pega mais, passa a rede pega 8, pega 12, pega 15, não igual nos pegava 80, 100, 200. Entendeu? Peixe de superfície não tá vindo mais, é muita claridade. Muito barulho. É 24 horas se movimentando. Ai tem o Porto de São Chico aqui, tem o Itapoá ali. O peixe entrava aqui antes, no canal externo. Agora o peixe vai entra por onde? Então tudo tá influenciando assim, principalmente agora, se deixa ali, é, ataca termina o portuário, vai acaba, peixe vai acaba (informação verbal)<sup>132</sup>.

Tanto Jeferson, jovem pescador, como Celinho, pescador mais antigo, observam as mudanças na baía após a implantação dos dois portos, um em cada lado do único ponto de acesso da Babitonga, após o fechamento do Canal do Linguado<sup>133</sup>.

Então esse tipo de peixe Sororoca, a Prejereba. Sororoca ela ainda, ainda tem aqui, mas aqui não entra mais na baía, do porto para cá não passa, e a Prejereba a gente vê. Poluição, são peixes de águas limpa. Não chega, não vem para cá, até o porto aí ainda vem! Muito

---

<sup>132</sup> HASS, Jeferson. Entrevista III. [mar.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Jeferson.mp3 (42 min).

<sup>133</sup> A Baía Babitonga se ligava ao Oceano Atlântico em sua porção sul por meio do Canal do Linguado, um canal alongado dividido em duas porções pela Ilha João Dias. A fim de viabilizar a construção de um ramal ferroviário do continente até a Ilha de São Francisco do Sul, no ano de 1907, foi realizado o aterramento de 120 m da porção norte e na porção sul foi construída uma ponte ferroviária. O aumento do fluxo das correntes entre os vãos da ponte acelerou o processo de erosão do local. Isso levou ao fechamento completo do Canal do Linguado e à estagnação das águas na região em 1935, o que ocasionou uma mudança na morfodinâmica sedimentar, fazendo com que o estuário adquirisse pouco a pouco características de laguna. Essas mudanças impactaram fortemente a pesca local e conseqüentemente a economia das pessoas que vivem dos recursos da baía (DESTEFANI, 2017).

pouco, muito pouco, mas tu ainda mata alguma por ali. E o Parambiju então , ele não vem mais de jeito nenhum, não entra mais... Não pega mais. Tem, tem, tem guri aí com 20 ano, hoje aí, 18, 20 ano que não conhece Parambiju, não conhece o Prejereba, porque a Prejereba às vezes entra aí no inverno, a gente mata uma ou outra, ma muito pouco sabe?! são peixe de água limpa, não entram em água poluída, onde tem poluição. Então isso tudo é uma pena porque são peixes, são peixes de venda boa né! Tem bom preço para vender, bem aceito no comércio, e a gente não têm mais. E a tendência é piorar, tá! (informação verbal)<sup>134</sup>.

Diante de tantas incertezas, muitos são os que se veem atraídos pela possibilidade de estabilidade como a garantia de renda (salário) todo mês, a carteira assinada, férias, 13º salário. Assim, para muitos esses empreendimentos representam mais do que a oportunidade de empregos formais, mas a garantia de acesso a bens de consumo muitas vezes impossibilitados pela inconstância da vida no mar.

Por essa razão, há anos, conflitos entre os pescadores são retratados pelas diferenças de apoio ou afastamento às propostas de empreendimentos. Como o caso do manifesto assinado por 48 pescadores artesanais e protocolado no Ministério Público em junho de 2016 sob o número 1632/2016, intitulada Carta de Itapoá. No documento, os assinantes denunciam o suposto apoio de algumas colônias de pescadores a implantação portuária na região.

Em determinado trecho declaram:

A Colônia Z2 (São Francisco do Sul) não vem representando os interesses dos pescadores em relação ao licenciamento dos empreendimentos CMO e TGB (CONGRESSO DE PESCADORES ARTESANAL, 2016).

Estamos testemunhando o consentimento e descaso das autoridades com os possíveis desastres que podem vir a ocorrer. O Maior silo do mundo, o carro do bingo da igreja, o barco da Capitania dos Portos, a pintura da parede da escola, o kit de redes distribuídas e outros brindes e migalhas não irão matar a nossa fome enquanto a lama suja dos empreendimentos e da política que defende os interesses de poucos for consentida pela população e até mesmo por alguns pescadores que, infelizmente, ainda estão iludidos (CONGRESSO DE PESCADORES ARTESANAL, 2016).

O documento é resultado de diversas discussões entre os grupos de pescadores artesanais, sobretudo, após a publicação de um vídeo na página do Terminal Graneleiro Babitonga – TGB, na rede social Facebook, em 14 de outubro de 2015, com a descrição:

---

<sup>134</sup> Vide nota 121.

Mais um grande passo de uma parceria verdadeira. O TGB firmou dois convênios importantes com a comunidade pesqueira artesanal de SFS. Através da Colônia de Pesca Z2 já foram atendidos mais de 320 pescadores e dependentes em um moderno Consultório odontológico, que atende todos os dias com 2 profissionais de segunda a sexta-feira. Junto a Associação de Pescadores do Rocio Grande e Laranjeiras foram entregues Kits de pesca. Um trabalho que exigiu uma forte atuação da Associação responsável pelo cadastro e entrega dos Kits. Obrigado as diretorias da Colônia de Pesca e da Associação de Pescadores do Rocio Grande e Laranjeiras, o primeiro passo de um compromisso sério foi dado (TGB, 2015).

O vídeo, produzido mesclando imagens da Baía Babitonga e de crianças, com trechos de uma reunião com pescadores destaca falas de alguns representantes de Associação dos Pescadores locais. A partir do minuto 01 é possível acompanhar a fala de um morador: “Nós não estamos caminhando sozinhos, a Associação de Moradores da Laranjeiras está junto com o TGB”, pouco depois, aos 1min40 outro morador declara: “A Associação de Pescadores do Rocio Grande veio pra ser parceiro dessa enorme, gigantesco empreendimento do Porto do TGB em São Francisco”.

Essas reconfigurações socioeconômicas projetadas afinam-se com o processo de desterritorialização.

Assim, eu acho que os portos que querem fazer, eles vão fazer. Porque eles vão fazer não adianta brigar porque eles têm dinheiro né? Quer fazer que façam pra lá de Itapoá pra lá que já têm, né! Pra cá, pra dentro da baía, não. Aqui como querem fazer um porto querem dragar as pedra toda. Isso não existe, não existe! Isso aí é loucura, você vai arrebentar. É e vai destruir muita coisa. E por que que tem que que tem isso aqui hoje ainda? Que tá essa fatura de peixe? Por quê? Por causa das pedras das ilhas, entendeu? Se não fosse isso aí que se fosse limpo não tivesse nada e já tinha acabado tudo entendeu ainda querem desmancha as lajes, desmancha as pedra aí, Deus o livre, não dá nem pra pensar nisso (informação verbal)<sup>135</sup>

Se muitos são os trabalhadores que se veem enfeitizados pelas promessas de melhora de vida, também são inúmeros, aqueles que experientes do viver entendem que esse desenvolvimento definido por esses empreendimentos nada tem a ver com a pesca.

Ao contrário, a cosmovisão dos pescadores artesanais está baseada na ideia de que o desenvolvimento enfraquece e por vezes impede a continuidade de sua atividade como pescadores. Sua relação com o

---

<sup>135</sup> Vide nota 121.

ambiente não se resume à exploração dos “recursos naturais”, como a captura do pescado; amplia-se para uma visão de território onde importam sua história, a presença da natureza (a restinga, o mangue), a relação com as comunidades locais e a identidade como pescador (MEIRA; ALMEIDA; 2016; p. 74).

Em decorrência desses embates, os pescadores artesanais que assumem a defesa da atividade são acusados, muitas vezes por seus pares, de arcaicos e rudimentares, ou ainda aconselhados a deixar a pesca, uma vez que a mesma está acabando. Essa disputa é marcada pela resistência, como indicado por Soto e Silva:

A vida cotidiana, que é o espaço da repetição, também é o espaço da resistência, do confronto com o poder, com o espaço concebido pelo Estado e o espaço abstrato do capital e da mercadoria. Na vida cotidiana, as populações rejeitam as demandas do poder, que se apropria das terras, do trabalho, das rendas e dos espaços de vida. [...] Assim, essa modalidade de resistência do dia a dia do homem comum revela a persistência e inventividade de um grupo que está em contradição com o poder hegemônico do capital, mas sofre repressão diária que lhe instiga a resistir anonimamente dia após dia. (SOTO; SILVA, 2017, p. 133/134).

Resistência que se arrima na defesa da atividade pesqueira, que poderá se perder, dada as muitas ameaças que vem sofrendo.

As empresas vem é claro que ela vem, ela quer vir, o progresso quer chegar, mas se o pescador bater o pé, por a cara a tapa e brigar. Dizendo não, aqui é território pesqueiro. Ilha do Mel é território pesqueiro, o canal aqui, território pesqueiro, daqui para cá vocês podem fazer porto, daqui para cá ninguém mexe. É o quê? Por quê? É um berçário gente. Já vai destruir fazer porto para cá, porque a água vai vir suja (informação verbal)<sup>136</sup>.

Se nós fica parado, eles vão toma a baía, e acabo pescadores, acabo Vigoreli, acabo tudo. E o pessoal não entende (informação verbal)<sup>137</sup>.

Tá bom se tu tira 20 por dia, já tá bom. Quer dizer que tu vai sempre mata, e vai pro teu filho, pro teu neto, pro bisneto. Ai tu vai mata só pra tu, tu vai ganha dinheiro mas teu filho... vai fica pobre, não vai ter baía não vai ter nada. E tu vai morrer, não vai levar dinheiro, não vai levar nada. Então tem que deixar aquilo ali pras criança futura né. Se não for meu filho, o filho do vizinha né, se quiser aprender a pescar. Alguém vai aprender a pescar, porque precisa se alimentar né, ainda mais agora que tá caro a mercadoria, tá ficando cada vez mais caro (informação verbal)<sup>138</sup>.

---

<sup>136</sup> Vide nota 128.

<sup>137</sup> Vide nota 130.

<sup>138</sup> Vide nota 116.

As vozes defensoras da tradição permanecem porque há nesses grupos um forte vínculo com o território, diferente do perseguido pelos investidores de empreendimentos bilionários como é a maioria das iniciativas portuárias. Os donos desses tipos de empreendimentos não possuem relação com o local, no sentido de que qualquer lugar que ofereça as mesmas condições logísticas e econômicas pode ser alvo desses investimentos, não importando as características naturais e culturais do local ou quais comunidades vivem ali e suas relações com o espaço.

Já para essas comunidades pesqueiras, o passado e seus símbolos são venerados porque a nestes a capacidade de conter e perpetuar a experiência de gerações. O grupo passa a moldar o espaço a sua imagem e é moldado pelo mesmo, pois configura o que Halbwachs (2013, p.130) denomina “materialidade do lugar”. Onde “cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, por que todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida em sua sociedade”. Assim, esse é um valor que não pode ser negociado.

Essa identidade é muito mais significativa do que a aposentadoria propriamente dita, que obviamente é importante do ponto de vista financeiro, e é muito mais ainda, sobretudo, enquanto elemento importante do ponto de vista da cidadania e da construção de uma identidade social existente previamente (BARBOSA, 2004. p. 125).

Cabe lembrar que a essa noção de progresso e desenvolvimento são comumente colocados em antagonismo com as ideias de conservação do meio ambiente e preservação de saberes tradicionais. Pois, no capitalismo a natureza é percebida como um recurso a serviço do homem, tendo o meio ambiente uma função utilitarista. Historicamente, a ideia de uma natureza rústica tem criado distanciamentos na relação entre homem e o meio ambiente. Ao longo do tempo, sobretudo a partir do século XVII, com o avanço do pensamento filosófico moderno, uma dicotomia cada vez mais acentuada separou o homem e a natureza<sup>139</sup>.

---

<sup>139</sup> O homem, enquanto ser racional se diferencia da animalidade. Segundo Porto Gonçalves (2002) a ideia de natureza objetiva e exterior ao homem surge na Revolução Industrial e pressupõe o homem enquanto elemento não natural e fora da natureza. Com a consolidação da filosofia cartesiana privilegiando a razão e o pensamento lógico, a consciência humana adquire status de superioridade, delegando aos seres não humanos a posição de bárbaro, um corpo sem alma, um simples mecanismo, já que não possui a faculdade de pensar. Homem e animal se tornariam cada vez mais estranhos entre si. De acordo com Nunes (2011), o animal se tornaria o outro da nossa cultura, simbolizando o irascível dos sentimentos e a bruteza dos instintos.

Nesse entendimento, a busca pelo novo colide com os signos do passado e com a manutenção da natureza, ambos tidos como expressões do atraso, do mau gosto e do empobrecimento. Zanirato (2009, p. 146) comenta que atualmente, tal tipo de pensamento encontra terreno fértil em muitos segmentos sociais. “Não raras vezes [as questões de proteção do patrimônio] esbarram num contexto adverso, envolto em interesses imobiliários e em ideais de progresso, que se expressam em discursos nos quais o “novo” e o “moderno” aparecem como sinônimos de beleza e superioridade”. Esse novo só pode ser alcançado por meio do desenvolvimento, sendo esse resultado do processo de indústria-urbanização. Logo espaços que não atendam a essa lógica são definidos como não desenvolvidos.

Junto a essa proposta progressista de desenvolvimento, caminha o argumento do espaço vazio. Uma grande falácia, como o denunciado por Meira e Almeida (2016) em um estudo com três comunidades de pescadores artesanais do Espírito Santo, onde estão previstos a construção de três grandes empreendimentos. Segundo as autoras, desde o processo colonizatório, é comum que áreas que não sofreram o agressivo processo de urbanização e posterior industrialização, sejam vistos como um “lugar não desenvolvido” com “ausência de civilização”, o que corrobora o “discurso do atraso”, “do vazio”. Esse discurso favorece a invisibilização dos habitantes locais e futuro apagamento, permitindo uma fácil apropriação do território.

Assim, o litoral sul do Espírito Santo, que historicamente foi construído pelo discurso hegemônico como “vazio” e “atrasado”, permaneceu pouco ocupado e “não desenvolvido”, com rara exceção feita ao município de Anchieta, que, na década de 1970, no bojo dos grandes investimentos para o desenvolvimento (no que se poderia chamar de primeira fase da industrialização capixaba), recebeu investimentos da Samarco Mineração S.A., com a instalação de uma usina de pelotização de minério de ferro e de um terminal portuário. Essa atividade veio a agregar outras empresas, compondo um setor industrial com aproximadamente 50 empresas responsáveis por cerca de 79% da composição do PIB do município (MEIRA; ALMEIDA, 2016, p.62, grifo nosso).

A Empresa Samarco é a responsável por um dos maiores crimes ambientais da atualidade, com a completa destruição do Rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015.

Distante do caso retratado em Mariana (MG) no que tange as degradações ambientais, nos locais da Baía Babitonga observa-se semelhante descaso e indiferença por parte dos órgãos gestores. De acordo com as narrativas desses

pescadores há uma defasagem na legislação, que não leva em consideração a realidade local, associada à falta de fiscalização.

E a gente tá travando essa luta aí na pesca, só que aí é bem difícil (informação verbal)<sup>140</sup>.

Única coisa que hoje o pescador é desfavorecido, tudo é mais difícil pro pescador, infelizmente é tudo problema. A impressão que da é que não querem deixa a gente pesca, assim, a impressão que a gente tem de fora, sabe. Tem gente que tenta ajuda tudo, mas a própria colônia de pescadores não favorece ninguém assim (informação verbal)<sup>141</sup>.

O defeso nosso aí é um desastre porquê...Um desastre por que:? Eu digo! A pesca fecha em outubro, novembro e você vai começar de receber o defeso de janeiro em diante aí, vai começar a sair o defeso pro pescador. Sr. Celinho: Como é que o cara vai parar de pescar se, se ele não tem nem o dinheiro pra comprar a farinha pra “fazê” o pirão pro filho “comê”? Ele é obrigado a ir pescar (informação verbal)<sup>142</sup>.

A história da miraguaia foi lá na Baía do Guanabara fez um estudo lá e disse que lá não tem mais miraguaia. O que que tem lá? Lá tem merda boiando e só isso e lixo, só isso, desculpa, mas é real, não consigo me expressar e ser claro com outras palavras, também nem tenho estudo pra isso. Tá então aí o que acontece, ele foi lá e pediu uma portaria em vez de pedir uma portaria local ele pediu uma portaria federal (informação verbal)<sup>143</sup>.

Só que a baía aos pouquinho eles tão destruindo né. Aos pouquinho né, tem lugar que tão cortando mangue. Tão aterrando, eu digo, falta de fiscalização né (informação verbal)<sup>144</sup>.

Trata-se de uma relação de poder meramente exploratória, a apropriação e uso do espaço geográfico, gerando conflitos entre as expressões territoriais e as territorialidades dos diferentes atores, uma vez que o que está em jogo vai além recursos materiais, se trata de uma disputa simbólica dos territórios.

O que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio tanto das condições de reprodução da vida dos homens,

---

<sup>140</sup> Vide nota 128.

<sup>141</sup> Vide nota 130.

<sup>142</sup> Vide nota 121.

<sup>143</sup> BERTOTI, Marcio Francisco (Bode). Entrevista VI. [dez.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Bode.mp3 (58 min).

<sup>144</sup> Vide nota 116.

tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (HAESBART, 2004, p. 69).

Desse modo, o processo de desterritorialização inicia-se na tentativa de isolar o território das suas “raízes” sociais e culturais (FREITAS; RODRIGUES; 2014, p. 4002).

Há, segundo Haesbaert (2004), três perspectivas nesse processo de desterritorialização: a econômica, a política e a simbólica. A desterritorialização econômica rompe as relações de produção da população local com seus antigos territórios, a partir da inserção de novas atividades de outros setores da economia. A pesca artesanal é uma atividade altamente dependente da localização, ela tem ligação com recursos não existentes em todos os espaços ou que não podem ser facilmente ou rapidamente criados. Os tipos de pescado encontram-se em territórios específicos, atendendo a dinâmicas próprias da natureza, dinâmicas essas apreendidas pelo pescador por meio da observação.

A desterritorialização política envolve as possibilidades de participação ativa desses sujeitos nos processos de decisão. “A relação assimétrica que se impõe entre pescadores, Estado e empreiteiras conflagra um tipo de conflito socioambiental presente em praticamente toda a costa litorânea brasileira” (FREITAS; RODRIGUES, 2014, p. 4008).

Ao se interferir na dinâmica de vida do pescador, há uma apropriação simbólica do território produtivo, com a proibição da atividade no entorno do empreendimento interferindo diretamente em seus espaços de pesca, e a invasão física e subjetiva do espaço navegável por grandes embarcações, descaracterizando o local, inserindo novos fluxos, o que contribui para alterar a rotina da pesca artesanal. “Isso somado a comum falta de sinalização marítima, acarretando à perda de artefatos e equipamentos de pesca, o afugentamento do pescado. Além da ausência de diálogo entre os representantes do empreendimento e a classe pesqueira” (ZAPPES *et al.*, 2015, p. 74).

Ao correlacionar valores e simbologias ao mar, o pescador estabelece referenciais na busca de delimitar diversos espaços marinhos de acordo com o tipo de peixe e a sua produtividade, configurando, assim, o lugar da pesca, resultante de contínuas ações e de inúmeras tentativas no decorrer dos tempos. (FÖEGER, 2018, p. 378).

Esse lugar físico é o espaço imaginado da liberdade. A área livre de atuação, de escolha dos melhores pescados, reforça a identidade do homem do mar

com aquele que é livre e destemido, que não pode ser controlado por nada além do mar. O zoneamento do seu espaço, imposto de forma imperativa pelos órgãos governamentais rompe com essa característica. Um “paradoxo frente aos fluxos do mar e ao conhecimento simbólico-produtivo” dos pescadores (FÖEGER, 2018, p. 378).

A identidade de pescador, ou de trabalhar na pesca, alimenta-se muito mais acentuadamente de representações sobre a especificidade dessa atividade em contrapartida aos trabalhadores da terra. Já que o segredo do mar, suas traições e perigos, a profundidade de seu desconhecimento e dificuldade de apropriação de seus recursos, o ir ao mar, não é simplesmente dirigir-se a um local de trabalho, já que se opõe à segurança e à identidade doméstica. É também se embrenhar no limiar, enfrentar o desconhecido, revestir-se da condição ambígua dos que se afastam do socialmente previsível, do socialmente cotidiano (DUARTE, 1999, p. 32).

A identidade ligada ao fazer parte de uma natureza simbólico-cultural, que segundo Haesbaert (2004), diz respeito à espacialização no espaço vivido, à imaterialidade emanada das relações sociais com o meio. Viver da pesca é o índice geral com que se qualifica sua população. Haesbaert (2004, p. 69) ao se referir ao vínculo territorial de comunidades indígenas menciona que os referentes espaciais, fazem parte da vida desses indivíduos como elementos indissociáveis, na criação e recriação de mitos e símbolos, podendo ser responsável pela própria definição do grupo enquanto tal.

Desterritorialização se afirma como importante estratégia, a fim de conter, restringir, destituir e excluir categorias, grupos e indivíduos de sua relação material e subjetiva com este mesmo território existência está atrelada a nossa história e que sua manutenção vincula-se à identidade, à memória (FREITAS, RODRIGUES, 2014, p. 4002).

A pesca artesanal está mais vulnerável frente aos diferentes tipos de impactos e mudanças ambientais, alterando as práticas e costumes laborais enraizados. “Há também a perda dos elementos simbólicos que ajudaram a modelar identidades, uma vez que inibem a transmissão de valores socioculturais e provocam movimentos que processualmente avigoram o “arrefecimento da memória coletiva” (FREITAS; RODRIGUES, 2014, p. 4002).

Portanto, o efeito da desterritorialização é experimentada na Baía Babitonga com a presença dos dois portos instalados. A reterritorialização desses grupos não se aplica de forma tão rápida, direta e efetiva, como nos casos da delimitação das zonas de exclusão. Tessaro (2017, p. 17) em um estudo sobre o fandango nas

comunidades pesqueiras de Itapoá documentou como o avanço da especulação imobiliária em razão da instalação do Porto de Itapoá, bem como a transformação de áreas da região em unidades de proteção ambiental, empurraram as comunidades caiçaras para a periferia da localidade de Pontal do Norte e Figueira do Pontal, sendo que alguns membros mudaram, inclusive, de bairro e de cidade.

Com a vinda do Porto, os pescadores artesanais do Pontal do Norte e Figueira do Pontal foram proibidos de pescar próximos às plataformas, e foram buscar em outras áreas, como da construção civil a sua forma de sustento, sendo alterada substancialmente sua forma de viver e de se divertir (TESSARO, 2017, p. 16).

Ainda ao pensarmos sobre esses pescadores e sobre suas comunidades, cabe lembrar os atravessamentos desse processo de construção social em permanente mudança e influência de fatores externos. Esses trabalhadores sofrem maior pressão do processo civilizatório moderno, excludente que prioriza a produção de lucro, sentido as escassas possibilidades de emancipação ao longo de sua história e presenciando as transformações da vida cotidiana, sofrendo fortemente os impactos de uma sociedade injusta e desigual.

Sob esse aspecto Barbosa (2004) lança uma reflexão importante, as transformações socioambientais em curso acabam por afetar a qualidade de vida do indivíduo, seja em suas condições objetivas (moradia, transporte, emprego, salário, etc), seja em suas condições subjetivas (culturais, afetivas, sexuais, espirituais, valores e crenças), acarretando assim uma série de adoecimentos, que a autora irá chamar de “dores da alma”. Isso ocorre porque o trabalho é um aspecto fundamental da vida cotidiana, não é apenas uma ocupação; mas um modo de viver, um modo de imaginar a vida, indispensável à sobrevivência e a reprodução social do homem particular (SOTO; SILVA, 2017; MARTINS, 2014). Dessa forma, a manutenção da saúde física e mental desses indivíduos está intimamente ligada ao resgate e manutenção da sua identidade social, possível apenas através da realização de sua atividade profissional.

Bem como, para Latour (1995) a modernidade instaurou uma Constituição que define e separa não só humanos e não humanos, mas também suas propriedades e suas relações. Postura essa, que segundo o autor descende da moral kantiana, que está baseada na relação entre meios e fins. A divisão sociedade-natureza é, portanto, uma criação humana, assim sendo é possível considerar a hipótese da constituição de uma moral construída a partir da

coprodução sociedade-natureza, um ambiente híbrido, “um modelo de análise em que os actantes (agentes-rede) constituem híbridos que não existem em si; ao contrário, são fluxos que devem ser traduzidos por intermédio de um agenciamento recíproco entre os polos sociedade e natureza” (MEIRA; ALMEIDA, 2016, p.70).

No relatório de junho de 2020 da Procuradoria da República no Município de Joinville, os procuradores Flávio Pavlov da Silveira e Tiago Alzuguir Gutierrez sugerem alguns mecanismos nesse sentido, que podem contribuir para minimizar os problemas e conflitos de uso da Babitonga, como uma Avaliação Ambiental Estratégica:

A Avaliação Ambiental Integrada, ou mesmo o adequado desenvolvimento de um Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC), desde que qualquer um desses instrumentos se baseie em (i) informações técnicas aprofundadas sobre a capacidade de suporte do ecossistema e (ii) perspectiva de garantia da sustentabilidade das atividades econômicas existentes. Nesse sentido, é bastante oportuna a iniciativa, noticiada pela Secretaria Executiva de Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, de execução de um plano de trabalho para elaboração do ZEEC da Babitonga, que se iniciaria em maio de 2020. Portanto, é imprescindível que os licenciamentos em curso sejam reavaliados, aguardando-se o resultado final do ZEEC (MPF/PRJ; 2020; p.17-18).

Diante da complexidade do tema e dos diversos interesses que permeiam o território, é certo afirmar que não há uma saída única e fácil. Ainda assim, esse modo de vida compartilhado homem/meio desponta como uma via para a proteção, não só dessas comunidades, mas do próprio território. O uso desse conhecimento nativo ou tradicional permite a sustentabilidade dos recursos naturais e das relações sociais no tempo.

Como proposto na legislação que define comunidades tradicionais: “Adaptados às condições ecológicas locais, desempenhando um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica local” (BRASIL, 2000). Esses grupos remanescentes configuram-se espaços de resistência, o que Soto e Silva (2017) irão chamar de espaço do possível. Nesse sentido as discussões acerca desse patrimônio são, também, “lutas pelo espaço” e aprofundar as discussões acerca de sua proteção configura-se em refletir sobre a sociedade complexa e imbricada nas quais estão inseridos grande parte dos patrimônios nesse País.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Dione. R. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC: arqueologia e etnicidade. Orientador: Prof Dr. Paulo Abreu Funari, 2004.** 272p. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2004.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. Ambiente & Sociedade** [online], v. 07, n. 1 jan./jun. 2004, p.107-131. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2004000100007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2004000100007&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 20 de março de 2021.

BARREIRA, César. **Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás.** São Paulo: Editora Perspectivas, v.13, n.4, out-dez/1999.

BATISTA, João Gonçalves. **Áudio Whastapp.** [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. jango.mp3 (1min53seg).

BATISTA, Laudecir Antônio. **Entrevista VI.** [fev. 2021] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2021. Nico.mp3 (49 min).

BENJAMIN, Walter. **O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov,** *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.* 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a. Tradução de: Sergio Paulo Rouanet.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da história,** *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1994b. Tradução de: Sergio Paulo Rouanet.

BERNSTORFF, Mário. **Notas sobre a Baía Babitonga e Porto de São Francisco do Sul-SC.** 2. ed. São Francisco do Sul: Edição do Autor, 2008.

BERTOTI, Marcio Francisco (Bode). **Entrevista VI.** [dez.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Bode.mp3 (58 min).

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 7ª ed., 2004. Tradução Carlos Nelson Coutinho.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa. *In: Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.* Porto: Editora Porto, p.47- 51, 1994.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1934.** Disponível em: [www.planalto.gov.br/legislacao](http://www.planalto.gov.br/legislacao). Acesso em: 18 de outubro de 2019.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em: [www.planalto.gov.br/legislacao](http://www.planalto.gov.br/legislacao). Acesso em: 18 de outubro de 2019.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente **Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007. Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira.** Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201707/04142907-areas-proritarias-para-conservacao-da-biodiversidade-ministerio-do-meio-ambiente.pdf>>. Acesso em: 01 março 2021.

BRASIL, **Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.** 2009 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm) Acesso em: 12 de março 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>. Acesso em: 18 de outubro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967.** Diário Oficial da União 2008; 16 jun.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências..** Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509231/001030625.pdf>>. Acesso em: 01 março 2021.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** São Paulo: Contexto, 2018. Tradução de: Maria Letícia Ferreira.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *In*: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura do século XX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p.17-62,1998.

CMO, Construção e Montagem *Offshore*. **Construção e Montagem Offshore: Site Institucional. 2021.** Disponível em: <https://www.cmooffshore.com.br/> Acesso em: 15 de abril de 2021.

CONGRESSO DE PESCADORES ARTESANAIS EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS DA BABITONGA. **Carta de Itapoá. Joinville: Ministério Público Federal – Procuradoria Geral da República em Joinville, 2016. Protocolo 1632/2016, jun/2016.**

COSTANZA, Robert et al. **The value of the world's ecosystem services and natural capital**. London: Nature, v. 387, p. 253-260, 1997. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/387253a0> Acesso em: 12 de março 2021.

DESTEFANI, Anelise. **Avaliação de riscos ecológicos associado aos sedimentos acumulado no Canal do Linguado (Baía Babitonga – SC)**. Orientador: Charrid Resgalla Junior. 2017. 208p. Dissertação Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia Ambiental), Universidade do Vale do Itajaí (Univali), SC, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **As redes do suor. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EDUFF, 1999.

FINK, Daniela; **Caracterização das Colônias de Aves Aquáticas na Baía da Babitonga e Avaliação Preliminar de Sua Contaminação**. Orientadora: Dra. Marta Jussara Cremer 2013 72p. Dissertação (Mestrado em Saúde e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente da Universidade Regional de Joinville (Univille), Joinville, 2013.

FREITAS, Carlos Machado de *et al.* **A Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 5, maio/2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2019000600502](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000600502). Acesso em: 22 de abril de 2021.

FREITAS, Marcelo Bessa; RODRIGUES, Silvio Cesar Alves. **As consequências do processo de desterritorialização da pesca artesanal na Baía de Sepetiba (RJ, Brasil): um olhar sobre as questões de saúde do trabalhador e o ambiente**. Ciências e Saúde Coletiva [online], v.19, n.10, p.4001-4009, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232014001004001&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232014001004001&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 20 de março de 2021.

FÖEGER, Tarcisio José. **Da pesca do alimento às zonas de exclusão: o conflito territorial entre a pesca tradicional, os empreendimentos portuários e a preservação ambiental no litoral brasileiro**. Geografares: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Jan-Jun, 2018, p. 374 -395.

GERHARDINGER, Leopoldo Cavaleri *et al.* **Diagnóstico socioambiental do Ecossistema Babitonga**. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v.10, p.176, mar/2021.

GERHARDINGER, Leopoldo *et al.* **Diagnóstico da Ictiofauna do Ecossistema Babitonga**. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 09, p. 35, mar/ 2020.

GERHARDINGER, Leopoldo *et al.* **Governabilidade estrutural do subsistema natural do Ecossistema Babitonga (Santa Catarina: Brasil)**. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 07, p.06, out/2018.

GERHARDINGER, Leopoldo *et al.* **Oportunidades para o monitoramento integrado do ecossistema Babitonga (Santa Catarina, Brasil)**. Babitonga Ativa, p. 53, fev/2016.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. *In*: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org) **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002b. p.108-123.

GOMES, Nayhara Freitas; **Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala de José de Souza Martins**. Instituto de Geociências - IGC/UFMG. Boa Vista, v.11, n.26, mai./ago. de 2017. pp.173-176.

GROSE, Alexandre Venson; FINK, Daniela; CREMER, Marta Jussara. **Revisão bibliométrica de estudos da avifauna no Ecossistema Babitonga, Santa Catarina, Brasil**. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 08, p 20, out/2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, p. 224, 2013.

HASS, Jeferson. **Entrevista III**. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Jeferson.mp3 (42 min).

HAESBAERT, Robert. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2004.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Proteção e controle de ecossistemas costeiros: Manguezal da Baía da Babitonga**. Brasília: Ibama. Coleção Meio Ambiente, Série Estudos de Pesca, 1998. 146p.

INPE, Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais/ Fundação SOS Mata Atlântica. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica**. Brasília: Fundação SOS Mata Atlântica, p.65, 2018. Disponível em: [https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Atlas-mata-atlantica\\_17-18.pdf](https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Atlas-mata-atlantica_17-18.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2020.

KILCA, Ricardo Vargas *et al.* **Os manguezais e marismas da Baía Babitonga: uma síntese**. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 08, p 16, jan/2019.

LANÇONI, Maria Cristine. **Entrevista I**. [fev. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Araquari, 2020. Cris.mp3 (128 min).

LATOURE, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MACHADO, Leocadio Cesario. **Entrevista IV**. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Leocadio.mp3 (156 min).

MARGULIS, Sergio. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 1ª ed, 100p., jul/2003.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana – ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo: Editora Contexto, 2014, 224p. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v29n77/0103-4979-ccrh-29-77-0399.pdf>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

MAZZER, Alexandre Maimoni; GONÇALVES, Mônica Lopes. **Aspectos Geomorfológicos da Baía da Babitonga, Santa Catarina, Brasil: Caracterização Morfométrica**. Revista Brasileira de Geomorfologia, v.12, n.3, p.115-120, 2011.

MEIRA, Ana Cláudia Hebling; ALMEIDA, Jalcione. **Mar de quem? Crítica, sentimentos de (in)justiça e justificações em um conflito ambiental: empreendimentos portuários vs. pesca artesanal no litoral sul do Espírito Santo, Brasil**. UFPR: Desenvolvimento Meio Ambiente, v. 39, p. 59-76, dez/2016. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/46570>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: Yazigi, Eduardo (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, p. 88-99, 1996.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradoria da República em Joinville. **Ofício nº 909/2020. Assunto: Inquérito Civil nº. 1.33.005.000875/2016-31**. Joinville, jun/2020.

NAVES, João Gabriel de Paula; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. **A relação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental**. Florianópolis: Geosul, v. 29, n. 57, p. 7-26, jan./jun. 2014.

NUNES, Benedito. O Animal e o primitivo: os outros de nossa cultura. In: MACIEL, Maria Esther (Org). **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

OCCHIALINI, Daniela Sarcinelli. **Relevância da Baía da Babitonga na produção pesqueira nacional**. Associação Movimento Ecológico Carijós, novembro/2017, p. 51.

PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: [https://issuu.com/riodasfurnas/docs/sao\\_francisco\\_do\\_sul](https://issuu.com/riodasfurnas/docs/sao_francisco_do_sul) Consulta em: 01 de agosto de 2020.

PEIXOTO, Paulo. **A Identidade Como Recurso Metonímico dos Processos de Patrimonialização**. Revista Crítica de Ciências Sociais, dezembro/2004. p. 183-204. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10900?locale=pt>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PMP-BS/UNIVALI, Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Baía de Santos. **Relatório Técnico Semestral BR 04042038/19** v.02, jan-junho/2019. Disponível em: <http://pmap-sc.acad.univali.br/sistema.html?id=597b7b77d8597d4a00e6f9c1> Acesso em: 10 jun. 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Tradução de: Alain François [et al.].

ROCHA, Samuel Magno. **Entrevista V**. [dez. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Samuel.mp3 (127 min).

RODRIGUES, Ana Maria; **Diagnóstico Socioeconômico e a Percepção Ambiental das Comunidades de Pescadores Artesanais do Entorno da Baía da Babitonga (Sc): Um Subsídio Ao Gerenciamento Costeiro**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. Setembro/ 2000. p. 260.

RONGALIO, Cynthia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. *In: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba: Editora UFPR, v. 19, n. 19, p. 111-128, jan./jun. 2009.

SÃO FRANCISCO DO SUL. **Lei Municipal Nº 857, instituída a "Toninha Babi" como mascote do Meio Ambiente de São Francisco do Sul**. São Francisco do Sul, 2009.

SANTOS, Célio dos. **Entrevista II**. [mar. 2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Celinho.mp3 (156 min).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SANTOS, Akiko; SANTOS, Ana Cristina Souza dos; CHIQUIERI, Ana Maria Crepaldi. **A dialógica de Edgar Morin e o Terceiro Incluído de Basarab Nicolescu: uma nova maneira de olhar e interagir com o mundo**. CEPED – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino, 2009. Disponível em: [http://cepedgoias.com.br/edipe/IIledipe/pdfs/4\\_conferencias/conf\\_a\\_dialogica\\_de\\_edgar\\_morin.pdf](http://cepedgoias.com.br/edipe/IIledipe/pdfs/4_conferencias/conf_a_dialogica_de_edgar_morin.pdf) Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. São Paulo: Estudos Avançados, v.02, n.02, p.46-71, ago/1988.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. São Paulo: CEBRAP - Novos estudos, n.79, p.71-94, nov/2007.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo, 2006.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima **A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano**. 1979, 122f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

SOTO, William Héctor Gómez; SILVA, Raquel Hadrich. **A expansão dos empreendimentos portuários e seus efeitos sociais na vida cotidiana dos pescadores da Vila Nova – São José do Norte (RS)**. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, v. 25, n. 1, fev/2017, p 152. Disponível: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-1\\_06\\_a\\_expansao](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-1_06_a_expansao)  
Acesso em: 20 de novembro de 2020.

SOUZA DE LIMA, André et al. **Diagnóstico da Gestão Costeira e das Políticas Públicas do Município de São Francisco do Sul, SC, Brasil**. REVISTA Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 141-155, jul./dez. 2018.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **CONVENÇÃO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Conferência Geral, 1972. 17ª Sessão. Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2006.

TEIXEIRA, O.A. **Os pescadores artesanais: Análise da Situação Econômica e Social da Pesca artesanal em Santa Catarina**. Florianópolis, 1988.

TGB, Terminal Graneleiro da Babitonga. **Terminal Graneleiro da Babitonga: Site Institucional**. 2021. Disponível em: <http://www.tgbsa.com.br/> Acesso em: 15 de abril de 2021.

TGB, Terminal Graneleiro da Babitonga. **TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga: Perfil na rede social Facebook**. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=868614139913408> Acesso em: 15 de abril de 2021.

TESSARO, Andréa Grandini José. **Entre a tradição e o esquecimento: um estudo de caso sobre a tutela jurídica do Patrimônio Imaterial: Fandango Chimarrita de Itapoá/SC**. Orientadora: Profª Dra. Roberta Barros Meira. 2017. 189p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade), Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, SC, 2017.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 7ª ed., 2002. Tradução Elia Ferreira Edel.

ZANIRATO, Sílvia Helena. **Usos sociais do patrimônio cultural e natural**. São Paulo: Patrimônio e Memória, v.05, p. 137-152. Out/2009.

ZAPPES, Camilah Antunes; OLIVEIRA, Pablo da Costa; DI BENEDITTO, Ana Paula Madeira. **Percepção de pescadores do Norte Fluminense sobre a viabilidade da pesca artesanal com a implantação de megaempreendimento portuário.** São Paulo: Boletim do Instituto de Pesca v. 42, n. 1, p. 73-88. Disponível em: [researchgate.net/publication/303905629\\_Percepcao\\_de\\_pescadores\\_do\\_norte\\_fluminense\\_sobre\\_a\\_viabilidade\\_da\\_pesca\\_artesanal\\_com\\_a\\_implantacao\\_de\\_megaempreendimento\\_portuario](https://researchgate.net/publication/303905629_Percepcao_de_pescadores_do_norte_fluminense_sobre_a_viabilidade_da_pesca_artesanal_com_a_implantacao_de_megaempreendimento_portuario). Acesso em: 20 de março de 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho dissertativo é resultado de uma interação complexa entre os sujeitos da pesquisa e seu entorno. Desde o início dessa incursão teórica, muitos foram os ajustes e mudanças de direção, algo bastante comum em um mundo de múltiplas variáveis que se cruzam e se afetam permanentemente.

Ao pensarmos o mundo do ponto de partida dessa pesquisa, em março de 2019, muitas transformações, sobretudo após o agravamento da pandemia do COVID-19, em março de 2020, foram vividas e sentidas. É certo afirmar que a maioria dos desejos de pesquisa e algumas das perguntas iniciais não tem mais sentido nesse momento. Essas constantes mudanças são o rigor da sociedade pós-moderna e ainda que desafiadoras, são salutares em um mundo em transição.

De forma particular, a pesquisa foi fortemente impactada pelo agravamento da COVID-19, no Brasil, uma vez que havíamos iniciado as coletas das entrevistas no final de janeiro de 2020 e foi necessário interromper os encontros em março. No primeiro momento, como todos, aguardamos o tempo que acreditávamos passageiro, em um período seguinte cogitamos a retomada das entrevistas com os devidos cuidados, entretanto, levando em consideração as características dos sujeitos entrevistados e as necessidades de aplicabilidade de uma metodologia como a história oral de vida, essa saída foi logo refutada. Dessa forma, optamos por uma readequação com base no conteúdo já coletado. Não nos cabe, aqui, apresentar os pormenores de cada escolha, mas é imprescindível considerar que muitos caminhos teóricos foram readequados, realocados e redimensionados.

É sobre esse imbricado pano de fundo que se constrói o trabalho dissertativo “Baía Babitonga, patrimônio natural em disputa: olhares de pescadores artesanais”. O presente estudo é resultado de todos esses atravessamentos, dos cruzamentos dessas múltiplas formas de existir em uma sociedade complexa e em crise. Bebemos na sabedoria dos entrevistados: “é preciso continuar navegando mesmo em mar bravio”. A construção dessa dissertação só foi possível por meio desses entendimentos e aceites.

Ainda que por meio de adequações, os objetivos do estudo foram alcançados de forma satisfatória. A partir das narrativas desses pescadores artesanais foi possível a reflexão sobre esse múltiplo patrimônio que forma o Ecossistema Babitonga, evidenciando através dos relatos orais de si que há com o território uma

profunda ligação que extravasa o uso do local como um mero meio de subsistência, mas que permeia as percepções culturais, de território e de identidades, abrindo campo para uma melhor percepção das relações cultura-natureza. Ser pescador na Babitonga está atrelado a pertencer a Baía. Assim, para esses pescadores, a Baía é um patrimônio sentido, transfigurando-se mais que um espaço físico, mas um campo simbólico de existências.

A partir disso, caracterizamos a Baía também enquanto patrimônio cultural para além da paisagem natural, mas enquanto espaço de obras do homem e da natureza. A Baía contribui para a manutenção e coesão do grupo de pescadores artesanais entrevistados, na medida em que ajuda a produzir o sentimento de identificação entre seus membros para com o espaço, conferindo materialidade e estabilidade a esse modo de vida. Nesse sentido, o trabalho não é apenas uma ocupação, não é uma simples troca econômica, sobretudo proporciona um modo de vida, uma maneira de existir, de imaginar a vida e por isso um valor social.

Na troca cotidiana fomos compreendendo as relações de memória desses sujeitos com relação ao espaço vivido e também as mudanças de percepções do espaço habitado. Nos entrevistados mais novos foi comum um posicionamento político mais aflorado, enquanto nos mais velhos é notória uma preocupação mais resiliente e uma maior proximidade com os ciclos da natureza. Fica evidente no relato da maioria dos entrevistados a influência das mudanças da modernização no território, as preocupações como o uso desordenado dos recursos e a apreensão com o futuro, seja dos estoques pesqueiros, seja da arte de pesca.

Ameaçando essa lógica social, entre os limites da Babitonga tentam a implantação empreendimentos das mais variadas naturezas. A exploração de forma não sustentável fica evidente não apenas no alto número de empreendimentos portuários com previsão de instalação na região, mas também nos usos no entorno da baía. Esse tipo de exploração parece não se preocupar com a manutenção dos recursos naturais ao longo do tempo. Diversos estudos desses empreendimentos possuem deficiências, com insuficientes ou ineficientes medidas de mitigação de impacto (como proibição de “overflow”, alternativas ao uso de explosivos, imposição de “cortinas”, etc.). E ainda a total ausência de uma análise mais aprofundada dos impactos sinérgicos e cumulativos do alto número de iniciativas, ignorando a capacidade de suporte do ecossistema.

Entretanto a riscos mais graves estão sujeitos os atores que vivem e dependem da baía para sua subsistência e coesão, caso dos pescadores artesanais. O processo de pretensão “desenvolvimento” da região, promove a desterritorialização e rompe com o modo de vida do pescador e identidades centrados no lugar. Esses aspectos subjetivos da vivência humana são geralmente desconsiderados nos processos de desenvolvimento e nas políticas públicas de gestão do território “modernos”.

Ainda assim, os pescadores resistem e se mantêm firme na defesa desse espaço físico e simbólico que é Baía Babitonga. É possível afirmar que tal comportamento advenha da própria percepção do pescador, que não se concebe desligado da Baía. Esses grupos remanescentes configuram-se espaços de resistência e esperança, da sobrevivência e da reprodução social, o que Soto e Silva (2017) irão chamar de espaço do possível, nesse sentido as lutas pelo patrimônio são, também, “lutas pelo espaço”.

Diante da complexidade do tema e dos diversos interesses que permeiam o território, é certo afirmar que não há uma saída única e fácil para a defesa do patrimônio material e imaterial da região. Ainda assim, esse modo de vida compartilhado homem/meio desponta como uma via para de valorização e proteção, não só dessas comunidades, mas do próprio território. O uso desse conhecimento nativo ou tradicional permite a sustentabilidade dos recursos naturais e das relações sociais no tempo.

Esse desenho só foi possível por meio do adequado uso do método. O método nos possibilitou uma compreensão contextualizada do objeto de pesquisa, além de permitir o recorte de fatos mais representativos e excepcionais das subjetividades que ao se singularizarem retratam o grupo social. Acreditamos que somente por meio dessa aproximação, na experiência vivida do diálogo, foi possível desenhar o quadro social e relacional desses pescadores artesanais, construindo a colcha de retalhos indicado por Portelli, que por meio de diferentes olhares, monta a visão desses sujeitos sobre e com o território.

Mesmo com as limitações ocasionadas pela pandemia do Covid-19, a interação aberta, onde o entrevistado dá o tom e andamento ao relato e a aproximação possibilitada por essa metodologia, parece ser o meio adequado de abordar questões complexas como o do presente trabalho, onde o contorno das subjetividades é tão importante, quanto os dados coletados. Nesse sentido o local

de coleta, nas casas ou ranchos de pesca dos entrevistados, lugares onde costumam desenvolver suas atividades quando não estão no mar, auxiliou na criação para um ambiente mais propício a esse tipo de entrevista.

Considerar o local de residência dos entrevistados no momento da escolha foi positivo. Dada a grande abrangência territorial da Babitonga, os entrevistados para a pesquisa amostral não probabilística foram escolhidos orientados pelo desejo de uma visão mais ampla do território. Visão essa que dá noção de conjunto, contorno ao território, ao mesmo passo que retratam especificidades de cada microrregião, conferindo autenticidade e protagonismo a cada um dos entrevistados.

Outra medida assertiva foi a escolha do método auxiliar de observação participante, que contribuiu para a coleta, além do narrado, com as vivências, as expressões e peculiaridades colhidas durante a conversa. Esse método investigativo complementou e trouxe riqueza discursiva aos dados coletados nas entrevistas, relatando experiências para além das colhidas na fala, mas resultados da própria interação do pesquisador com o entrevistado e o meio.

Um ponto a ser ponderado foi a escolha pela estrutura em formato de artigos. Não é possível nesse momento afirmar com precisão quanto que os ajustes de campo forçados pela situação da Covid-19 influenciaram nessa percepção, ou ainda, se em condições “normais”, a estrutura teria se configurado adequada. Parece certo considerar que dada a complexidade do tema, somado a característica aberta do método, frente a uma abordagem interdisciplinar e o limitado tempo para a realização de uma dissertação de mestrado, a escolha da estrutura deve ser feita de forma mais estratégica a fim utilizar de forma adequada a riqueza dos relatos.

De qualquer maneira, somamos esforços, as escassas pesquisas sobre o patrimônio natural e cultural da região, que apesar da reconhecida importância paisagístico-ecológica-cultural, acompanha o pouco destaque do local no cenário nacional. Nesse sentido, corroboramos a urgência em um olhar mais crítico e continuado por parte da academia e do poder público sob as intensas disputas de ocupação do território, sobretudo os diversos empreendimentos.

Reconhecemos, a urgência de humanizarmos e darmos rostos e lugar a esses sujeitos, muitas vezes desapossados na cena cotidiana ou retratados de forma caricata e estereotipada. Um exercício democrático da palavra, que busca valorizar a voz e o lugar para que a história possa ser contada (e interpretada) por quem a vive cotidianamente no palco social da Baía Babitonga. Abre-se assim, o

desafio de articular a transdisciplinaridade enquanto caminho para a produção de novos conhecimentos, uma vez que se busca conjugar os saberes e tecer conjuntamente diferentes aportes trabalhando por um mesmo fim.

Entretanto, para tal, uma pergunta, intuída por Boaventura<sup>145</sup>, se faz necessário. Em que medida podemos responder ao desafio de proteção da Baía Babitonga sem questionarmos as nossas próprias bases epistemológicas de conhecimentos e de gestão que “exotizam”, por exemplo, as relações dos pescadores com a Baía e não se apropriam, de fato, de seus saberes e fazeres quer para o conhecimento científico, quer para a gestão do território?

Sugestionamos com essa incursão mais do que juntar disciplinas e naturezas diferentes do conhecimento, proposto pela interdisciplinaridade, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa, racionalidade aberta por um novo olhar, transgressão das fronteiras epistemológicas. Uma nova abordagem científica e cultural, uma nova forma de ver e entender a natureza, a vida e a humanidade, que busque a unidade do conhecimento, uma democracia cognitiva (SANTOS *et al*, 2009; MORIN, 1991; NICOLESCU, SANTOS, 2005; SANTOS, 1988).

O caminho exige um “conhecimento integrado em função da humanidade, resgatando as relações de interdependência, pois a vida se constitui nas relações mantidas pelo indivíduo com o meio ambiente” (SANTOS, 2005, p.04). Assim, como irá propor Boaventura Sousa Santos (1988) mesmo ideias que a primeira vista podem parecer distantes, antagônicas, se bem enlaçadas, podem se tornar complementares e possibilitando a religação de diferentes saberes, construindo relações das partes com o todo, em busca de uma compreensão significativa. “Reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo” (SANTOS, 1988, p.70).

---

<sup>145</sup> Ao revisitar os estudos de Rousseau, Boaventura Sousa Santos comenta: “Foram assim as perguntas de Rousseau; terão de ser assim as nossas. Mais do que isso duzentos e tal anos depois, as nossas perguntas continuam a ser as de Rousseau. Estamos de novo regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso; e temos finalmente de perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade. A nossa diferença existencial em relação a Rousseau é que, se as nossas perguntas são simples, as respostas sê-lo-ão muito menos. Estamos no fim de um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica” (SOUSA SANTOS, 1988, p.47).

## REFERÊNCIAS

BABITONGA ATIVA. **Plano de Ação Coletiva para a Saúde aa Baía Babitonga-Grupo Estratégico De Mobilização V.** novembro/2015. p 19.

BANDEIRA, Dione. R. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC: arqueologia e etnicidade.** Orientador: Prof Dr. Paulo Abreu Funari, 2004. 272p. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2004.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ.** *Ambiente & Sociedade* [online], v. 07, n. 1 jan./jun. 2004, p.107-131. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2004000100007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2004000100007&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 20 de março de 2021.

BARREIRA, César. **Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás.** São Paulo: Perspectivas, v.13, n.4, out-dez/1999.

BATISTA, João Gonçalves. **Áudio Whastapp.** [mar.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. jango.mp3 (1min53seg).

BATISTA, Laudecir Antônio. **Entrevista VI.** [fev.2021] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2021. Nico.mp3 (49 min).

BENJAMIN, Walter. **O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov,** In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.* 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a. Tradução de: Sergio Paulo Rouanet.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da história,** In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1994b. Tradução de: Sergio Paulo Rouanet.

BERNSTORFF, Mário. **Notas sobre a Baía Babitonga e Porto de São Francisco do Sul-SC.** 2. ed. São Francisco do Sul: Edição do Autor, 2008.

BERTOTI, Marcio Francisco (Bode). **Entrevista VI.** [dez.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Bode.mp3 (58 min).

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa. In: **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Editora Porto, p.47- 51, 1994.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1934.** Disponível em: [www.planalto.gov.br/legislacao](http://www.planalto.gov.br/legislacao). Acesso em: 18 de outubro de 2019.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em: [www.planalto.gov.br/legislacao](http://www.planalto.gov.br/legislacao). Acesso em: 18 de outubro de 2019.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente **Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007. Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira.** Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201707/04142907-areas-proritarias-para-conservacao-da-biodiversidade-ministerio-do-meio-ambiente.pdf>>. Acesso em: 01 março 2021.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014. Reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Mamíferos, aves, répteis, anfíbios e invertebrados terrestres".** Diário Oficial da União: seção 01, p.126, 2014c. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2014/p\\_mma\\_444\\_2014\\_lista\\_esp%C3%A9cies\\_ame%C3%A7adas\\_extin%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2014/p_mma_444_2014_lista_esp%C3%A9cies_ame%C3%A7adas_extin%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 01 março 2021.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014c. Reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos".** Diário Oficial da União: seção 01, p.126, 2014c. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao-ARQUIVO/00-saiba-mais/05\\_-\\_PORTARIA\\_MMA\\_N%C2%BA\\_445\\_DE\\_17\\_DE\\_DEZ\\_DE\\_2014.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao-ARQUIVO/00-saiba-mais/05_-_PORTARIA_MMA_N%C2%BA_445_DE_17_DE_DEZ_DE_2014.pdf)>. Acesso em: 01 março 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>. Acesso em: 18 de outubro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967.** Diário Oficial da União 2008; 16 jun.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.** Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509231/001030625.pdf>>. Acesso em: 01 março 2021.

BRASIL, **Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e**

**dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.** 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm) Acesso em: 12 de março 2021.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 7ª ed., 2004. Tradução Carlos Nelson Coutinho.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** São Paulo: Editora Contexto, 2018. Tradução de: Maria Letícia Ferreira.

CEDRO - INTELIGÊNCIA AMBIENTAL. **Plano Municipal Da Mata Atlântica Do Município de São Francisco do Sul – SC.** Prefeitura de São Francisco do Sul, outubro/ 2019. p 14.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 10 ed. Petrópolis: Vozes, p. 35, 1994. Tradução de Ephraim Ferreira Alves.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *In:* GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura do século XX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p.17-62,1998.

CMO, Construção e Montagem *Offshore*. **Construção e Montagem Offshore: Site Institucional. 2021.** Disponível em: <https://www.cmoffshore.com.br/> Acesso em: 15 de abril de 2021.

COSTANZA, Robert et al. **The value of the world's ecosystem services and natural capital.** London: Nature, v. 387, p. 253-260, 1997. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/387253a0> Acesso em: 12 de março 2021.

CONGRESSO DE PESCADORES ARTESANAIS EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS DA BABITONGA. **Carta de Itapoá. Joinville: Ministério Público Federal – Procuradoria Geral da República em Joinville, 2016. Protocolo 1632/2016, jun/2016.**

DESTEFANI, Anelise. **Avaliação de riscos ecológicos associado aos sedimentos acumulados no Canal do Linguado (Baía Babitonga – SC).** Orientador: Charrid Resgalla Junior. 2017. 208p. Dissertação Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia Ambiental), Universidade do Vale do Itajaí (Univali), SC, 2017.

DIEGUES ACS. **Pesca e marginalização no litoral paulista.** São Paulo: Universidade de São Paulo; 1973.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo, Ática, 1983.

DUARTE, L.F.D. **As redes do suor. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba.** Niterói: EDUFF, 1999.

FINK, Daniela; **Caracterização das Colônias de Aves Aquáticas na Baía da Babitonga e Avaliação Preliminar de Sua Contaminação.** Orientadora: Dra. Marta Jussara Cremer 2013 72p. Dissertação (Mestrado em Saúde e Meio Ambiente) -

Programa de Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente da Universidade Regional de Joinville (Univille), Joinville, 2013.

FREITAS, Carlos Machado de *et al.* **A Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 5, maio/2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2019000600502](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000600502). Acesso em: 22 de abril de 2021.

FREITAS, Marcelo Bessa; RODRIGUES, Silvio Cesar Alves. **As consequências do processo de desterritorialização da pesca artesanal na Baía de Sepetiba (RJ, Brasil): um olhar sobre as questões de saúde do trabalhador e o ambiente.** Ciências e Saúde Coletiva [online], v.19, n.10, p.4001-4009, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232014001004001&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232014001004001&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 20 de março de 2021.

FÖEGER, Tarcisio José. **Da pesca do alimento às zonas de exclusão: o conflito territorial entre a pesca tradicional, os empreendimentos portuários e a preservação ambiental no litoral brasileiro.** Geografares: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Jan-Jun, 2018, p. 374 -395.

GERHARDINGER, Leopoldo Cavaleri; *et al.* **Diagnóstico socioambiental do Ecosistema Babitonga.** Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v.10, p.176, mar/2021.

GERHARDINGER, Leopoldo *et al.* **Diagnóstico da Ictiofauna do Ecosistema Babitonga.** Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v.09, p. 35, mar/ 2020.

GERHARDINGER, Leopoldo *et al.* **Governabilidade estrutural do subsistema natural do Ecosistema Babitonga (Santa Catarina: Brasil).** Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 07, p.06, out/2018.

GERHARDINGER, Leopoldo *et al.* **Oportunidades para o monitoramento integrado do ecossistema Babitonga (Santa Catarina, Brasil).** Babitonga Ativa, p. 53, fev/2016.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. *In:* OLIVEIRA, Lucia Lippi (org) **Cidade: História e Desafios.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002b. p.108-123.

GOMES, Nayhara Freitas; **Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala de José de Souza Martins.** Instituto de Geociências - IGC/UFMG. Boa Vista, v.11, n.26, mai./ago. de 2017. pp.173-176.

GROSE, Alexandre. Venson; Fink, Daniela; Cremer, Marta Jussara. **Revisão bibliométrica de estudos da avifauna no Ecossistema Babitonga, Santa Catarina, Brasil**. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 08, p 20, out/2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, p. 224, 2013.

HASS, Jeferson. **Entrevista III**. [mar.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Jeferson.mp3 (42 min).

HAESBAERT R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). **Proteção e controle de ecossistemas costeiros: Manguezal da Baía da Babitonga**. Brasília: Ibama. Coleção Meio Ambiente, Série Estudos de Pesca, 1998. 146p.

INPE (Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais/ Fundação SOS Mata Atlântica). **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica**. Brasília: Fundação SOS Mata Atlântica, p.65, 2018. Disponível em: [https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Atlas-mata-atlantica\\_17-18.pdf](https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Atlas-mata-atlantica_17-18.pdf) . Acesso em: 15 de outubro de 2020.

KILCA, Ricardo Vargas *et al.*; **Os manguezais e marismas da Baía Babitonga: uma síntese**. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 08, p 16, jan/2019.

LANÇONI, Maria Cristine. **Entrevista I**. [fev.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Araquari, 2020. Cris.mp3 (128 min).

LATOURE, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MACHADO, Leocadio Cesario. **Entrevista IV**. [mar.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Leocadio.mp3 (156 min).

MARGULIS, Sergio. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 1ª ed, 100p., jul/2003

MARTINS, Gabrielle; **A Toninha (*Pontoria blainvillei*) e a Pesca Artesanal no Litoral Sul de Santa Catarina**. Conclusão apresentado ao Curso de Engenharia de Pesca, do Centro de Educação Superior da Região Sul, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Laguna, SC. 2016. p 43.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana – ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo: Editora Contexto, 2014, 224p. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v29n77/0103-4979-ccrh-29-77-0399.pdf>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **História Oral: Exercício Democrático da Palavra**. 2018. p 14. Disponível em: [http://acaspj.org/wp-content/uploads/2018/03/Hist%C3%B3ria-Oral\\_Exerc%C3%ADcio-democr%C3%A1tico-da-palavra-1.pdf](http://acaspj.org/wp-content/uploads/2018/03/Hist%C3%B3ria-Oral_Exerc%C3%ADcio-democr%C3%A1tico-da-palavra-1.pdf). Acesso em: 07 de abril de 2020.

MAZZER, Alexandre Maimoni; GONÇALVES, Mônica Lopes. **Aspectos Geomorfológicos da Baía da Babitonga, Santa Catarina, Brasil: Caracterização Morfométrica**. Revista Brasileira de Geomorfologia, v.12, n.3, p.115-120, 2011.

MEIRA, Ana Cláudia Hebling; ALMEIDA, Jalcione. **Mar de quem? Crítica, sentimentos de (in)justiça e justificações em um conflito ambiental: empreendimentos portuários vs. pesca artesanal no litoral sul do Espírito Santo, Brasil**. UFPR: Desenvolvimento Meio Ambiente, v. 39, p. 59-76, dez/2016. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/46570>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: Yazigi, Eduardo (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, p. 88-99, 1996.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradoria da República em Joinville. **Ofício nº 909/2020. Assunto: Inquérito Civil nº. 1.33.005.000875/2016-31**. Joinville, jun/2020.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991. Tradução: Dulce Matos.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 8. ed. , 2003. Tradução: Eloá Jacobina

NAVES, João Gabriel de Paula; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. **A relação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental**. Florianópolis: Geosul, v. 29, n. 57, p. 7-26, jan./jun. 2014.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 1999. Tradução: Lúcia Pereira de Souza.

NUNES, Benedito. O Animal e o primitivo: os outros de nossa cultura. In: MACIEL, Maria Esther (Org). **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

OCCHIALINI, Daniela Sarcinelli. **Relevância da Baía da Babitonga na produção pesqueira nacional**. Associação Movimento Ecológico Carijós, novembro/2017, p. 51.

PAITACH, Renan *et al.*; **Cienciometria de mamíferos aquáticos do Ecossistema Babitonga: subsídios para a conservação**. Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 08, p.24, jun/2019.

PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: [https://issuu.com/riodasfurnas/docs/sao\\_francisco\\_do\\_sul](https://issuu.com/riodasfurnas/docs/sao_francisco_do_sul) Consulta em: 01 de agosto de 2020.

PEIXOTO, Paulo. **A Identidade Como Recurso Metonímico dos Processos de Patrimonialização**. Revista Crítica de Ciências Sociais, dezembro/2004. p. 183-204. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10900?locale=pt>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PMAP-BS/UNIVALI, Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos. **Relatório Técnico Semestral BR 04042038/19** v.02, jan-junho/2019. Disponível em: <http://pmap-sc.acad.univali.br/sistema.html?id=597b7b77d8597d4a00e6f9c1> Acesso em: 10 jun. 2020.

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. São Paulo: Proj. História São Paulo, v.15. abr/1997. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Memórias: entrevista com Alessandro Portelli** [abril de 2002] Entrevistadores: P. R. de Almeida e Y. A. Koury. Uberlândia: História e Perspectivas, v.50, p.197-226, jan/jun 2014.

PORTO BRASIL SUL. PORTO BRASIL SUL: Site Institucional. 2021. Disponível em: <http://portobrasilsul.com.br/sobre/>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

PROJETO BABITONGA ATIVA. **Agenda Integrada De Ecocidadania – Aie: Agenda Participativa para a Mobilização e Sensibilização Socioambiental e Cultural no entorno do Ecosystema Babitonga**. Univille: novembro/2017. p 40.

RIBEIRO, Maurício *et al*; **Gestão da Água e Paisagem Cultural**. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.2, p. 44-67, jul./dez. 2013, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Tradução de: Alain François [et al.].

ROCHA, Samuel Magno. **Entrevista V**. [dez.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. Joinville, 2020. Samuel.mp3 (127 min).

RODRIGUES, Ana Maria. **Diagnóstico Socioeconômico e a Percepção Ambiental das Comunidades de Pescadores Artesanais do Entorno da Baía da Babitonga (Sc): Um Subsídio Ao Gerenciamento Costeiro**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. Setembro/ 2000. p. 260.

RONGALIO, Cynthia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. *In: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba: Editora UFPR, v. 19, n. 19, p. 111-128, jan./jun. 2009.

SÃO FRANCISCO DO SUL. **Lei Municipal Nº 857, instituída a "Toninha Babi" como mascote do Meio Ambiente de São Francisco do Sul.** São Francisco do Sul, 2009.

SANTOS, Célio dos. **Entrevista II.** [mar.2020] Entrevistador: Naira Rosana Albuquerque. São Francisco do Sul, 2020. Celinho.mp3 (156 min).

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel; 1987.

SANTOS, Akiko; SANTOS, Ana Cristina Souza dos; CHIQUIERI, Ana Maria Crepaldi. **A dialógica de Edgar Morin e o Terceiro Incluído de Basarab Nicolescu: uma nova maneira de olhar e interagir com o mundo.** CEPED – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino, 2009. Disponível em: [http://cepedgoias.com.br/edipe/IIledipe/pdfs/4\\_conferencias/conf\\_a\\_dialogica\\_de\\_edgar\\_morin.pdf](http://cepedgoias.com.br/edipe/IIledipe/pdfs/4_conferencias/conf_a_dialogica_de_edgar_morin.pdf) Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna.** São Paulo: Estudos Avançados, v.02, n.02, p.46-71, ago/1988.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** São Paulo: CEBRAP - Novos estudos, n.79, p.71-94, nov/2007.

SILVA; Francisco José Barretto da. **Unidades de Conservação e Desenvolvimento Regional:** Um estudo sobre a região da Baía da Babitonga – SC. Orientador: Luiz Fernando Scheibe.1995. 156 p. Dissertação (mestrado em Geografia), Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. SC, 1995.

SOTO, William Héctor Gómez; SILVA, Raquel Hadrich. **A expansão dos empreendimentos portuários e seus efeitos sociais na vida cotidiana dos pescadores da Vila Nova – São José do Norte (RS).** Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, v. 25, n. 1, fev/2017, p. 152. Disponível: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-1\\_06\\_a\\_expansao](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-1_06_a_expansao) Acesso em: 20 de novembro de 2020.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural.** São Paulo, 2006.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano.** 1979, 122f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

SOUZA DE LIMA, André *et al.* **Diagnóstico da Gestão Costeira e das Políticas Públicas do Município de São Francisco do Sul, SC, Brasil.** REVISTA Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 141-155, jul./dez. 2018.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **CONVENÇÃO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Conferência Geral, 1972. 17ª Sessão. Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2006.

TEIXEIRA, Olívio Alberto. **Os pescadores artesanais: Análise da Situação Econômica e Social da Pesca artesanal em Santa Catarina.** Florianópolis, 1988.

TGB, Terminal Graneleiro da Babitonga. **Terminal Graneleiro da Babitonga: Site Institucional.** 2021. Disponível em: <http://www.tgbsa.com.br/> Acesso em: 15 de abril de 2021.

TGB, Terminal Graneleiro da Babitonga. **TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga: Perfil na rede social Facebook.** 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=868614139913408> Acesso em: 15 de abril de 2021.

TESSARO, Andréa Grandini José. **Entre a tradição e o esquecimento: um estudo de caso sobre a tutela jurídica do Patrimônio Imaterial: Fandango Chimarrita de Itapoá/SC.** Orientadora: Profª Dra. Roberta Barros Meira. 2017. 189p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade), Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, SC, 2017.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis: Vozes, 7ª ed., 2002. Tradução Elia Ferreira Edel.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena; SZYMCZAK, Maureen Bartz. **A ativação valorativa das histórias de vidas no Museu da Pessoa.** Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 51, n. [s.i], p. 174-190, dez. 2019. Disponível em: <http://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/149>. Acesso em: 09 jun. 2020.

VIEIRA, Celso *et al*; **Paisagem marinha da Baía da Babitonga, nordeste do estado de Santa Catarina (Marine landscape of the Babitonga bay, northeast of Santa Catarina state).** Revista Brasileira De Geografia Física. Novembro/ 2017. p. 1677-1689.

ZANIRATO, Sílvia Helena. **Usos sociais do patrimônio cultural e natural.** São Paulo: Patrimônio e Memória, v.05, p. 137-152. Out/2009.

ZAPPES, Camilah Antunes; OLIVEIRA, Pablo da Costa; DI BENEDITTO, Ana Paula Madeira. **Percepção de pescadores do Norte Fluminense sobre a viabilidade da pesca artesanal com a implantação de megaempreendimento portuário.** São Paulo: Boletim do Instituto de Pesca v. 42, n. 1, p. 73-88. Disponível em: [researchgate.net/publication/303905629\\_Percepcao\\_de\\_pescadores\\_do\\_norte\\_flumi](https://researchgate.net/publication/303905629_Percepcao_de_pescadores_do_norte_flumi)

nense\_sobre\_a\_viabilidade\_da\_pesca\_artesanal\_com\_a\_implantacao\_de\_megaem  
preendimento\_portuario. Acesso em: 20 de março de 2021.

## AUTORIZAÇÃO

Nome do autor:

**Naira Rosana Albuquerque**

RG:

**9084520891**

Título da Dissertação:

**Baía Babitonga, patrimônio natural em disputa: olhares de pescadores artesanais**

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 26 de julho de 2021.

*Naira R. Albuquerque*

---

Naira Rosana Albuquerque